



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
Campus Universitário de Vitória da Conquista/BA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



JORMAN DOS SANTOS

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DA REDE
URBANA ILHÉUS/ITABUNA-BA: reflexões a partir das
características populacionais**

**VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
2018**

JORMAN DOS SANTOS

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DA REDE
URBANA ILHÉUS/ITABUNA-BA: reflexões a partir das
características populacionais**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Altemar Amaral Rocha.

**VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
2018**



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos do Creative Commons

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

S236t

Santos, Jorman dos.

Transformações socioespaciais nas cidades da rede urbana
Ilhéus/Itabuna – Ba : reflexões a partir das características populacionais. /
Jorman dos Santos, 2018.

158f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Altemar Amaral Rocha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de

Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 150 – 154.

1. Produção do espaço – Rede urbana. 2. População e urbanização. 3. Dinâmica populacional. 4. Cidades pequenas e médias. I. Rocha, Altemar Amaral. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

CDD: 711.4098142

JORMAN DOS SANTOS
TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DA REDE
URBANA ILHÉUS/ITABUNA-BA: reflexões a partir das
características populacionais

Dissertação: apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, para a obtenção do título de mestre em ciências.

(versão corrigida)

Aprovada em: 31 / 08 / 2018

Banca Examinadora

Orientador: Prof^o. Dr. Altemar Rocha (UESB) Altemar Amoral Rocha

Prof^a. Dr^a. Ana Emília de Quadros Ferraz (UESB) Ana Emília de Quadros Ferraz

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Rangel (UESC) Maria Cristina Rangel

VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
2018

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que assim como eu são sonhadores, desejam uma sociedade mais justa, pautada em valores espirituais que nos torne capazes de enxergar no próximo uma extensão nossa. Podendo assim cultivar o respeito, a serenidade e a fraternidade com mais força e disposição.

Dedico a João Pedro e Maria Júlia, filhos concebidos durante a construção desse trabalho, que me ensinam dia após dia o valor do amor incondicional, e também a Maria Amélia, esposa amiga, colega, irmã que com amor e paciência soube compreender e auxiliar na superação dos desafios impostos.

Dedico aos meus pais, que com firmeza e doçura me educaram para a vida, ensinando que todo dia é dia de aprendizado, igualmente a Beatriz e Rubens, casal irmão que nos momentos de fraqueza, me ergueram e não me permitiram desistir.

Dedico aos meus alunos, principais impulsionadores desta empreitada, meus maiores exemplos e companhia de todos os dias, a Alan Azevedo, irmão de ideais, amigo de todas as horas, mentor intelectual e um ser humano iluminado.

Minha gratidão e meu muito obrigado a todos os meus professores das séries iniciais até o mestrado, estendendo essa dedicatória também a CAPES pelo importante papel de veículo financiador garantindo a existência desse programa.

EPIGRAFE

Coração Selvagem

Meu bem, guarde uma frase pra mim dentro da sua canção
Esconda um beijo pra mim
Sob as dobras do blusão
Eu quero um gole de cerveja
No seu copo, no seu colo e nesse bar

Meu bem, o meu lugar é onde você quer que ele seja
Não quero o que a cabeça pensa
Eu quero o que a alma deseja
Arco-íris, anjo rebelde
Eu quero o corpo, tenho pressa de viver

Mas quando você me amar
Me abrace e me beije bem devagar
Que é para eu ter tempo
Tempo de me apaixonar
Tempo para ouvir o rádio no carro
Tempo para a turma do outro bairro ver e saber que eu te amo

Meu bem, o mundo inteiro está naquela estrada ali em frente
Tome um refrigerante, coma um cachorro-quente
Sim, já é outra viagem
E o meu coração selvagem tem essa pressa de viver

Meu bem, mas quando a vida nos violentar
Pediremos ao bom Deus que nos ajude
Falaremos para a vida
Vida, pisa devagar, meu coração, cuidado, é frágil
Meu coração é como vidro, como um beijo de novela

Meu bem, talvez você possa compreender a minha solidão
O meu som, e a minha fúria e essa pressa de viver
E esse jeito de deixar sempre de lado a certeza
E arriscar tudo de novo com paixão
Andar caminho errado pela simples alegria de ser [...].Belchior (1977)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as transformações socioespaciais das cidades da rede urbana Ilhéus-Itabuna, levando-se em consideração as características populacionais e urbanas das cidades que a compõe. Busca-se nesta pesquisa compreender a estruturação e reestruturação da rede urbana da microrregião Ilhéus-Itabuna/BA e as suas recentes transformações, tendo como uma das principais estratégias de análise o reconhecimento da sua dinâmica demográfica. Foram assumidas aqui como sendo a rede urbana, as cidades dos 41 municípios que compõe a microrregião Ilhéus-Itabuna definida pelo IBGE. Essa rede urbana passou por significativas transformações, socioespaciais e populacionais nos últimos 30 anos, sobretudo com o decréscimo populacional de algumas cidades aliada à mudança do perfil socioeconômico da maioria dessas cidades pela crise da cacuicultura nas décadas de 1990 e 2000. Também foi analisada aqui a mobilidade territorial da população no sentido rural-urbano e urbano-urbano e mesmo para fora da Microrregião. Além da mobilidade territorial da população, também houve modificações na estrutura da população. Para entender como estas mudanças atingiram a rede urbana Ilhéus-Itabuna, foram coletados os dados populacionais no site do IBGE e, posteriormente elaborou-se mapas e tabelas para demonstrar as transformações ocorridas. Também foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas em seis cidades previamente selecionadas por critérios de tamanho e proximidade das cidades/polo regional. Com base nesse estudo foi possível identificar a natureza contraditória e desigual que permeou o processo formação dessa rede urbana, destacando o crescimento das desigualdades socioespaciais no espaço urbano, pelo aumento da pobreza na maioria das cidades estudadas atingindo uma parcela significativa da população urbana. Por um lado constata-se a estagnação e desestruturação urbana das pequenas cidades que compõe a rede e, por outro a consolidação de alguns processos de estruturação urbana nas principais cidades que polarizam a rede urbana, dentre eles: o surgimento de condomínios horizontais fechados, o aumento da oferta de serviços especializados em educação e saúde, bem como distribuidoras atacadistas nacionais e multinacionais. Foi possível perceber que há uma saída constante de trabalhadores para outros centros regionais no próprio estado da Bahia e para outros Estados do território brasileiro. Os dados nos levaram a concluir que a taxa de urbanização aumentou e a população diminuiu, houve alterações na distribuição espacial da população pelas cidades da rede urbana Ilhéus-Itabuna, havendo maior concentração da população em duas cidades – Ilhéus e Itabuna – e diminuição da quantidade de pessoas moradoras em cidades com menos de 20 mil habitantes. A nova distribuição da população levou, por sua vez, a modificações nas trocas entre as cidades.

Palavras-chave: Produção do Espaço. Dinâmica Populacional. População Urbana. Rede Urbana. Cidades Pequenas e Médias.

ABSTRACT

This research analyzes the socio-spatial transformations of cities in the Ilhéus-Itabuna urban network, taking into account the population and urban characteristics of the cities that compose it. This research aims at understanding the structuring and restructuring of the urban network of the Ilhéus-Itabuna / BA microregion and its recent transformations, with one of the main analysis strategies being the recognition of its demographic dynamics. The cities of the 41 municipalities that make up the Ilhéus-Itabuna microregion defined by the IBGE were assumed here as the urban network. This urban network has undergone significant transformations, socio-spatial and population in the last 30 years, especially with the population decrease of some cities, allied to the change in the socioeconomic profile of most of these cities by the crisis of cocoa culture in the decades of 1990 and 2000. Also analyzed here was the territorial mobility of the population in the rural-urban and urban-urban sense and even outside the Microregion. Besides the territorial mobility of the population, there were also changes in the structure of the population. In order to understand how these changes reached the Ilhéus-Itabuna urban network, we carried out population data collection at IBGE and made maps and tables to demonstrate the process. To understand how these changes reached the Ilhéus-Itabuna urban network, population data were collected on the IBGE website, and maps and tables were subsequently elaborated to demonstrate the transformations that occurred. Questionnaires were also applied and semi-structured interviews were carried out in six cities previously selected by criteria of size and proximity of cities / regional poles. Based on this study, it was possible to identify the contradictory and unequal nature that permeated the formation process of this urban network, highlighting the growth of socio-spatial inequalities in urban space, by the increase of poverty in most of the studied cities reaching a significant part of the urban population. On the one hand, there is the stagnation and urban disintegration of the small towns that make up the network and, on the other hand, the consolidation of some processes of urban structuring in the main cities that polarize the urban network, among them: the emergence of closed horizontal condominiums, increased supply of specialized services in education and health, as well as national and multinational wholesaler distributors. It was possible to perceive that there is a constant departure of workers to other regional centers in the state of Bahia and to other states of the Brazilian territory. The data led us to conclude that the urbanization rate increased and the population decreased, there were changes in the spatial distribution of the population in the cities of the Ilhéus-Itabuna urban network, with a higher population concentration in two cities - Ilhéus and Itabuna - and a decrease in the quantity of people living in cities with less than 20 thousand inhabitants. The new distribution of the population led, in turn, to changes in the exchanges between cities.

Keywords: Space Production. Population Dynamics. Urban Population. Urban Network. Small and Medium Cities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição dos questionários por cidade	18
Gráfico 2 -	Faixa etária dos envolvidos na pesquisa	19
Gráfico 3 -	Local de realização das compras dos entrevistados	85
Gráfico 4 -	Atendimento médico	87
Gráfico 5 -	Crescimento populacional - Microrregião Ilhéus/Itabuna	101
Gráfico 6 -	Lugar de origem dos participantes da pesquisa	108
Gráfico 7 -	Questionamento sobre a escolha do local de moradia	111
Gráfico 8 -	Forma de obtenção de renda	125
Gráfico 9 -	Nível de renda dos entrevistados	126
Gráfico 10 -	Fases da transição demográfica	132
Gráfico 11 -	Variação da taxa de crescimento relativo no Brasil, Nordeste, Bahia e Microrregião Ilhéus/Itabuna (1970/2010)	135
Gráfico 12 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna - dinâmica demográfica (1970/2010)	136
Gráfico 13 -	Nível de escolaridade dos entrevistados, 2017	146
Gráfico 12 -	Aspectos ruins da cidade segundo os entrevistados	147

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Paisagem geral da cidade de Ilhéus, com destaque para a Avenida Soares Lopes, 2018	58
Fotografia 2 - Paisagem geral da cidade de Itabuna às margens do rio Cachoeira, 2012	64
Fotografia 3 - Painel da civilização cacauera, na cidade de Itabuna	68
Fotografia 4 - Pontos de comércio em Ibirataia	74
Fotografia 5 - Praça dos Desbravadores, Buerarema – BA, 2018	77
Fotografia 6 - Armazém de compra de cacau, Rua Floriano Peixoto, Buerarema – BA, 2018	78
Fotografia 7 - Cacau secando na porta de casa, Rua Antônio Batista, Buerarema – BA, 2018	79
Fotografia 8 - Fábrica da Penalty, Itajuípe-BA, 2017	82
Fotografia 9 - Paisagem da cidade de Itajuípe, Rua Coração de Jesus, 2012	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Localização da microrregião Ilhéus/Itabuna no Brasil e na Bahia, com destaque para as duas capitais regionais	56
Mapa 2 -	Estado da Bahia – Mesorregiões Geográficas e Microrregião Ilhéus/Itabuna	93
Mapa 3 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna taxa de urbanização, 2010	110
Mapa 4 -	Litoral Sul – densidade demográfica, 2010	114
Mapa 5 -	Distribuição da população por setores censitários, Itabuna-BA	116
Mapa 6 -	Rendimento mensal dos responsáveis por domicílios, Itabuna-BA	118
Mapa 7 -	População residente por setores censitários, Ilhéus-BA	117
Mapa 8 -	Rendimento mensal dos responsáveis por domicílios, Ilhéus, 2010	119
Mapa 9 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna população absoluta – 2010	122
Mapa 10 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna PIB per capita – 2010	124
Mapa 11 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna proporção de habitantes com 60 anos ou mais – 1991	127
Mapa 12 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna proporção de habitantes com 60 anos ou mais – 2010	128
Mapa 13 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna taxa geométrica de crescimento populacional – 2000/2010.....	134

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 -	Características da rede urbana Ilhéus/Itabuna	54
Tabela 1 -	Variação populacional no município de Ilhéus: população total, população urbana, população rural e taxa de urbanização (1970/2010)	62
Quadro 2 -	Linhas de ônibus e horários entre Itabuna e Ilhéus	90
Tabela 2 -	Microrregião Itabuna-Ilhéus: número de municípios por tamanho populacional – 2010	113
Tabela 3 -	Microrregião Ilhéus/Itabuna - dinâmica populacional urbana (1970/2010)	136
Tabela 4 -	Microrregião Itabuna/Ilhéus: evolução da população total, rural, urbana e grau de urbanização (1991/2010)	143

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA URBANIZAÇÃO.....	22
2.1. Produção do Espaço Urbano: Contradições e Perspectivas.....	22
2.2. Reflexões teóricas sobre população e urbanização.....	30
2.3. Produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias.....	38
2.4. Os desafios contemporâneos na produção do espaço urbano.....	44
3. A REDE URBANA: REFLEXÕES TEÓRICAS E ANÁLISES PRÁTICAS.....	50
3.1. A rede urbana Ilhéus/Itabuna.....	52
3.2. A origem e formação territorial do núcleo urbano de Ilhéus.....	58
3.3. A origem e formação territorial do núcleo urbano de Itabuna.....	64
3.4. Aspectos da urbanização nas cidades pequenas da rede urbana Ilhéus/Itabuna ...	71
3.4.1. A cidade de Ibirataia.....	71
3.4.2. A cidade de Buerarema.....	76
3.4.3. A cidade de Itajuípe.....	80
3.5. A centralidade Ilhéus/Itabuna.....	84
4. MICRORREGIÃO ILHÉUS/ITABUNA: HISTORICIDADE E GEOGRAFICIDADE.....	92
4.1. Microrregião Ilhéus/Itabuna: formação histórico-geográfico.....	92
4.2. Estruturação, desestruturação e reestruturação da região.....	97
5. DINÂMICA POPULACIONAL NAS PRINCIPAIS CIDADES DA MICRORREGIÃOILHÉUS/ITABUNA.....	104
5.1. A origem da população na microrregião.....	104
5.2. A estrutura demográfica e distribuição da população na Microrregião.....	112
5.3. O crescimento demográfico na Microrregião Ilhéus/Itabuna.....	129
5.4. Fluxos migratórios e as transformações no espaço.....	138
6. CONCLUSÕES.....	148
REFERÊNCIAS.....	152
APÊNDICE.....	157
APÊNDICE I.....	158

1. INTRODUÇÃO

A formação e ocupação do território que conforma as cidades de Ilhéus e Itabuna e seu entorno, têm laços históricos com os processos de colonização do Brasil pelos portugueses durante os séculos XVI a XIX. Nesse período, a população que chegava ao litoral Sul da Bahia trazia consigo os hábitos as crenças, os costumes, as técnicas e equipamentos agrícolas e industriais e as forças produtivas que contribuíram para a materialização da espacialidade urbana que temos em 2018. Trouxeram consigo também os mecanismos estruturantes da economia local e regional.

Tais mecanismos estruturantes engendram o crescimento econômico pelo modo de produção vigente e ao mesmo tempo proporcionou crises que levaram a uma estagnação econômica do território, refletindo diretamente na composição da sociedade regional e na configuração da rede urbana que teve nos últimos 30 anos uma retração econômica e social muito forte pela crise da cacuicultura e perda do seu contingente populacional que é o objeto principal de estudo nessa pesquisa.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa foi demonstrar que a partir da diminuição e redistribuição da população pelo território com a saída massiva de uma parcela trabalhadores especialmente da cidade de Ilhéus para outros centros urbanos e produtivos, houve alterações na configuração urbana das principais cidades que compõe a região e também houve alterações na configuração da rede urbana, visto que as trocas e os fluxos entre as cidades foram modificadas, havendo uma inversão dos papéis das cidades no que diz respeito à oferta de serviços, bens de consumo, de bens de capital e produção.

A variável demográfica possui papel central nas discussões estabelecidas dentro da pesquisa, pois a população da microrregião Ilhéus/Itabuna vem apresentando redução no seu contingente total, de acordo com dados dos últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Para entender as transformações na rede urbana Ilhéus-Itabuna, buscou-se contextualizá-la histórico e geograficamente, com a finalidade de entender sua formação, identificar as permanências e rupturas, ao longo do tempo, bem como refletir sobre seu futuro, considerando a dinâmica demográfica.

Foi preciso buscar entender os processos que deram origem a essa população, sua distribuição no espaço, sua estrutura demográfica e as razões que tem levado a população a migrar pelo território e para além dele, bem como destacar a chegada de novos grupos populacionais para as cidades analisadas.

Foram considerados os fatos históricos que permitiram a composição dessa rede urbana no espaço, o conjunto de fixos e fluxos¹ que a formam e que dão dinâmica na própria produção do espaço. Os fixos correspondem aos elementos concretos no espaço como Universidades, hospitais, rodovias, aeroportos, estabelecimentos comerciais, entre outros; já os fluxos estão relacionados com a própria fluidez que o espaço possibilita a partir da relação com os fixos, destacando-se os fluxos de pessoas, mercadoria, de capital e principalmente de informação.

Para Santos, M. (2006), os fixos e os fluxos correspondem um par de categorias geográficas, de forma que uma análise apartada desses termos não contribuiria para uma compreensão aprofundada do espaço. A interação dos fixos e fluxos com a rede urbana também é analisada nesse trabalho, assim como sua articulação com outras redes em nível regional, nacional e global.

A relevância do estudo se dá pela importância de reconhecer o espaço urbano desses municípios como áreas não apenas formadas por aglomerações de pessoas, mas ambientes onde esses contingentes populacionais constroem suas histórias, por meio do trabalho, das conexões sociais e da própria relação com o lugar.

A formação e ocupação de Ilhéus, Itabuna e seu entorno, têm laços históricos intimamente relacionados com a chegada do cacau na região Sul da Bahia, em meados do século XVIII consolidada no final do século XIX². Essa atividade econômica fez com que a região se tornasse uma grande área de atração populacional, recebendo migrantes de diversas partes do Brasil e do Mundo.

Historicamente, a atividade econômica mais importante e duradoura para Ilhéus e todo o Sul da Bahia foi o cultivo do cacau, que colocou o Estado da Bahia

¹ [...] dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, M., 1988). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, M. 2006, p.38).

² Informações da CEPLAC, texto online sobre o radar do Cacau, disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm, acessado em 20 de agosto de 2018.

no cenário mundial com a inserção de Ilhéus no contexto do capitalismo mundial via as Commodities do Cacau com a qual o capital encontrou, durante décadas, mecanismos para se reproduzir, a partir da cadeia produtiva que girava em torno desse produto.

No entanto, é vaga a concepção de que apenas a cadeia produtiva que gira em torno de uma monocultura de exportação é capaz de explicar unilateralmente o complexo processo de formação de uma rede urbana e também da microrregião. Um bom número de autores como Maria Palma Andrade e Lurdes Bertol Rocha (2005), Francisco Mendes Costa (2012), Elson Mira (2015), Clarice Oliveira (2009), Lurdes Bertol Rocha (2003, 2008), Maria Luiza Santos (2014, 2017), Dayse Souza (2011), Gilmar Trindade (2011), Maria Cristina Rangel (2013), Jorge Chiapetti (2009) têm buscado elucidar as consequências decorrentes da produção do cacau para o estabelecimento da rede urbana e da relação com a população local, entendendo tratar-se de um processo dinâmico e inserido na própria lógica de reprodução do capital.

A compreensão dos sistemas de formação das cidades que fazem parte da rede urbana e, também, da microrregião Ilhéus/Itabuna, exige uma análise ampla sobre o conjunto de fatores que contribuíram para a referida formação. Tais premissas permitiram identificar uma inversão de papéis e da escala de abrangência da rede urbana já que os negócios realizados no período auge do cacau colocava Ilhéus no cenário Mundial e representava uma abrangência para todas as cidades dos municípios participantes da produção do fruto.

Porém, com a crise da cacuicultura de 1990 a 2017, os núcleos urbanos que integram os municípios da rede urbana Ilhéus/Itabuna, deixaram de ter uma economia predominantemente agrícola com a maioria da população rural para se tornar uma economia com proeminência do setor terciário e uma população predominantemente urbana. A crise do cacau em Ilhéus contribuiu para a fuga de capitais e aumento do desemprego acentuando desestruturação territorial e urbana, forçando uma mudança no sentido das migrações para fora da área produtiva. A região, que outrora se caracterizava por exercer forte atração populacional, passa agora a ser identificada como uma região de repulsão de imigrantes.

Mendes Costa (2012) destaca a importância de se debater os problemas que afetam uma comunidade e de como o reconhecimento da natureza desses

problemas pode ajudar a construir soluções que beneficiem toda uma sociedade. A compreensão das razões que levaram ao surgimento de um determinado problema e de seus impactos na sociedade é de fundamental importância. Contudo, é necessária também a caracterização do espaço de influência desse acontecimento. O trabalho apresenta a partir de uma análise crítica o processo de estruturação, desestruturação e reestruturação econômica e social da microrregião Ilhéus/Itabuna.

A pesquisa procurou elucidar também a lógica da produção do espaço desse período, compreendendo que esta não ocorre isenta das ações humanas, ou seja, “[...] a concepção do espaço como produto social não avançava sem dificuldades. Dito de outra maneira, sem uma problemática em parte nova e imprevista [...]” (LEFEBVRE, 2006, p. 7). A pesquisa examina a relação existente entre os fluxos populacionais, a estrutura e o crescimento/decrescimento demográfico que ocorrem na microrregião Ilhéus/Itabuna e os seus impactos na produção do espaço da rede urbana local.

Em consonância com a caracterização de alguns elementos da crise econômica vivenciada na microrregião Ilhéus/Itabuna, a partir do final da década de 1980, é possível reconhecer, além disso, um cenário de sucessivas perdas demográficas. Da mesma forma, a busca pelo desenvolvimento de novas atividades econômicas como forma de vencer a crise, também passaram a fazer parte do cotidiano da população que ainda permanece no local. Tudo isso em meio a uma rede urbana ainda em construção, composta por cidades que, em sua grande maioria, têm no seu processo histórico de formação muitas semelhanças.

As informações expostas até aqui apontam para a problemática central deste trabalho, que trata do reconhecimento das análises demográficas no processo de produção do espaço nas cidades e na rede urbana presente na microrregião Ilhéus/Itabuna. Amélia Damiani (2009) afirma que os elementos ligados às questões demográficas não devem ser analisados arbitrariamente, pois são instrumentos importantes de análise para um dado momento histórico.

Os resultados da pesquisa permitiu realizar uma análise sobre o reconhecimento da relação existente entre a variação (crescimento e decrescimento) do número total de habitantes e seus rebatimentos na produção do espaço urbano. A compreensão do papel da dinâmica demográfica no processo de formação da

rede urbana e a identificação de transformações ocorridas no espaço intraurbano de algumas cidades, também se constituem em pontos analisados neste trabalho.

A importância de analisar as inúmeras temáticas demográficas, sobretudo aquelas ligadas às questões migratórias, possui papel importante para o reconhecimento de como as transformações no espaço influenciam a própria organização da sociedade.

Uma das estratégias utilizadas para compreensão das características demográficas da área de estudo, foram às análises dos resultados dos últimos censos realizados pelo IBGE, sem, entretanto, deter-se somente nelas. A aplicação de questionários (Apêndice A) nas cidades de Itabuna, Ilhéus, Itajuípe e Buerarema para entender o processo de formação da microrregião e as condições de vida da população local, foi uma metodologia utilizada durante a pesquisa.

Itabuna e Ilhéus foram selecionadas por se tratarem de espaços urbanos diferenciados, com grande destaque em sua rede urbana. Elas são as únicas cidades médias³ da microrregião, possuindo o nível hierárquico mais elevado na rede urbana local (TRINDADE, 2011). As principais transformações que ocorreram e que ainda ocorrem no contexto dessa região, envolvem, direta e indiretamente, essas duas cidades. Há indícios de forte presença da migração pendular envolvendo a população das pequenas cidades dessa região, em busca de serviços variados em ambas as cidades médias.

Além disso, foi aplicado um total de 64 questionários, sendo os participantes formados por 32 homens e 32 mulheres, em locais de grande circulação de transeuntes, como praças, feiras, colégios e terminal de ônibus. Apesar do número igual entre homens e mulheres, a escolha dos entrevistados ocorreu de forma aleatória. A disposição desses questionários pelas cidades é apresentada no gráfico a seguir. A maioria dos questionários foi aplicada em Itabuna e Ilhéus, devido ao grande destaque dessas cidades, no contexto de sua rede urbana.

³ Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (MAIA, 2010, p. 18).

Para representar o papel exercido pelas pequenas cidades dentro da rede urbana, foram selecionadas as cidades de Buerarema e Itajuípe para a aplicação dos questionários. Essas cidades localizam-se a menos de 50 km da cidade de Ilhéus, e a menos de 20 km de Itabuna, essa característica foi decisiva na escolha desses espaços para a realização da pesquisa, pois a população que habita essas duas cidades utiliza amplamente os mais variados serviços ofertados em Ilhéus, mas principalmente em Itabuna, tais como saúde, educação e comércio.

A relação de Buerarema e Itajuípe com os dois maiores centros urbanos da microrregião, Itabuna e Ilhéus, permite identificar com mais clareza o poder de atração que essas cidades têm exercido no contexto da rede urbana. Essas cidades oferecem à população regional uma vasta rede bancária, pontos variados de comércio de diferentes segmentos, além do crescente campo de ensino superior, que tem contribuído para reforçar e ampliar o nível de conexão desses espaços com outras cidades e outras redes.

A maior parte das entrevistas envolve uma população jovem e/ou adulta e, as respostas resultantes dos questionamentos correspondem, principalmente, à forma como esse grupo etário percebe as transformações em seu entorno. A participação de pessoas com mais de 59 anos, também foi fundamental para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Esse grupo etário é formado principalmente por ex-trabalhadores rurais e professores aposentados, que guardam em suas memórias um registro histórico de grande importância.

Os procedimentos metodológicos contaram ainda com pesquisa bibliográfica na literatura local, que analisa o processo histórico de formação da microrregião a partir da chegada dos portugueses e a elaboração de mapas temáticos relacionados ao contexto demográfico da microrregião. As correntes migratórias também foram analisadas e apresentaram informações sobre o período em que a monocultura do cacau era a principal atividade econômica da região.

A cidade de Ibirataia localizada a 142 km de Itabuna e a 166 km de Ilhéus foi mais um locus utilizado como espaço de pesquisa. Nessa cidade, no entanto, sem a aplicação de questionários estruturados. Apesar de se localizar um pouco mais distante das cidades centrais da rede urbana local, as entrevistas realizadas na cidade de Ibirataia contribuíram para reforçar a análise do processo de formação e transformação da rede urbana e da microrregião.

A produção cartográfica realizada facilitou a análise dos setores censitários de Ilhéus e Itabuna para identificação da distribuição espacial da população no interior das cidades. Dessa forma a pesquisa é composta de uma estratégia multimetodológica, que busca, por meio das análises de fontes primárias e secundárias, cercar o tema proposto em várias possibilidades.

Essa metodologia permitiu reconhecer, de forma prática, o papel de cidade central exercido por Itabuna, no contexto de sua rede urbana; os serviços que a população demanda, justamente encontrados, em sua grande maioria, na maior cidade da microrregião. A pesquisa de campo se constituiu numa importante estratégia para identificação das condições de vida da população local, origem, perspectivas de migração e a própria mobilidade da população dentro da rede urbana.

A análise demográfica da rede urbana Ilhéus/Itabuna revelou uma perda populacional na maioria dos municípios, enquanto outros apresentam crescimento populacional abaixo da média estadual. As dificuldades de reprodução do capital têm ocasionado a saída de parte da população, sobretudo de jovens, para outras cidades em busca, principalmente, de trabalho e estudo, refletindo assim a falta de uma infraestrutura adequada que possibilite ao morador local usufruir de boa qualidade de vida sem a necessidade de sair de sua terra natal.

A Dissertação está estruturada em quatro seções e diversas subseções. Na primeira seção, foram analisados os pressupostos teóricos da produção do espaço pela urbanização, os pressupostos do estudo populacional no contexto da urbanização seguida pela base teórica que analisa as redes urbanas, especialmente pela participação das cidades pequenas e medias nesse contexto. Na segunda seção foi estudada a configuração da rede urbana pela formação do território das principais cidades da região, analisando a evolução urbana de Ilhéus, Itabuna, Buerarema, Ibirataia e Itajuípe, bem como a centralidade urbana Ilhéus/Itabuna.

A estruturação e reestruturação urbano-regional foram analisadas na terceira seção com a adoção dos aspectos produtivos da região, destacando a questão produtiva e macroeconômica do território. Na quarta seção, foram analisadas as dinâmicas populacionais que se desenvolveram nos últimos anos, verificando a questão da renda e das desigualdades socioespaciais da população, além da questão dos fluxos de saída populacional das cidades pesquisadas.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA URBANIZAÇÃO

A formação dos primeiros núcleos urbanos é bastante antiga e permeia a história da humanidade há muitos anos. Contudo, as cidades, da forma como a compreendemos hoje, só passaram a ganhar representatividade e assumir novas funções a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, provocando uma série de transformações em toda a sociedade, configurando-se como principal responsável pelo êxodo rural, ao passo que as cidades tornaram-se vetores de atração populacional.

Compreende-se que as cidades, nos dias atuais, refletem em suas paisagens, os resultados dos processos desencadeados pelo modo de produção vigente naquela localidade. Todo o conjunto de transformações e contrastes existentes no espaço urbano sinaliza a maneira como a sociedade se relaciona com o processo de reprodução do capital. Assim, a questão da mobilidade, do adensamento, dos tipos de edificação, por exemplo, constituem elementos essenciais para as análises urbanas.

2.1. Produção do Espaço Urbano: Contradições e Perspectivas

A migração campo-cidade, no Brasil, foi motivada por dois fatores principais: o primeiro relaciona-se com a expulsão do homem do campo, por conta das novas relações capitalistas estabelecidas no meio rural, da difusão desigual da ciência, da tecnologia e da informação, que não alcança a todos, em todos os lugares, ao mesmo tempo, gerando desigualdades sociais e espaciais; o segundo, pela necessidade de mão de obra nas fábricas, que posteriormente passaram a criar novas tecnologias voltadas para a produção, circulação e consumo no campo. A partir de então, o processo de produção do espaço urbano ganhou nova característica, principalmente pela aceleração e inovação no uso de técnicas cada vez mais modernas, pressionando as cidades, pouco a pouco, ampliarem sua infraestrutura para comportar o aumento populacional.

O modo de produção capitalista contribuiu, consideravelmente, para o processo de urbanização, ou seja, a população passou a concentrar-se em espaços ínfimos – os das cidades – e ao mesmo tempo com grande parte concentrada

nessas aglomerações (DAVIS, 1977), em detrimento ao espaço rural. Em sua fase urbano-industrial ocorreram intensas transformações que marcaram, profundamente, esse processo de migração cidade-campo e alta concentração populacional em espaços urbanos muito demandados, como são os das cidades, tornando as cidades em um aglomerado humano altamente complexo nas relações dos homens entre si e com o espaço compartimentado das cidades em quarteirões, calçadas, ruas, bairros, centro, periferia, distritos industriais, e assim por diante.

Inúmeras cidades cresceram motivadas pelo surgimento de indústrias, esse crescimento urbano, associado à grande onda migratória rural-urbana, contribuiu para que novas cidades surgissem, tendo em vista que as demandas por atividades nos setores de comércio e serviços aumentaram diretamente com o crescimento industrial e populacional nas cidades.

Para Manuel Castells (1983), a produção do espaço urbano é explicada, principalmente, pelo modelo econômico vigente. O autor busca compreender a lógica da produção do espaço urbano a partir do processo de industrialização, deixando claro que apesar da implantação da atividade industrial na fase do capitalismo monopolista ter a capacidade de alterar o espaço de forma acelerada, não se configura como único mecanismo de produção do espaço.

O espaço urbano, que crescia e se formava para atender as crescentes demandas da atividade industrial e, ao mesmo tempo, era o receptáculo principal dos produtos e estruturas criadas dentro do modo de produção capitalista, acabava também abrindo espaço para que outros segmentos da economia passassem a se desenvolver, como o comércio e os serviços, o que contribuía para ampliar o caráter dinâmico e plural da produção do espaço urbano.

A produção do espaço e em especial a produção do espaço urbano ocorria, então, sob a égide do capitalismo, que marcava as estruturas sociais com muita desigualdade e contradição, pois a sociedade estava cada vez mais dividida em classes, em pessoas que poderiam acessar, via compra, uma fração do espaço urbano, onde poderiam residir e trabalhar. Jean Lojkine (1997), nos mostra isso:

Na medida em que, segundo nossa hipótese, as formas de urbanização são antes de mais nada formas da divisão social (e territorial) do trabalho, elas estão no centro da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico – essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas – e as leis de acumulação do capital (LOJKINE, 1997, p. 143).

Assim, a urbanização não pode ser compreendida apenas como o resultado da simples transferência de indivíduos do campo para a cidade, mas principalmente da complexidade que vai se formar a partir daí. É fundamental reconhecer que o desenho do espaço urbano, seja de cidade pequena ou até mesmo uma grande metrópole, não ocorre sem as marcas das relações sociais contraditórias, próprias do modo de produção capitalista, que reforça as relações desiguais estabelecidas entre aqueles que trabalham e produzem e uma minoria que se apropria dessa força de trabalho em busca de lucros cada vez maiores e de forma mais rápida, sem que haja preocupação com a deploração das condições de vida da maioria.

Analisando os desafios que permeiam o cotidiano da vida urbana, verifica-se a pluralidade de obstáculos e problemas que se apresentam no dia a dia dos humanos nas cidades. Independentemente do tamanho, todas as cidades apresentarão conflitos gerais e específicos da vida em sociedade; porém, nas grandes cidades, em especial nas metrópoles, esses desafios tendem a se multiplicar e ampliar. Milton Santos (1994), ao se referir ao processo de urbanização ocorrido no Brasil, afirma que:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, M., 1994, p.10).

O fato é que o fenômeno da urbanização não ocorre de forma homogênea no conjunto tempo/espaço, pois em cada país a urbanização contribuiu para ampliar e definir o processo de diferenciação dos espaços. Quando analisamos ou comparamos a realidade entre os países, as particularidades se tornam ainda mais intensas. Em países desenvolvidos, pioneiros no processo de industrialização, a urbanização ocorre de forma mais lenta e gradual; contudo, nos países em desenvolvimento, esse processo foi tardio e mais acelerado, relativamente falando, o que fatalmente contribuiu para ampliar as contradições sociais existentes, visto que não foi acompanhado por políticas sociais de bem-estar, como nos países pioneiros.

A ocorrência de um modelo de urbanização mais gradual e com raízes históricas mais antigas não garantiu aos países desenvolvidos a construção de espaços isentos de conflitos e/ou contradições socioespaciais. Diversas cidades,

tanto na Europa quanto nos EUA, enfrentaram e ainda enfrentam inúmeros casos de segregação social, violência e diversas formas de desigualdade; situações comuns ao modo de produção capitalista. Vale lembrar que antes do sistema capitalista já havia desigualdades sociais marcantes, entretanto, as formas de transferência da riqueza da maioria para uma minoria eram diferentes da do capitalismo.

Castells (1983) afirma que a sociedade se especifica a partir de um conjunto histórico que também vai permitir a expressão concreta do espaço. O espaço é o resultado de uma gama de ações, tais como conflitos, trabalho e interação próprias da sociedade que, ao mesmo tempo em que moldam o espaço, acabam sendo modificados. "O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social" (CASTELLS, 1983, p.182).

O poder exercido pelo capital no âmbito da produção do espaço, apesar de se apresentar como hegemônico, não se constitui de forma homogênea e unitária nesse processo. Deve-se considerar as diversas formas de interação entre os sujeitos e destes com o espaço à sua volta. Os processos sociais, nesse sentido, sejam eles associativos ou dissociativos, devem ser considerados como sendo tão importantes quanto ao próprio mecanismo de reprodução do capital e, mais ainda, as especificidades que cada lugar oferece.

Santos, M. (1994) destaca a importância de reconhecer as características próprias do modelo de urbanização estabelecido no Brasil, que inicialmente importa estratégias de urbanização oriundas da Europa. Porém, mais tarde, as forças e os agentes endógenos condicionam a urbanização do Brasil a assumir características mais condizentes com a realidade do país, principalmente no que se refere às desigualdades regionais.

No começo, a "cidade" era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez B. Hoselitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui "como flor exótica", pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado na Europa, vai ser modificado (SANTOS, M., 1994, p.17).

No Brasil a formação das primeiras cidades data do período colonial (XVI – XIX), com a expansão urbana principiante relacionada aos ciclos de exploração

econômica que o país enfrentou ao longo de cinco séculos, que permitiu o surgimento de algumas cidades com funções limitadas, voltadas, quase sempre, para o escoamento da produção de produtos primários para outros países, como a madeira, cana-de-açúcar, borracha, café, cacau, algodão, soja, ou produtos minerais. É possível evidenciar o papel exercido pela agricultura como gerador de riqueza, centralizando as principais atividades políticas, econômicas e sociais, entre os séculos XVI ao XIX, principalmente. Desse modo, Santos afirma:

Subordinado a uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (SANTOS, M., 1994, p.20).

Corroborando com o exposto sobre o papel da agricultura comercial e ocupação do território brasileiro, faz-se necessário apresentar alguns dos principais ciclos de exploração econômica do Brasil, pautados na exportação de matérias-primas, a começar pela cana-de-açúcar, no século XVII, que contribuiu para o surgimento de muitas cidades ao longo do litoral brasileiro, sobretudo no Nordeste. Mais tarde, o ciclo minerador do século XVIII permitiu que algumas cidades importantes surgissem no interior de Minas Gerais, como Ouro Preto e Mariana. O ciclo do café e da borracha, ambos no século XIX, contribuíram para o surgimento de inúmeras cidades na Região Sudeste e na Amazônia respectivamente.

A análise de questões tão sensíveis para a compreensão do que realmente envolve a dinâmica do processo de urbanização, nos leva a reconhecer o papel que os monopólios do sistema financeiro exercem enquanto artífices do processo de divisão da sociedade em classes. Visando garantir que uma minoria privilegiada se beneficie da produção do espaço urbano, na medida em que busca, a todo tempo, direcionar os investimentos para a organização da estrutura urbana de forma a atender seus interesses, comprando e vendendo terrenos, incorporando novos espaços à cidade, criando novas formas de bairros e tipos construções, inventando signos para valorizar determinados espaços em detrimento a outros e assim por diante.

David Harvey (1980) argumenta que o monopólio sobre o espaço urbano exercido pelos grandes grupos financeiros atua de forma rigorosamente estratégica

a obter rendimentos. Todo investimento e ações realizadas no espaço têm seguramente seus prós e contras analisados de forma a garantir a maximização dos lucros, realizando, sempre que possível, investimentos cada vez menores, com o intuito de garantir maiores êxitos em suas ações. Assim, por exemplo, quem dispõe de dinheiro pode comprar sua moradia, pagar à vista por um preço x , enquanto que o pobre, que não pode comprar à vista, financia o imóvel e acaba pagando às vezes $x + y + z + n$ pelo mesmo imóvel, pois lhe são acrescentados juros, correção monetária, seguros, e uma taxa de risco, caso as prestações não sejam pagas. É como diz Harvey:

Os ricos, que estão plenos de escolha econômica, são mais capazes de escapar das consequências de tal monopólio, do que os pobres, cujas escolhas são muitíssimo limitadas. Por isso, chegamos à conclusão fundamental de que o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele (HARVEY, 1980, p. 146).

O espaço urbano é, portanto, a vitrine onde as contradições do modo de produção capitalista se apresentam de forma mais nítida. O conjunto dos elementos fixos dispostos no espaço urbano, muitas vezes públicos, não é, nem pode ser, na maioria das vezes, utilizado por todos. Há que se considerar a superioridade nas ações que permitem a uns poucos de acessarem privilégios, enquanto levam à exclusão uma maioria. Essas incoerências se tornam ainda mais visíveis quando o foco das análises passa a ser a questão da moradia e uso do espaço pelos diferentes grupos sociais.

Castells (1983) também argumenta sobre o papel exercido pelas moradias, para se compreender a própria dinâmica da urbanização, enfatizando que o perfil das casas é capaz de revelar quão desigual é determinado espaço. Segundo o autor, a moradia reflete e muito a pluralidade dos signos e significados que permeiam a sociedade, acrescentando que ela se compõe do emaranhado de símbolos criado de forma consciente e inconsciente por seus habitantes. Castells completa a análise afirmando que,

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas (CASTELLS, 1983, p.249).

A moradia, estando assentada numa determinada fração do espaço, se torna local de disputa, conforme o interesse que o poder econômico possa ter. Tornando-a instrumento de apropriação e condição para reprodução do capital, ou pela falta de interesse, se configurando como um espaço desvalorizado, reservado às camadas mais pobres da sociedade. Mas podendo, também, ser encarado como espaço de disputa por parte da parcela com menor poder aquisitivo.

Ao analisar os resultados que estas incongruências impõem no/ao espaço urbano, Harvey acrescenta:

A obsolescência física, gerada dessa obsolescência econômica, resulta em pressões sociais e econômicas que aumentam nas piores seções do mercado de moradia, e que tem de manifestar-se, em um estágio ou outro, por uma “explosão” em alguma parte. Essa “explosão” resulta em nova construção e na aquisição de solo novo nos limites urbanos ou no redensolvimento urbano – processos que estão sujeitos à intensa pressão especulativa. A formação de novas famílias e a intra-imigração sustentam essa dinâmica (HARVEY, 1980, p.150).

A noção adquirida com relação ao espaço urbano necessita ser ampliada. Precisa fugir de uma percepção vulgarizada, que limita a análise, definindo urbanização sem considerar o papel mais que importante das contradições socioespaciais nesse processo. É preciso reconhecer a importância do espaço enquanto ambiente de reprodução do capital e, por isso mesmo, permeado de incoerências, sendo foco de disputas e instrumento de poder seja pelo Estado, por grandes corporações ou por grupos sociais. De acordo com Henri Lefebvre:

As implicações e imbricações lógicas se compreendem como tais, mas sabendo-se que essa compreensão não exclui (ao contrário) os conflitos, as lutas, as contradições. Nem, inversamente, os acordos, entendimentos, alianças. Se o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam, o que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou virtuais, não estão nem ausentes nem eliminados (LEFEBVRE, 2006, p.11-2).

São inúmeras as análises e inferências realizadas por vários cientistas sociais, sobretudo por geógrafos que buscam enxergar o espaço como objeto de estudo. Na tentativa de compreender o comportamento da sociedade nesse processo, Ana Fani Carlos (2007) questiona, de forma separada, como cada ciência poderá explicar as contradições e transformações que permeiam a construção do espaço urbano. Segundo a autora:

Em primeiro lugar, a compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa (CARLOS, 2007, p.20).

A compreensão da urbanização enquanto processo, deve estar condicionada a uma análise plural, diversa e metodologicamente variada, de modo que o pesquisador não se limite a um único modelo de análise. Tampouco se deve considerar um único fator ou vertente como responsável pela realização do fato em si, desconsiderando todas as nuances que envolvem as relações sociais, capazes de impor e criar no espaço as estruturas que lhe dão significado. Carlos (2007) reafirma o papel da interação entre os sujeitos e destes com o espaço ao longo do tempo histórico, como condição fundamental na construção do espaço urbano, entendendo que as relações sociais têm a possibilidade de se materializar em um território real e concreto. Assim,

[...] a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática socioespacial, demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais — realizando-se enquanto relação espaço-temporal (CARLOS, 2007, p.20).

A dualidade tempo/espaço se constitui como indissociável para análises sérias em torno da questão urbana. Reconhece-se que o espaço, enquanto produto da sociedade é marcado com um forte conteúdo de intencionalidade, que nada mais é, do que o resultado do choque de interesses numa sociedade dividida em classes que, alicerçadas nas condicionantes específicas de cada época (tempo), vão produzir e reproduzir os elementos responsáveis por caracterizar o espaço; uma relação, portanto, que se estabelece de forma dialética.

Ao apresentar a semiótica⁴ como mecanismo de compreensão do espaço, Lefebvre (2006) reconhece o mesmo como objeto em construção, fugindo das ideias

⁴"A semiótica dependeria das pulsões (de morte e de vida) tanto quanto o simbólico e o semântico, se ligariam aos signos como tais. O espaço se ofereceria com a linguagem e na linguagem sem que para ele exista uma formação diferente. Povoado de signos e significações, cruzamento indistinto dos discursos, continente homólogo ao que ele contém, esse espaço se compõe de funções, de articulações, de encadeamentos, como o discurso. Necessários, os signos se bastam, pois o sistema de signos verbais (dando lugar à escrita) contém a essência de encadeamentos, aí compreendidos os do espaço" (LEFEBVRE, 2006, p. 194).

tradicionais de que o espaço é apenas um meio circunscrito. Acrescenta que o espaço nunca está pronto, pois se transforma, ao que tudo indica, de forma incessante. O objetivo, portanto, não é descrever o espaço, ou delimitar suas propriedades, mas identificar os fluxos, as redes, os agentes e mesmo as intenções que ao se conflitarem acabam por construir, reestruturar e ressignificar o espaço.

2.2. Reflexões teóricas sobre população e urbanização

População e urbanização constituem-se como temas de fundamental importância nas análises geográficas. É preciso, no entanto, destacar a complementaridade existente nessa relação; até que ponto o entendimento desses dois assuntos tão importantes entra em sintonia no âmbito da produção do espaço. A relevância do estudo sobre a população e sua relação com o processo de urbanização se dá pela importância de reconhecer o espaço urbano como áreas, não apenas formadas por aglomerações de pessoas, mas como ambientes onde contingentes populacionais constroem suas histórias por meio das relações sociais que são constituídas.

De acordo com Amélia Damiani (2009), o método de análise para o estudo da população possui papel central e decisivo na construção de análises mais amplas e que apresentem a realidade de forma mais nítida. A autora sugere analisar os conteúdos referentes ao estudo da população a partir das fragmentações que se apresentam. Tal estratégia evidencia o caráter múltiplo da temática que envolve as discussões demográficas. Assim:

É preciso, então, em termos de análise, destruir o objeto real, em sua complexidade; portanto, não iniciá-la pela população. Começar por decifrá-lo a partir dos elementos mais simples, abstratos, no sentido de parciais, mas que garantam a possibilidade de continuar o movimento analítico e criar como necessidade categorias cada vez mais concretas. Isto é, categorias mais próximas da complexidade do real, no intuito de desvendar o fenômeno tratado, nas suas múltiplas determinações e movimento, concluindo, então, pelo conhecimento da população (DAMIANI, 2009, p. 9).

O estudo da população, longe de ser compreendido apenas como a análise de um conjunto de indivíduos que habitam determinada área, deve tratar de

compreender as inúmeras nuances que permeiam as pesquisas de cunho demográfico. Para além dos resultados quantitativos, a perspectiva do estudo da população envolve conteúdos ricos de especificidade e pluralidade, somada as idiosincrasias dos diferentes espaços onde a população atua.

Segundo Rangel (2013) o autor Michel Foucault define população como “[...] uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (FOUCAULT, 2008, p. 28 apud RANGEL, 2013). Em outros termos, só é possível entendermos uma população quando a considerarmos em sua multiplicidade estrutural – sexo, idade, fecundidade –, em seu movimento territorial – as migrações – e em suas qualidades – formações educacionais, trabalhistas, religiosas, linguísticas e étnico-raciais. Tudo isto em um determinado tempo-espaço, sem os quais a população seria apenas uma abstração numérica.

Na Geografia em particular, o conteúdo populacional quase sempre é analisado de forma ampla, ligando-se a outras temáticas e/ou campos de análise. O perfil da população de um determinado espaço é, ao mesmo tempo, produto de transformações sociais e mecanismo de mudanças estruturais, no qual o processo de industrialização, as transformações no espaço rural e, principalmente, a urbanização raramente são analisadas, desconsiderando-se o papel populacional nesse contexto.

A urbanização brasileira, por exemplo, sobretudo a partir dos anos de 1960, contribuiu, no primeiro momento, para um rápido aumento da população. Com a saída das pessoas do campo em direção às cidades, a população recém-chegada, passou a ter acesso a mais informação, saneamento básico, assistência médica, vacinas e outras facilidades; o que levou a uma redução brusca da mortalidade infantil, aumentando a população por meio do crescimento vegetativo.

Existe em cada cidade uma rede de relações que se estabelece e se transforma diariamente entre os seus habitantes, e destes com os habitantes do campo e com os habitantes de outras cidades. Em busca de negócios e da utilização de serviços, faz-se necessária a compreensão dos inúmeros fenômenos que

envolvem a dinâmica populacional e os reflexos dessa dinâmica no espaço. Compreender sua estrutura, composição etária e sexual, análise das taxas de crescimento vegetativo, migrações, ocupação, é importante, pois dependendo do perfil predominante em um determinado espaço, a situação econômico-social tem relação direta com tal fenômeno. Assim,

Na análise geográfica da população, a demografia, além de contribuir nos procedimentos de quantificação dos dados brutos de população, definiu material estatístico de cunho mais qualitativo, que teria auxiliado a geografia na caracterização econômica, e no esclarecimento de tensões decorrentes das questões econômicas, no interior de marcos espaciais específicos (DAMIANI, 2009, p.57).

Em um mundo cada vez mais globalizado e marcado pela aceleração dos fluxos econômicos, de informação, mercadoria e, sobretudo, de pessoas, tem-se buscado a realização de estudos que discutam a relação direta e indireta desses fluxos com a sociedade. A urbanização acaba se configurando como resultado desse conjunto de fluxos, sendo o espaço urbano o ambiente onde eles se desenrolam.

Evidentemente que a mobilidade da população não se restringe aos espaços urbanos. Contudo, historicamente, as migrações sempre tenderam a ocorrer das áreas de maior necessidade econômica e social para as áreas mais desenvolvidas, gerando impactos tanto nos locais de repulsão, nos percursos, quanto nos locais de atração populacional. Para Damiani, "Os estudos geográficos sobre migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a Antiguidade até nossos dias. O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações [...]" (DAMIANI, 2009, p.61).

Logo, reconhecer o papel das migrações no processo de povoamento é entender que o desenvolvimento e a formação dos espaços urbanos, estão diretamente relacionados com a mobilidade territorial da população nas mais variadas escalas, desde as migrações intercontinentais, até as migrações pendulares, tão comuns e intensas nas áreas metropolitanas. De acordo com Santos: "Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes [...]" (SANTOS, M., 2006, p.222).

No Brasil, a história dos movimentos migratórios se confunde com a própria história do país. No contexto desses fluxos populacionais no território nacional, destacam-se inúmeros grupos étnicos: os negros vindos do continente africano de forma forçada a partir do século XVII; os europeus, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, para substituir a mão de obra escrava; além de outros grupos como japoneses e árabes. Na análise de Santos, “a partir de 1950 verifica-se uma aceleração do movimento migratório no país e tanto as taxas de emigração líquida como as de imigração líquida conhecem uma evolução positiva” (SANTOS, M., 2008, p. 212).

É importante ressaltar que as atividades ligadas ao setor primário contribuíram significativamente para impulsionar os movimentos migratórios no Brasil. A implantação de um modelo agrícola pautado na monocultura em grandes propriedades sempre predominou na maior parte do território a partir da dominação europeia, o que exigiu uma numerosa mão de obra capaz de sustentar esse modelo. A partir do século XX, no entanto, a industrialização e a posterior mecanização agrícola contribuíram para um intenso processo de êxodo rural. Segundo Damiani: "Dessa forma, reproduz-se a contradição entre o afluxo às cidades e a redução quantitativa do engajamento nas atividades de produção. Portanto, a migração rural-urbana comportaria, inclusive, o aumento quantitativo dos conflitos sociais" (DAMIANI, 2009, p. 63).

Nota-se, dessa forma, que para a compreensão do processo de urbanização, no Brasil, as considerações acerca das migrações não podem ser negligenciadas. Pois, a urbanização entendida enquanto fenômeno só se efetiva com a transferência da população do campo em direção às cidades ou de uma cidade para outra. Contudo, o quadro de desigualdade estabelecido no campo brasileiro, causada pela má distribuição de terras e dos meios técnicos e científicos necessários à produção e competição no mercado de commodities, contribuiu para que muitas famílias fossem forçadas a migrar de um local para outro em busca de trabalho, de forma acelerada e intensa.

As relações de trabalho, no Brasil e em muitos países, a partir da década de 1970, sofreram intensas transformações, tanto nas cidades, quanto no campo. A necessidade de reprodução do capital se apresentava, por um lado, de forma bastante avançada tecnologicamente, exigindo mão de obra cada vez mais

qualificada; por outro, a intensidade com que essas transformações ocorreram, consolidaram ainda mais as relações desiguais de trabalho. Para Dayse Souza,

O processo de modernização no campo do capital industrial que se estabelece a partir da década de 1970 criou diferentes debates entre intelectuais brasileiros. Nesse contexto histórico, consolidava-se o processo de ampliação do capital no campo atrelado ao projeto global de autoexpansão capitalista representado em uma nova lógica de acumulação do modelo flexível de produção, iniciada desde o período de crise pós-segunda guerra mundial. Tais alterações representavam para muitos intelectuais desenvolvimento no campo, criando assim possibilidade de superar as condições de atraso que vivia o campo brasileiro. O que ocasionou mudanças nas relações de trabalho, ampliando trabalho assalariado e, por outro lado, o “desaparecimento” da pequena produção e/ou o campesinato (SOUZA, D., 2011, p.25).

As alterações decorrentes da modernização do campo no Brasil, com a inserção de novas tecnologias, suscitaram transformações importantes no perfil demográfico, nas relações de trabalho e no processo de urbanização. As novas tecnologias empregadas no espaço rural brasileiro passaram a exigir mão de obra mais qualificada nas atividades primárias, aumentava a produção sem a necessidade de mais mão de obra, ao mesmo tempo em que expulsava milhões de famílias do campo, as quais encontravam inúmeras dificuldades para sua fixação nas cidades.

As relações de trabalho foram transformadas de forma a garantir maior possibilidade de obtenção de lucro, sobretudo por parte dos grandes latifundiários, que se constituem como os principais beneficiados do processo de modernização tecnológica do campo. As pequenas propriedades, em sua grande maioria, foram excluídas desse processo de modernização, o que contribuiu consideravelmente para ampliação de relações desiguais de trabalho. Na afirmação da autora,

Em pleno desemprego estrutural, o capital, que na sua essência se reproduz de forma contraditória, traz tanto para o campo como para a cidade novas formas de acumulação, sobretudo no aumento de formas de precarização das relações de trabalho, principalmente a partir de processos cada vez mais avançados de potencialização da extração de mais-valia (SOUZA, D., 2011, p. 26).

A mecanização acelerada, em algumas áreas do campo no Brasil a partir da década de 1980, também produziu movimentos migratórios importantes, sobretudo em áreas onde se estabeleciam outrora atividades tradicionais com pouca ou

nenhuma mecanização. Em curto espaço de tempo, os trabalhadores que viviam nessas áreas passaram a ser substituídos pelas máquinas, tendo a inserção de tecnologias modernas no campo contribuído para acelerar o êxodo rural no Brasil. Além disso, a implantação de culturas sazonais em muitas propriedades foi responsável por produzir movimentos migratórios não definitivos, onde os trabalhadores se deslocavam do seu local de origem (quase sempre do espaço urbano) no período da safra em direção ao local da colheita. Eis o que Milton Santos (2008), com muita precisão, diz a respeito:

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de Terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estava em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva de uma estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de produção recente (SANTOS, M., 2008, p. 213).

A falta de planejamento e de políticas públicas que garantissem à população, recém-chegada do campo, oferta de trabalho, moradia, segurança, alimentação, entre outros, fez com que aumentasse demasiadamente o número de novos municípios no Brasil. Nesse período, a zona urbana passa a ser mais atrativa aos olhos da população, a rede urbana brasileira começa a se estruturar de acordo com os interesses do capital e ao mesmo tempo surge uma série de problemas urbanos, tais como violência, favelização, desemprego estrutural entre outros.

As cidades brasileiras, principalmente, nas últimas décadas do século XX, passam a conter em seus territórios os reflexos nocivos da urbanização acelerada, provocada pela explosão da migração rural-urbana. As periferias crescem em ritmo desenfreado no conjunto tempo/espaço e, de acordo com Oliveira, “Simultaneamente, aumentam os reclamos dos mais pobres por habitação, saúde, educação e trabalho, requisitos essenciais à realização da vida” (OLIVEIRA, 2009, p. 160). Ou seja, crescimento urbano nem sempre significa melhor qualidade de vida, pelo menos para uma parcela significativa da sociedade.

Oliveira (2009) propõe uma análise e construção de políticas públicas, em longo prazo, mas buscando compreender as reais necessidades do presente, a fim de que se possa planejar um futuro melhor para a cidade e seus habitantes. Segundo a autora:

A cidade que temos hoje pode servir de parâmetro para projetarmos a cidade do futuro. As decisões que forem tomadas agora – coletivamente – implicarão no tipo de cidade (e de cidadão) que teremos em breve. Isto serve para São Paulo, Itabuna ou Camacan. É preciso que as coletividades se envolvam de fato com as questões municipais. É preciso construir instrumentos democráticos que incentivem e permitam a participação popular quanto aos destinos da cidade (OLIVEIRA, 2009, p.160).

O planejamento urbano deve ser pensado visando atingir os interesses da coletividade e, não apenas de um pequeno grupo, como tem acontecido na grande maioria dos municípios no Brasil, mas, sobretudo, é preciso entender a cidade como um espaço dinâmico, onde os movimentos migratórios internos ou externos constituem ferramenta importante na produção do espaço.

É preciso reconhecer que a ligação entre população e urbanização não cessa apenas com a análise das questões migratórias. O perfil etário predominante pode retratar (e muito) as condições de vida existentes em uma cidade, ao se analisar, por exemplo, uma realidade hipotética na qual o número de jovens vem caindo no conjunto total da população, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento no número de idosos. Isso pode possibilitar a interpretação de que esteja ocorrendo um aumento da expectativa de vida e uma redução na taxa de natalidade.

A análise qualitativa e quantitativa dessas informações permite que uma série de ações seja realizada. Reconhecer o processo de ocupação do espaço urbano através da concentração populacional em algumas áreas permitiria, ao poder público, aplicar os recursos e desenvolver as ações no espaço de forma mais específica, além de contribuir também para que o capital identifique as áreas de maior interesse numa cidade, estado ou mesmo no país.

Sendo o espaço urbano o resultado direto das relações sociais, a população que nele habita pode e deve ser encarada como um objeto de estudo fundamental, permitindo refletir sobre as condições socioeconômicas sob as quais está submetida. O ganho ou a perda no número total de habitantes é, também, outro importante elo entre população e urbanização, na medida em que o aumento ou decréscimo no número de habitantes interfere diretamente na implantação de políticas públicas no interior do espaço urbano.

Ocorre que muitas análises acerca das cidades desconsideram o papel exercido pelos núcleos de menor concentração populacional. Para Corrêa (2006), os principais debates em torno da questão urbana têm privilegiado demasiadamente as

grandes cidades, atribuindo tal fato à capacidade que as grandes cidades possuem de ofertar uma gama maior de serviços, muito mais complexos, que as cidades de menor porte.

Entretanto, ao abordar o papel das pequenas cidades dentro de uma rede urbana Corrêa (2006) afirma que:

As pequenas cidades, numerosas que são, geram, em regra expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que esta possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam (CORRÊA, 2006, p.258).

O grau de concentração populacional e o número de habitantes numa determinada área impactam de forma decisiva no perfil da rede urbana na qual estão situadas. A variedade e complexidade dos serviços oferecidos irão se ampliar e se diversificar à medida que a demanda por esses serviços crescerem. Tal situação se estabelece, principalmente, de duas formas: a primeira ligada ao poder de compra da população, ou seja, ao nível de renda dos habitantes e, a segunda, pelo próprio tamanho do mercado consumidor.

A condição que se estabelece com a perda no número total de habitantes é mais um fator importante a ser considerado nesse processo, pois impacta negativamente na arrecadação de impostos dos municípios. Algumas verbas, como o Fundo de Participação dos Municípios - FPM são calculadas a partir do número total de habitantes e da renda *per capita* de cada Estado. A falta desse recurso compromete o investimento em áreas essenciais para o desenvolvimento de um determinado local. De acordo com Santos:

O efeito do tamanho tem papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho: quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico (SANTOS, M., 1994, p.121).

Assim, alargar a ideia que se tem com relação à questão demográfica de uma cidade ou microrregião, somando-se a caracterização de sua rede urbana, pode auxiliar na elaboração de determinadas políticas públicas, fornecendo, muitas vezes, caminhos para a melhoria da administração urbana e, permitindo que a cidade seja pensada a partir de uma realidade coletiva e dinâmica ao mesmo tempo.

2.3. Produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias

A produção do espaço urbano em um país não pode ser analisada levando-se em consideração apenas a quantidade de metrópoles que abriga, tampouco limitar-se a avaliar a quantidade de equipamentos modernos que as cidades possuem e que podem ser usufruídos por sua população. Abordar a temática da produção do espaço urbano envolve reconhecer quão densa e articulada é a sua rede urbana.

Para análise do porte de uma cidade, é fundamental a compreensão do número total de habitantes, mas também do tamanho da malha urbana. Em estudo realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Doralice Sátyro Maia (2010) argumenta acerca das particularidades que uma cidade apresenta, e que possibilita sua diferenciação de outros espaços, inclusive quando comparada a cidades do mesmo porte. Na afirmação da autora:

(...), não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denomina de pequenas e médias cidades, mas o que se afirma é que este dado não traduz a dinâmica do conjunto de cidades estudadas ou mesmo não é sinônimo de uma dada realidade. Pois, mesmo que se considere um intervalo de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços, em outras palavras, considerando-se o território brasileiro, uma cidade com 100 mil habitantes no interior do estado da Bahia não é igual a uma cidade com o mesmo contingente populacional no estado de São Paulo, por exemplo (MAIA, 2010, p. 19).

A articulação entre as cidades está diretamente relacionada com a capacidade que possuem em ofertar e demandar serviços umas das outras, de outro modo, reconhece-se a articulação urbana através do grau de interdependência entre as cidades. No caso do Brasil, em especial, pelo fato de assumirem cada vez mais novas funções, as cidades médias tem se tornado extremamente importantes para a compreensão da dinâmica urbana, pois acabam por abrigar tanto elementos comuns às cidades grandes, quanto às características comuns de cidades pequenas. Segundo Maria Sposito,

A importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços (SPOSITO, 2007, p. 37).

Em outras palavras, as cidades médias brasileiras têm se tornando cada vez mais importantes, pois conseguem reunir um conjunto de elementos capazes de torná-las atrativas aos olhos dos habitantes de outras cidades, principalmente, de cidades pequenas, onde muitas vezes a mobilidade entre esses espaços se amplia, acompanhando a crescente capacidade que as cidades médias têm de ofertar serviços, que não por acaso encontram boa parte da demanda nas cidades pequenas.

Ao apontar algumas perspectivas da urbanização brasileira para o início do século XXI, Santos destaca que:

[...] os próximos anos, quem sabe até os próximos decênios, marcarão ainda um fluxo crescente de pobres para as grandes cidades, ao passo que as cidades médias serão o lugar dos fluxos crescentes das classes médias. Em resumo, a metropolização se dará também como “involução”, enquanto a qualidade de vida melhorará nas cidades medias (SANTOS, M., 1994, p.123).

O censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010 revelou que as cidades médias têm atraído novos investimentos e, conseqüentemente, mais pessoas têm procurado viver nessas cidades. Contudo, não é possível afirmar que a estagnação econômica ou populacional ocorrida em algumas áreas metropolitanas no Brasil, representou um aumento significativo da qualidade de vida nas cidades médias. Muito pelo contrário, inúmeros problemas que antes estavam quase que exclusivamente presentes nas grandes cidades, passam cada vez mais a fazer parte do cotidiano das médias e pequenas cidades.

É nesse contexto, que situações como a explosão da violência, exclusão social e a falta de habitação, se constituíram como realidades comuns à grande maioria das cidades no Brasil. A distribuição desses problemas por todos os níveis da hierarquia urbana ocorre, principalmente, pela ineficiência de políticas públicas que se proponham a distribuir melhor a renda e pela própria dinâmica de reprodução do capital nesses espaços.

A intensa fragmentação do processo produtivo também pode auxiliar na compreensão dessa realidade. Cidades de menor porte, dotadas de importantes funções urbanas e certa organização do espaço intra-urbano, passam a assumir cada vez mais destaque; pois, ao mesmo tempo, ampliam seus problemas, causados pelo reflexo das contradições presentes na própria sociedade.

De acordo com Corrêa (2006), a situação de desigualdade que se estabelece na produção do espaço urbano, tende a se ampliar, também, por conta do processo de globalização. O autor destaca o caráter excludente e nocivo da globalização ao apresentar os elementos que são mais passíveis de serem impactados por esse processo. Para Corrêa:

A globalização impacta vigorosamente as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização impacta, ainda que desigualmente, as formas, funções e os agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORRÊA, 2006, p.256).

A produção do espaço urbano, assim como a maioria das ações na vida em sociedade, não se desenvolve sem o aporte da globalização. Evidentemente, que os reflexos por ela estabelecidos não ocorrem de forma homogênea pelo território, mas todos os espaços são direta e indiretamente afetados. O segmento do trabalho, por exemplo, é um dos setores que mais tem sido atingido pela dinâmica da globalização, sobretudo por estar presente em todos os espaços urbanos, independentemente do tamanho.

O fato do mundo do trabalho ser afetado pela globalização, não ocorre sem um forte conteúdo de intencionalidade. A própria divisão do trabalho serve para atender a interesses da lógica de reprodução cada vez mais acelerada de capital. É justamente nesse contexto que é possível observar o papel das pequenas cidades dentro da economia global. Segundo Corrêa: "A elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 2006, p.258).

As pequenas cidades, em sua grande maioria, surgiram, assim como as demais cidades, para atender a necessidade de reprodução do capital. Seus fixos e fluxos por mais rarefeitos que possam parecer, permitem a organização e estruturação de um espaço capaz de reproduzir, guardadas as devidas proporções, os aspectos mais sensíveis da vida urbana. O próprio fato de serem caracterizadas como "pequenas", só é possível a partir da comparação com outros espaços, sejam

eles médios ou grandes, que suscitam inúmeros debates sobre a questão da rede urbana e do processo de hierarquização. Para Maia:

Ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra “média” e/ou “pequena” faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Cidade pequena se contraporia à cidade grande. E cidade média seria aquela que está entre uma e outra, ou seja, teria uma dimensão intermediária. (MAIA, 2010, p. 18).

Evidentemente, que a discussão em torno da produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias não cessa com a compreensão e delimitação de uma área circunscrita e nem referente à concentração populacional somente. Mas é importante ressaltar, também, que a questão do tempo poderá trazer percepções diferentes, sobretudo no que tange o modo como os habitantes dessas cidades se relacionam com o espaço e entre si. Há uma profunda diferença na dinâmica urbana entre as cidades quando se considera, principalmente, a questão do porte desses espaços.

Nas regiões metropolitanas do Brasil, como as do Rio de Janeiro, São Paulo, e do mundo, Nova York, Paris, Londres, as transformações de sua organização e estruturação urbanas ocorrem de forma muito mais acelerada, porque esses espaços são responsáveis por comandar a rede urbana em nível global e nacional; pois elas ditam regras, influenciam com seus costumes e hábitos, enquanto as cidades de menor porte, apesar da dinâmica de transformação ser considerada mais lenta, também acabam fazendo parte desse processo, principalmente através da interação e/ou migração de seus habitantes com/para os habitantes de outras cidades.

Entende-se que, dialeticamente, isso foi implicado por (e implica) uma ordem peremptória, que é marcada por um novo contexto da urbanização contemporânea. Dentre vários aspectos, a leitura sobre esta última demonstra que, no âmbito brasileiro, simultaneamente à legitimação do papel das grandes metrópoles na rede urbana, nas três últimas décadas, um fenômeno importante ocorreu: o crescimento das pequenas e médias cidades, aspecto bem argumentado por M. Santos (1993, 1994) (SANTOS, J., 2010).

Reconhecendo, portanto, que toda e qualquer cidade é passível de sofrer transformações, a questão central da discussão sobre a produção do espaço urbano em pequenas e médias cidades, envolve entre outras coisas, o tipo e o ritmo dessas

transformações que os espaços considerados menores dentro de uma rede urbana sofrem. Um dos pressupostos mais importantes, no entanto, para compreender a natureza das transformações que ocorrem nesses espaços, é a compreensão de que apesar de serem distintos, cidade e urbano, enquanto categorias de análise, são indissociáveis.

Assim, é possível compreender que a produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias se difere do processo realizado nas metrópoles por três aspectos principais: o primeiro trata-se da questão da escala, pois envolve diretamente um conjunto maior de indivíduos e a própria dimensão da luta pelo espaço tende a ser maior, principalmente, em termos absolutos do que de forma relativa; e também por serem muitas vezes cidades centrais dentro de uma hierarquia urbana; o segundo aspecto é a temporalidade, pela questão do ritmo de transformações sofridas pelo espaço e, o terceiro refere-se ao perfil das transformações e os diferentes impactos sobre a vida urbana.

Outra informação importante é apresentada pelo IBGE (2011) ao afirmar que as inúmeras transformações recentes em nossa sociedade têm provocado mudanças também na função e na hierarquização das cidades médias dentro da rede urbana nacional. Ao observar as características dos novos fluxos migratórios é possível perceber como as cidades médias aumentaram sua participação enquanto locais de atração populacional, considerando ainda que esses fluxos tenham grande participação da população que reside nas pequenas cidades. Na afirmação do Instituto:

Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos (IBGE, 2011, p.9).

As informações levantadas pelo IBGE possibilitam reconhecer, em parte, como a natureza dessas novas transformações que ocorrem na sociedade tem alterado a rede urbana nacional que, a partir da segunda metade do século XX foi pautada no processo de metropolização na qual as grandes cidades destacavam-se de forma hegemônica na tomada de decisões, na atração de investimentos e,

principalmente, pelas correntes migratórias formadas, em sua maioria, por pessoas oriundas das médias e pequenas cidades e também do campo.

Atualmente, no entanto, verifica-se um processo de desindustrialização das grandes cidades e o recrudescimento populacional de novos centros urbanos em cidades médias, que tem sido capazes de atrair investimentos, outrora exclusivos de espaços metropolitanos. O aumento das funções disponíveis nesses centros intermediários tem levado ao aumento dos fluxos diários entre as cidades pequenas e as cidades médias, contribuindo para ampliar os laços de conexão entre os núcleos urbanos nos mais variados níveis. É há, inclusive, arcos de redes mundiais que chegam as estas cidades, ultrapassando os espaços das grandes cidades.

Para Carlos (2007), as cidades pequenas e médias têm aumentado consideravelmente sua participação dentro dos laços conectivos estabelecidos entre os núcleos urbanos inseridos nas mais diferentes escalas da rede urbana. Porém, a autora considera que as metrópoles ainda conseguem refletir de forma mais fidedigna as transformações e os novos rumos da vida urbana; ou seja, as conquistas obtidas pelos espaços urbanos considerados menores, não eliminaram a capacidade dos centros metropolitanos de influenciar e ditar regras na vida urbana. Assim:

Não podemos negar que as cidades pequenas e médias apresentam atualmente transformações significativas, mas é a metrópole que assume a função de comando e de irradiação dos processos transformadores, portanto o lugar de onde se lê, de forma privilegiada, o mundo urbano (CARLOS, 2007, p.63).

O autor Wendel Henrique (2010) em estudo da SEI apresenta uma explicação que auxilia na compreensão do relativo aumento da participação das cidades pequenas e médias dentro da dinâmica urbana, mas que mantém as metrópoles com absoluto grau de destaque dentro desse contexto. “Existem diversas coexistências espaciais e temporais dentro do mesmo processo” (2010, p. 48), ou seja, as mudanças que ocorreram e que ainda ocorrem nessas cidades não se constituem num conjunto homogêneo de atributos no tempo e no espaço. Na análise do autor:

Apesar de algumas cidades estarem na ponta da flecha, realizando potencialmente a sociedade urbana, o processo, aqui representado pela ponta da flecha, não toca o espaço totalmente, mas, sim, alguns

espaços específicos em tempos específicos, possibilitando sua realização diferenciada e repetida (HENRIQUE, 2010, p.48).

As discussões apresentadas até aqui permitem compreender que o atual processo de produção do espaço urbano em pequenas e médias cidades é marcado pela pluralidade no âmbito da aquisição ou perda de fixos, pela dinâmica multifacetada de fluxos que contribuem decisivamente para a reestruturação de redes urbanas e ampliam de forma incessante os elementos conectivos entre os aglomerados urbanos, independente da escala que se analise.

As cidades médias e pequenas têm, portanto, seu processo de produção pautado na dinâmica das relações capitalistas. Se em um dado momento da história as grandes aglomerações urbanas (metrópoles) eram vistas, quase com exclusividade, como os espaços mais propensos a fornecer facilidades para a reprodução do capital; na atualidade, o leque de opções que o capital encontra para se reproduzir ampliou, consideravelmente, contribuindo para que os espaços urbanos menores passassem a fazer parte cada vez mais do ciclo de reprodução do capital.

2.4. Os desafios contemporâneos na produção do espaço urbano

As discussões e debates que envolvem a temática da produção do espaço urbano têm ganhado cada vez mais destaque no universo acadêmico, nos mais variados campos do saber. Na geografia, em particular, essas abordagens são antigas e fazem parte do seu campo de pesquisa desde o período de sistematização da ciência. Na atualidade, porém, com a globalização acelerando, sobremaneira, o ritmo de transformações das cidades, outros campos de pesquisa vêm se unindo ao do geógrafo, ratificando, cada vez mais, o modo de vida urbano como produto do capitalismo.

Assim, a capacidade de analisar e de compreender o espaço urbano vem sendo aperfeiçoada cada vez mais, com pesquisadores de inúmeras áreas identificando seu caráter plural e dinâmico. Pontos como conflitos sociais, inovações tecnológicas, problemas ambientais, refuncionalização do espaço, entre inúmeros outros acontecimentos que fazem do espaço urbano um ambiente de permanente

transformação, tornam este assunto ainda mais digno de ser observado e compreendido.

As transformações que possuem o viés econômico são reconhecidamente as mais importantes, pois possuem a capacidade de catalisar direta e indiretamente as demais formas de alteração no espaço. Segundo Lojkine (1997), é sempre válido destacar que, em uma sociedade hegemonicamente capitalista, as questões de caráter econômico possuem papel central nos debates acerca da produção do espaço. O autor afirma que: "A cidade desempenha, pois fundamental papel econômico no desenvolvimento do capitalismo, mas, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades de acumulação capitalista" (LOJKINE, 1997, p. 185).

A cidade não deve ser compreendida como produto das relações capitalistas, apesar do modo de produção vigente ser responsável por inúmeras transformações pelas quais passaram as cidades. É válido ressaltar que o espaço das cidades é anterior ao capitalismo. O urbano, no entanto, é essencialmente obra do capitalismo. A construção do ambiente urbano permite a reprodução da lógica capitalista, essa situação encontra seu embrião a partir do processo de industrialização que contribuiu para inúmeras transformações na sociedade e no espaço.

Com o advento da Revolução Industrial a partir do século XVIII, o processo de urbanização ganhou uma nova configuração, mais acelerada e que se espalhava por mais espaços à medida que o desenvolvimento da atividade industrial crescia. No Brasil, porém, o processo de urbanização ocorre de forma bastante distinta em relação aos países pioneiros nesse processo. De acordo com Santos, M. (1994), a urbanização brasileira ainda era bastante rarefeita nos primeiros séculos de formação territorial. Segundo o autor:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, M., 1994, p.26).

É possível perceber, que diferentemente do que ocorreu na Europa e, mais tarde nos EUA, o processo de urbanização do Brasil, é reflexo de um processo histórico pautado inicialmente em uma relação desigual de Centro/Periferia, sendo o

centro representado por Portugal e periferia, o que veio a chamar-se Brasil. Nesta relação, os primeiros e mais equipados núcleos urbanos surgiram para sustentar uma economia agrário-exportadora, baseada no latifúndio, monocultura, mão de obra escrava e tráfico de humanos, conhecida como tráfico negreiro.

Compreender a dinâmica da produção do espaço urbano é, portanto, uma tarefa que exige o reconhecimento dos inúmeros desafios que permeiam a produção do espaço. No caso brasileiro, em especial, esses desafios são em grande parte compostos pelas consequências nocivas que o passado de colonização e escravidão incutiu na formação do país, e que são responsáveis por inúmeras características marcantes no processo de urbanização.

O contexto histórico próprio de cada espaço não deve ser desprezado na compreensão do espaço urbano. A partir de sua análise, será possível entender o jogo de relações e inter-relações que caracterizam a produção do espaço, bem como o perfil dos conflitos sociais e desigualdades estruturais que interferem diretamente na dinâmica urbana.

Diante desse contexto os conteúdos sociais devem ser encarados como essenciais para a compreensão da produção do espaço urbano, assim, aceitar passivamente a proposta de uma dicotomia entre produção do espaço e as questões sociais, não só é impraticável, como também, negligente, tendo em vista que o espaço é por excelência produto da relação sociedade-natureza. Portanto, as diferentes formas de organização social são essenciais para se compreender a diferenciação entre os espaços.

Na atualidade, os conflitos, as contradições e imbricações próprias do processo de produção do espaço encontram nas cidades o ambiente onde melhor podem ser refletidas. Pois é nas cidades que tudo de mais avançado e moderno produzido dentro do modo de produção capitalista se apresenta. É também nas cidades que os aspectos mais negativos da reprodução do capital ganham terreno, como a geração de um número cada vez maior de desempregados, criando as condições para as migrações econômicas, aquelas em que as pessoas se deslocam a procura de emprego ou de meios de existência.

A ideia de que a urbanização possui os principais elementos para a compreensão das incongruências intrínsecas ao modo de produção capitalista, é defendida por Lojicine (1997). O autor afirma que desconsiderar o papel fundamental

da urbanização dentro de um estado capitalista, é assumir uma postura burguesa, na qual os grandes interesses estão voltados para reduzir a noção do urbano simplesmente à ideia de uma relação de consumo. De forma mais contundente o autor acrescenta:

Não considerar a urbanização como elemento-chave das relações de *produção*, reduzi-la ao domínio do “consumo”, do “não-trabalho”, opor reprodução da força de trabalho – pela urbanização – a dispêndio do trabalho vivo – na empresa – é, ao contrário, retomar um dos temas dominantes da ideologia burguesa segundo a qual só é “produtiva” a atividade de produção da mais-valia (LOJKINE, 1997, p.144).

A cidade é um espaço amplo, não apenas no que tange o aspecto físico, mas principalmente, pela gama de possibilidades a ela vinculada, que pode possibilitar, como nenhum outro espaço, reconhecer a multiplicidade de conflitos socioespaciais que são produtos de uma sociedade fragmentada. Corrêa (1989) considera o espaço urbano como sendo respectivamente fragmentado e articulado, onde cada uma das partes se agrupa formando um todo. Segundo ele:

Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes; a cidade medieval, por sua vez, apresentava uma organização espacial influenciada pelas guildas, às corporações dos diversos artesãos. Mas o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 1989, p.8).

O espaço da cidade é visto por Corrêa como um reflexo e condicionante social, capaz de suscitar outras análises. Segundo o autor, pelo menos duas tendências principais podem ser reconhecidas nesse processo. A primeira relacionada com as contradições da sociedade capitalista, produtora de inúmeras formas de desigualdade, e que se encontram refletidas no espaço das cidades, como um mar de favelas de um lado e do outro, condomínios fechados com moradias altamente luxuosas. Já a segunda tendência, também relacionada com um reflexo social, apresenta-se pela possibilidade de mutabilidade do espaço urbano, ou seja, o espaço é percebido de forma dinâmica e complexa “com ritmos e natureza diferenciados” (CORRÊA, 1989, p. 8).

Além de reflexo, o espaço da cidade também é condicionante social, que trata da possibilidade de se apreender através das inúmeras obras fixadas pelo homem; a

real natureza do espaço da cidade, que age de volta nas ações sociais. Essa situação permite enxergar, mais claramente, como a própria capacidade de produção no mundo do trabalho, em especial das atividades industriais, acaba por permitir um relacionamento mais estreito entre sociedade e espaço urbano. Corrêa (1989) destaca ainda o papel das moradias, ao discorrer sobre o papel das áreas residenciais segregadas, situação que é resultado do próprio processo de divisão de classes. A segregação socioespacial se dá de forma involuntária, imposta pela falta de condições de acesso ao espaço urbano por grande parcela da população, a exemplo das favelas, lócus de moradias precárias, e de forma voluntária, quando se opta por morar em bairros fechados, separados dos fluxos comuns às cidades.

Corrêa (1989) afirma que o espaço urbano é: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. “É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p. 9).

À luz de uma análise que se pretende crítica e atenta, sobretudo para as questões de cunho social, a compreensão da produção do espaço urbano não pode ser separada da dimensão temporal. Essa situação independe do tamanho da cidade e do local em que esteja situada, pois é preciso compreender que o passado de uma cidade não se constitui apenas em eventos já vividos. Mas é o conjunto de conteúdos produzidos em diferentes épocas que tem papel crucial no estabelecimento da estrutura urbana do presente e tende a auxiliar, sobremaneira, as projeções e compreensões de transformações futuras.

Na contemporaneidade, uma gama nova de desafios se apresenta no âmbito da produção do espaço urbano. As novas tecnologias contribuíram para que os fixos e os fluxos se tornassem mais dinâmicos, a fim de oferecerem serviços cada vez mais rápidos e sofisticados para a população urbana. Contudo, os antigos desafios também continuam a existir e de forma cada vez mais intensa, como a exclusão e a desigualdade socioespacial, os problemas ambientais e, de maneira mais forte, principalmente no Brasil, a questão da violência.

O modo de produção capitalista não criou, aparentemente, apenas estruturas harmônicas e integradas, mas contribuiu significativamente para o surgimento e ampliação de inúmeras formas de contradições socioespaciais, transformando a maior parte das cidades do século XXI em espaços segregados, ou seja, o

capitalismo e sua lógica têm contribuído para a formação de cidades para poucos. Segundo Lojkine (1997), o capitalismo não mede esforços para sustentar uma de suas principais premissas que é a maximização dos lucros. Segundo o autor:

A cidade aparece assim como efeito direto da necessidade de economizar as falsas despesas de produção, as despesas de circulação e as despesas de consumo a fim de acelerar a velocidade de rotação do capital e, portanto, de aumentar o período em que o capital é valorizado (LOJKINE, 1997, p. 175).

É possível considerar assim, o modelo atual de produção do espaço urbano como inserido dentro de uma lógica de reprodução do capital e a vida urbana como refém dessa estratégia, montada como o propósito de obtenção de lucros cada vez maiores, condicionando milhões de indivíduos a adotarem padrões de consumo muitas vezes incompatíveis com sua renda, onde o espaço físico das cidades tem as condições mais favoráveis para que as consequências dessa prática se façam nítidas.

Nota-se que são inúmeros os desafios que permeiam a construção do espaço urbano, mas o enfrentamento das contradições criadas pelo capital é inegavelmente o maior de todos esses desafios. Pois se torna inviável pensar, discutir ou propor a construção de um tecido urbano menos desigual, social e espacialmente, atento a questões ambientais, que sejam capazes de refletir, de forma constante, sobre estratégias que tornem o espaço das cidades mais acolhedor e agregador, sem se opor aos interesses do sistema capitalista.

É possível que as próprias contradições do sistema levem a adoção de medidas que sejam contrárias aos seus objetivos. A técnica e a ciência têm contribuído para criar uma grande quantidade de pessoas sem emprego. Sem ter uma fonte de sobrevivência estas pessoas podem se unir e em vez de serem empregadas de alguém, se associem e formem suas próprias empresas. Digamos que vários mecânicos fiquem sem emprego, estes podem se unir e formar a própria mecânica, sem que haja um patrão. Tudo que entrar será dividido de igual forma entre todos, assim como as despesas. O mesmo pode acontecer com outras profissões, como a de professor, cuidadores e assim por diante. Os problemas coletivos precisam ser resolvidos de forma coletiva.

3. A REDE URBANA: REFLEXÕES TEÓRICAS E ANÁLISES PRÁTICAS

O sistema estruturado em rede é um modelo extremamente dinâmico, por onde a sociedade estabelece laços e conexões, que acabam por possibilitar seu desenvolvimento. No entanto, essa lógica de sociedade organizada em rede, está longe de ser apenas aparelho de ligação, sendo composta também de estruturas ideológicas permeadas de contradições, nas quais é refletida, de forma direta e indireta, a dinâmica de reprodução do capital.

Discutir a ideia de rede é, sobretudo, debater sobre as condições materiais e imateriais da própria produção do espaço, das relações de trabalho, da evolução tecnológica, da apropriação das redes como instrumento de poder por parte dos grandes grupos econômicos. “A rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam [...]” (SANTOS, M., 2006, p. 176).

Na afirmação de Mário Santana (2013), é apresentada uma ideia ampla de rede, repleta de significados e possibilidades, que tendem a se transformar a partir de um conjunto de interesses, de igual forma múltiplos, e que não necessariamente precisam estar centralizados. Segundo o autor: “As redes podem ser também multidirecionais, ou seja, seus fluxos não tem um único centro emissor, mas podem surgir em qualquer dos nós e percorrer as linhas e os próprios nós” (SANTANA, 2013, p.31). As redes não possuem uma forma única, dependendo dos objetivos, elas vão se constituindo. Vamos ter redes de alimentação, religiosas, políticas, empresariais, de transportes e comunicações. Cada uma com seus conteúdos, formas e processos particulares.

O movimento, a dinamicidade e a fluidez, são dessa forma características indissociáveis da ideia de rede. Esse conjunto de atributos que permite identificar mais claramente a presença das redes no espaço, não é recente, pois está presente há muito tempo nessas estruturas que conectam pessoas e lugares ao longo da história. “A rede sempre esteve intrinsecamente vinculada a uma técnica e às atividades a ela ligadas” (SANTANA, 2013, p. 33).

As redes estão inseridas numa dinâmica de complementaridade com a sociedade, ou seja, ela avança e se desenvolve em diversos aspectos: sociais, econômicos, tecnológicos, entre outros. As redes atuam possibilitando fluidez ao

processo de modernização, além de serem afetadas por ele; o que acaba por transformá-las, promovendo novo direcionamento e/ou significados.

De acordo com Santos, M. (2006), a noção de rede não está atrelada apenas com as transformações que estas impõem no espaço, e seu sistema de retroalimentação. É importante, também, destacar o papel do tempo histórico, onde as referidas redes se estabelecem e se transformam, permitindo distanciar-se da ideia de uma espontaneidade, no qual as modificações impostas nas redes e pelas redes no espaço seriam resultado de um processo desassociado. Para o autor:

Em suas relações com o território, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque genético e segundo um enfoque atual. No primeiro caso, são vistas como um processo e no segundo como um dado da realidade atual. O estudo genético de uma rede é forçosamente diacrônico. As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica. A reconstituição dessa história é, pois, complexa, mas igualmente ela é fundamental, se queremos entender com totalidade a evolução de um lugar (SANTOS, M., 2006, p.177).

Por estarem inseridas na lógica de reprodução do capital, as redes são importantes para possibilitar a existência de enorme gama de fluxos que permeiam o espaço global. No entanto, através de seus nós e fios, o conjunto de desigualdades, contradições e conflitos também se espalham, fazendo com que as redes, ao mesmo tempo, apresentem as duas faces da mesma moeda: o avanço econômico e a exclusão social.

Para Castells (1999) a possibilidade das redes apresentarem, ao mesmo tempo, os pontos positivos e negativos do seu processo evolutivo, ocorre pelo fato delas sofrerem influências múltiplas. As redes, cada vez mais, estão servindo para atender a interesses estratégicos de instituições ou de classes dominantes que, na tentativa de alcançar seus objetivos, acabam por reproduzir também a exclusão, o conflito, a segregação. Na afirmação de Castells:

[...], as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as

identidades particularistas historicamente enraizadas. *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser* (CASTELLS, 1999, p. 41).

Trata-se, portanto, de compreender que é impraticável a dissociação entre rede e modelo econômico predominante. Os fios e nós das redes guardam em si muito mais do que o resultado das técnicas aprimoradas em momentos distintos e que são aplicadas no espaço, causando suas diferenciações. Concomitantemente, as redes se apresentam como instrumentos decisivos no estabelecimento de modos de produção, em que o nível de complexidade e densidade da rede influenciará na forma como ela será apropriada.

Quando algo novo surge e não conseguimos rerepresentá-lo de forma clara, recorreremos a algo conhecido e que faz sentido para a maioria das pessoas. Assim é o caso das redes, em que recorreremos ao tecido, suas tramas e tessituras para expressar a conexão entre pessoas, locais, mercadorias, ideias. Os fios da rede sendo como dutos de circulação e os nós, as amarras, sendo os espaços concretos de intercambiação entre o local e o global, entre os fluxos mundiais e as cidades.

3.1. A rede urbana Ilhéus/Itabuna

A rede urbana em análise envolve cidades da Microrregião Ilhéus/Itabuna, situada ao sul da Bahia. Essa microrregião é composta por 41 municípios, seu processo de formação remonta ao período das capitânicas hereditárias, quando o cultivo da cana-de-açúcar era o principal produto econômico da terra brasilis. No entanto, a partir do final do século XVIII, a chegada do cacau à região possibilitou que uma nova configuração espacial pudesse se constituir, permitindo a formação de uma estrutura econômica pautada nessa produção.

Associado ao crescimento da atividade agrícola e, posteriormente, com incremento das atividades comerciais, passa a ser formado um conjunto de fluxos importantes na região, envolvendo os novos aglomerados urbanos que se expandem espacialmente, formando novas cidades, em uma região de marcante ruralidade. A produção do espaço no âmbito da cacauicultura permitiu que várias cidades surgissem ao longo do século XX, porém Itabuna e Ilhéus foram as que

mais prosperaram, sendo consideradas como capitais regionais B⁵ pelo IBGE (2007).

O forte conteúdo de ruralidade ainda presente na maior parte das cidades que formam essa rede urbana relaciona-se em muitos aspectos com o processo de construção e consolidação do espaço urbano. Dois segmentos merecem destaque: o primeiro relaciona-se à grande onda migratória do campo em direção às cidades, que ocorreu na região entre o final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, quando os trabalhadores foram expulsos do campo e expropriados de suas terras; o segundo aspecto está relacionado com o contexto histórico de construção do espaço dessas cidades, oriundas, em sua grande maioria, de antigas fazendas de cacau.

A mudança de cenário de onde a maior parte da produção de riqueza se concentrava no campo, para uma realidade mais urbana, na qual as cidades são mais atrativas, trouxe transformações para a vida social e consolidação da rede urbana local. Tais transformações não foram capazes de modificar o quadro de desigualdade e concentração de riqueza existente nessa região, pelo contrário, muitas das contradições já existentes encontraram no espaço urbano condições para se fortalecerem ainda mais. Para Corrêa:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano (CORRÊA, 1989, p.16).

Na medida em que a rede urbana local se desenvolvia e se articulava no espaço, as evidências de que as contradições presentes no campo, também ocorreriam no espaço urbano tornavam-se cada vez mais nítidas. Se no passado o

⁵ Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios (IBGE, 2007, p.11).

poder era exercido, praticamente, de forma hegemônica pelo “coronel”⁶, que era o grande detentor de terras, atualmente a centralização desse poder é exercida pelas grandes redes de comércio e serviços, como as empresas de ônibus, supermercados, instituições de ensino, imobiliárias, construtoras de imóveis.

As transformações ocorridas nessa região, sobretudo aquelas relacionadas ao local de moradia, incutiram mudanças significativas no nível de conexão entre as cidades da rede urbana, no ritmo e no tipo de fluxo realizado, bem como a consolidação de duas cidades médias, como concentradoras de serviços e atividades de comércio. Por isso, detentoras de maior destaque hierárquico na sua região de influência, enaltecendo o papel essencial das pequenas cidades no constante processo de transformação dessa rede urbana.

De acordo com Gilmar Trindade:

Fluxos historicamente relacionados à produção, circulação e comercialização do cacau foram reduzidos, ao mesmo tempo em que novas interações emergiram associadas a outras atividades produtivas potencializadas nos centros regionais e também em muitas das pequenas cidades. Essas transformações socioespaciais alteraram a forma e o conteúdo da rede urbana regional; mas isso não significa que as relações hierárquicas desapareceram, pois, na medida em que os fixos geográficos mais modernos continuaram a ser instalados em Itabuna e Ilhéus, as pequenas cidades permaneceram dependentes desses centros, mesmo que em torno de relações hierárquicas menos rígidas que em um passado recente (TRINDADE, 2011, p. 27).

O quadro 1 apresenta as características da área de influência da rede urbana, com destaque para suas duas cidades médias que polarizam as principais ofertas de serviços e comércio dentro de sua rede urbana. A centralidade dessas duas cidades não se limita à questão da localização dentro de sua microrregião, mas principalmente, pelo caráter polarizador que ambas possuem e que são

⁶O coronelismo é um fenômeno típico do Brasil rural, principalmente do Nordeste açucareiro, semelhante ao caudilhismo reinante em alguns países da América Latina. Suas raízes, no Brasil, encontram-se no século XIX e início do século XX, prolongando-se pela Primeira República. Durante as regências, em especial Trina-Permanente, devido a problemas de ordem pública, foram organizadas unidades militares compostas de oficiais para manter a ordem. O padre Diogo Antônio Feijó, Ministro da Justiça, na década de 1830, durante sua regência criou a Guarda Nacional, constituída de elementos que passaram a ter o título de Coronel, Major, Capitão, Tenente e até mesmo Alferes. Sua função era, no caso de riscos de desordem social, recrutar elementos que pudessem manter o equilíbrio. Este modelo foi copiado dos norte-americanos, o qual consistia em que pessoas de certo prestígio podiam convocar cidadãos para fazer face à desordem em caso de perigo interno" (ROCHA, 2008, p.134).

responsáveis pelos grandes destaques no quesito hierarquia urbana, nesta porção do território baiano.

Quadro 1 - Características da rede urbana Ilhéus/Itabuna

Características	Região de influência de Ilhéus - Itabuna (A)	Participação da região de influência de Ilhéus/Itabuna no Brasil ((A)x100/valor Brasil)	Núcleo da rede (Ilhéus/Itabuna) (B)	Participação de Ilhéus/Itabuna em sua região de influência ((B)x100/(A))
População total 2007	1.480.025	0,80	430.748	29,10
Área (km ²)	35.133,32	0,41	2.284,19	6,50
Densidade Demográfica (Hab/Km ²)	42,13	194,96	188,58	447,65
Número de municípios	53	0,95	2	3,77
Intensidade de relacionamento (1)	589	-	330	56,03
PIB 2005 total (1.000 R\$)	7.247.505	0,34	3.192.437,16	44,05
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	2.826.850	0,31	1.456.767,00	51,53
Valor adicionado Indústria	1.364.295	0,25	736.368,19	53,97
Valor adicionado agropecuária	656.345	0,62	49.889,04	7,60
Valor adicionado administração pública	1.365.706	0,49	394.906,08	28,92
Impostos	1.034.209	0,34	554.506,38	53,62
PIB per capita (R\$)	4.897	41,96	7.411,38	151,35

(1) A intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE.

Fonte: Adaptado do IBGE, Região de influência das cidades, 2007.

O IBGE (2007) apresenta resultados de sua pesquisa considerando a análise dessas cidades de forma conjunta, dado o alto grau de complementaridade que apresentavam no período da pesquisa. Após mais de dez anos decorridos do estudo, a situação de complementaridade continua a existir entre essas cidades, porém com um aumento da proeminência de Itabuna em relação a Ilhéus.

De acordo com Santos, A. (2012), o grande destaque de Itabuna na sua rede urbana ocorre por três razões principais. A primeira está relacionada à grande oferta de serviços e comércio que a cidade oferece de forma diversificada; o segundo fator está ligado ao fato das cidades pequenas terem deixado de oferecer alguns serviços como os bancários, por exemplo; e o terceiro fator em razão da localização de Itabuna, às margens da BR 101, o que facilita sua ligação com inúmeras outras

idades. Para se ter uma ideia da importância de Itabuna, na rede comandada por Ilhéus e Itabuna, ela é a única que possui um shopping center.

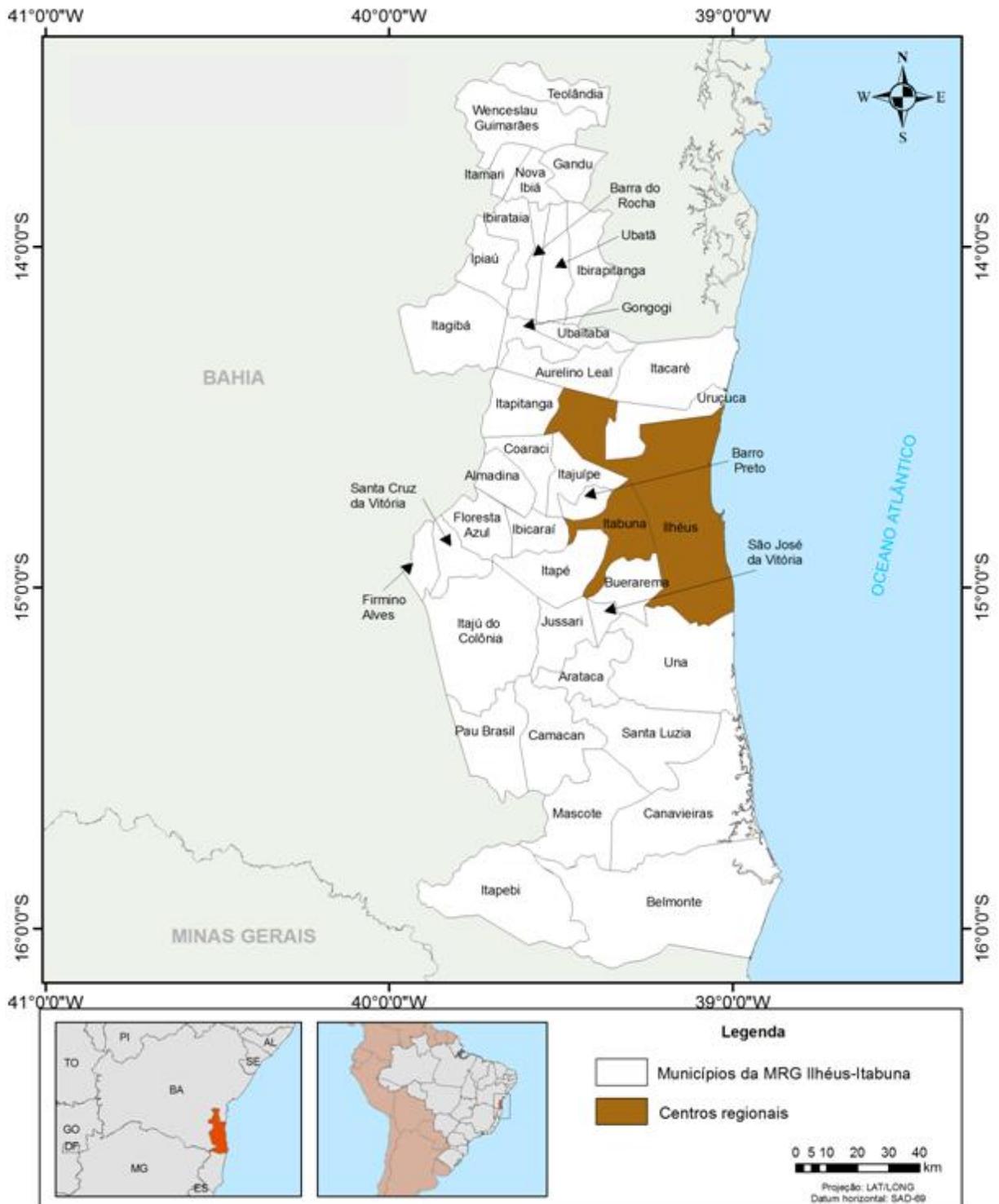
A análise do quadro anterior permite compreender melhor o nível de influência exercido por Itabuna e Ilhéus dentro de sua rede urbana. A população das cidades vizinhas tem buscado cada vez mais os variados serviços e comércio oferecidos por essas cidades. Tal situação provocou um aumento da população rotativa e das chamadas “cidades dormitórios”; ou seja, as pessoas que fazem a migração pendular durante a semana, mas que contribuem significativamente para a produção do espaço nas cidades médias supracitadas. Elson Mira afirma:

No ano de 2010, grandes investimentos ocorreram em território ilheense e com fortes externalidades positivas para Itabuna, dada a vizinhança entre os municípios. Importante é explicar que os limites territoriais que demarcam estes dois municípios margeiam a área urbana de Itabuna. Desta forma, muitos empreendimentos localizados em território Ilheense estão mais ligados a Itabuna do que a Ilhéus, propriamente (MIRA, 2015, p.148).

A condição apresentada pelo autor ajuda a entender um pouco mais os motivos que levaram Itabuna a ter grande destaque na sua rede urbana, apesar de muitos investimentos não ocorrerem no seu espaço. A cidade de Itabuna consegue se beneficiar por possuir um nível de conexão com outros espaços fortemente consolidados. Evidentemente que a grande oferta de serviços e comércio disponíveis num espaço urbano tende a atrair a população que demanda esses serviços e atividade de comércio, o que aumenta os desafios da cidade central, quanto à oferta de uma melhor infraestrutura.

A ilustração a seguir apresenta o mapa de localização da microrregião Ilhéus/Itabuna, onde é possível identificar sua extensão no território baiano. De acordo com o mapa, é possível identificar a posição privilegiada das suas duas capitais regionais B (IBGE, 2007), dentro da microrregião. As áreas territoriais de Ilhéus e Itabuna estão situadas praticamente na área central dessa região. Essa facilidade de conexão entre esses municípios apresenta tanto pontos positivos quanto negativos, exigindo de ambas as cidades respostas mais rápidas diante da demanda crescente de modernização da sua infraestrutura urbana.

Mapa 1 - Localização da microrregião Ilhéus/Itabuna no Brasil e na Bahia, com destaque para as duas capitais regionais B.



Organização: SANTOS, Jorman
 Digitalização: Alan Azevedo

O mapa da microrregião Ilhéus/Itabuna permite identificar a grande quantidade de municípios que formam esse território, 41 no total. Muitos desses

municípios apresentam uma população inferior a 25 mil habitantes e o espaço urbano das cidades é dotado de uma infraestrutura rarefeita, com presença insuficiente de equipamentos urbanos que atendam adequadamente a população local em suas demandas.

3.2. A origem e formação territorial do núcleo urbano de Ilhéus

A cidade de Ilhéus é um dos mais antigos centros urbanos do Brasil. Fundada em 1534, durante muito tempo foi sede da capitania hereditária de São Jorge dos Ilhéus. Seu processo de formação acompanha a própria história de formação do território brasileiro, tendo nas características de povoamento e arquitetura urbana, um forte elo com o período colonial do país.

A população indígena era muito numerosa no território Ilheense durante os primeiros séculos de colonização. De acordo com o IBGE (2018), entre as tribos com maior destaque estavam os Tupiniquins e Aimorés. O genocídio desses povos foi uma prática recorrente, utilizada pelos portugueses, para realizar sua fixação no território da capitania. Mesmo no século XXI, os conflitos envolvendo povos indígenas ainda são comuns no território de Ilhéus.

Na economia, o município se destacou, historicamente, pela produção de gêneros agrícolas; primeiro com a cana de açúcar até meados do século XVIII, quando o cacau chega à região e passa a ser o principal produto econômico. Na atualidade o setor terciário, composto pelo comércio e serviços, é o que mais contribui para dinamizar a economia da cidade, principalmente, por conta do turismo, das redes de lojas, agências bancárias e farmácias. O município de Ilhéus abriga quase 100 km de praia no território, o que faz da cidade um dos destinos turísticos mais procurados da Bahia.

A fotografia abaixo retrata uma vista parcial da cidade de Ilhéus, é possível notar que o sítio urbano da cidade, está situado num relevo sem grandes elevações, porém no domínio de mares de morros, como denominou Aziz Ab'saber, fazendo com que a cidade não esteja somente em uma planície costeira, mas também em morros como o do bairro da Conquista ou o Bela Vista, mais conhecido como o morro do Pacheco. Ilhéus possui atualmente a segunda maior população de sua

microrregião, com aproximadamente 164.844 habitantes, de acordo com estimativa do IBGE (2018).

Fotografia 1 – Paisagem geral da cidade de Ilhéus, com destaque para a Avenida Soares Lopes, 2018.



Fonte: corsarionews.blogspot.com

Foto: Clodoaldo Ribeiro, 2018.

Em seu relato de viagem ao Brasil no início do século XIX, o príncipe Maximiliano realizou uma série de abordagens sobre o aspecto da paisagem local e ao mesmo tempo contextualizou os pressupostos históricos que levaram à formação da vila de Ilhéus. Afirmando:

Vila dos Ilhéus é um dos mais antigos estabelecimentos do litoral do Brasil. Depois que Cabral mandou dizer a primeira missa em Santa Cruz e desembarcou em Porto Seguro, foi fundada a colônia de São Jorge. Francisco Romeiro lançou em 1540 as fundações da Vila dos Ilhéus, depois de concluir um acordo amigável com os tupiniquins, que habitavam o lugar. A colônia creceu e tornou-se florescente; mais tarde, porém, sofreu muitas incursões dos "aimorés", hoje conhecidos pelo nome de "botocudos". Em 1602, na "capitania" da Bahia, foi feita a paz com essas tribos. Mas o tratado só foi cumprido em Ilhéus no ano de 1603; de acordo com as condições do mesmo, foram construídos para esses selvagens, dois aldeamentos para que aí morassem. Os restantes desses índios têm em parte o nome de "guerens" (em francês "guerins"). A colônia, em seguida foi decaindo cada vez mais, de sorte que, em 1685, estava em extrema decadência e já hoje nenhum vestígio mostra da antiga prosperidade (MAXIMILIANO, 1940, p. 311).

As raízes históricas que culminaram com a formação territorial de Ilhéus são marcadas por um conjunto de conflitos, tendo como principal característica a disputa de interesses entre os índios e a população que gradativamente chegava ao local para reocupar as terras da capitania de São Jorge dos Ilhéus, já ocupada pelos índios. Essa nova população em sua grande maioria era formada por pessoas mestiças da combinação entre negros vindos do continente africano e brancos, vindos do continente europeu, principalmente os portugueses.

Assim como nas demais áreas do Brasil, o cultivo da cana de açúcar se constituía como importante produto econômico da capitania de São Jorge dos Ilhéus. Porém, por questões climáticas e cultivo da cana em outros locais além do Brasil, o cultivo da cana não prosperou como o esperado (ANDRADE, 2003). Ainda assim, por mais de dois séculos (XVII e XVIII) a presença de engenhos nas vilas e povoados que formavam a capitania eram comuns na paisagem local.

O príncipe Maximiliano registra que outros produtos econômicos também eram produzidos nos arredores da vila de Ilhéus, tais como o café, o arroz e o algodão. Havia, também, extrativismo vegetal, com destaque para o jacarandá e, a pesca, principalmente nos meses mais frios. Porém, o produto responsável por matar a fome da população na maior parte do ano era a mandioca, que era cultivada ao longo de toda a vila (DIAS, 2007).

A pouca representatividade econômica, resultado da obsolescência que o ciclo da cana impunha à capitania de São Jorge dos Ilhéus, atraía poucas pessoas para a região. A população local situava-se principalmente na zona rural, sendo a vila de Ilhéus, nas primeiras décadas do século XVIII, pouco habitada e com poucos equipamentos ou infraestrutura capaz de atrair mais pessoas. De acordo com o príncipe Maximiliano a:

Vila dos Ilhéus se compõe de pequenas casas cobertas de telhas, em parte mal tratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são mais ou menos regulares, cobertas de capim; somente aos domingos e dias de festa é que nelas se observam movimento e vida; veem-se então algumas pessoas reunidas, pois os habitantes das redondezas acorrem à Vila para a missa (Maximiliano, 1940, p. 312).

A vila de Ilhéus apesar de possuir uma ocupação rarefeita, estava longe de ser considerada, um ambiente pacífico onde imperava uma convivência harmônica entre os povos indígenas e a população que chegou à região, a partir do período

colonial. A história revela tratar-se de uma região permeada de agruras, disputas sangrentas pela terra, imposição dos interesses do colonizador português, em detrimento, muitas vezes, da vida dos povos indígenas; além de outros fatos conflituosos, que nada mais são do que o embrião do longo processo histórico de produção do espaço da cidade (DIAS, 2007).

O processo de formação e consolidação do espaço em Ilhéus não ocorreu (nem ocorre) sem as contradições próprias do capital, que não raro utiliza-se da violência para fazer valer seus interesses. Carlos (2007) afirma que situações como essas ocorrem por que cada momento histórico tende a exigir condições espaciais específicas para a realização do ciclo de reprodução do capital, considerando que o quadro macroeconômico determina, em grande parte, a produção e reprodução do ambiente construído. Assim,

A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial; porque em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma mercadoria, servindo às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que, também, se reproduzem sob a lei do reprodutível a partir de estratégias da reprodução (CARLOS, 2007, p.74)

O final do século XVIII marca o início de profundas transformações em Ilhéus, com a chegada das primeiras mudas de cacau vindas da região amazônica. O ciclo econômico que ocorreu em torno da monocultura do cacau contribuiu bastante para o processo de formação territorial e organização socioespacial. Trindade (2011) considera indissociável a relação entre o processo de construção da rede urbana local e o ciclo econômico desenvolvido em torno da produção do cacau. Para o autor:

O processo histórico – geográfico de constituição da região outrora identificada como região cacauera está relacionado de forma indissociável à produção e exportação de cacau, *commoditie* responsável pela construção de paisagens urbanas e rurais singulares. Ao mesmo tempo, a cacauicultura viabilizou o desenvolvimento de uma rede urbana que, aos poucos, articulou as áreas produtoras na zona rural às cidades de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aos centros de importação e consumo, em diferentes partes do mundo (TRINDADE, 2011, p.76).

O ciclo de produção do capital ocorrido em Ilhéus e em sua região a partir do cultivo do cacau foi extremamente importante para a atual configuração socioespacial da rede urbana. No entanto, é um risco muito grande creditar a apenas uma atividade econômica os prós e contras típicos do processo de produção do espaço. É preciso reconhecer que as relações e conflitos sociais ocorrem em todo lugar e são eles que envolvem, de fato, a dinâmica de produção do espaço.

A produção do cacau, que se constitui enquanto importante ciclo econômico contribuindo de sobremaneira para formação do núcleo urbano de Ilhéus e de muitas outras cidades, não está dissociado ou excluído de uma lógica comum ao modo de produção capitalista, que almeja com a produção de alimentos a obtenção do lucro e não outra coisa, como por exemplo, matar a fome das pessoas. As condições históricas permitiram que durante os séculos XIX e XX, a produção do cacau gerasse grande volume de capitais, onde poucas pessoas controlavam a maior parte do lucro. Ao longo dos séculos, sucessivas crises acometeram a produção agrícola do cacau, além da luta de classes sempre presente no estabelecimento da cadeia produtiva, o que é comum ao modo de produção capitalista excludente baseado na exploração do trabalho. De acordo com Carlos:

No momento atual da história do capitalismo, este estende-se cada vez mais ao espaço global criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Nesta condição, o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução e as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível (CARLOS, 2007, p. 74).

Dessa forma, uma compreensão mais verdadeira dos pressupostos históricos que levaram à formação do núcleo urbano de Ilhéus, deve se alicerçar no entendimento de que o capital, ao longo da história, foi capaz de encontrar períodos mais propensos à sua reprodução ampliada. Quando as condições estruturais e/ou conjunturais se configuravam como empecilho à sua reprodução, o capital criava mecanismos de readaptação no espaço, ou mesmo migrava em busca de uma reprodução mais acelerada em outros ambientes.

No período em que a produção de cacau se constituía como principal produto econômico da região sul da Bahia, Ilhéus possuía papel de destaque na economia estadual. O núcleo urbano se expandiu à proporção que a lavoura cacauzeira se consolidava. Inúmeros prédios e edifícios foram construídos, surgiram novos bairros e uma gama enorme de equipamentos urbanos se instalou na cidade para atender à crescente demanda por serviços da população local e também das cidades vizinhas.

Trindade (2011) elenca uma série de fatores que surgiu em Ilhéus, a partir da cacauicultura e que, ao mesmo tempo, permitiu à cidade diversificar sua economia. O autor destaca a construção do porto do Malhado e do aeroporto Jorge Amado. Ambos possibilitaram a intensificação dos fluxos da cidade com outros espaços e possibilitou o crescimento do turismo. A instalação de algumas indústrias a partir de incentivos governamentais e a oferta do ensino superior são outros pontos destacados pelo autor, o que auxilia na compreensão do processo histórico de formação e expansão urbana em Ilhéus.

A tabela 1 apresenta informações relacionadas à evolução populacional no município de Ilhéus a partir de resultados dos últimos cinco censos demográficos realizados pelo IBGE. As informações contidas na tabela possibilitam reconhecer algumas transformações ocorridas em Ilhéus, em decorrência dos inúmeros acontecimentos que permearam a história do município, com destaque para a ascensão e o posterior declínio do ciclo econômico da atividade cacauzeira.

Tabela 3 - Variação populacional no município de Ilhéus: população total, população urbana, população rural e taxa de urbanização (1970 – 2010).

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Pop. Total - Nº de Hab.	107.971	131.456	223.750	222.127	184.236
Pop. Urbana - Nº de Hab.	66.046	80.831	144.232	162.125	155.281
Pop. Rural - Nº de Hab.	41.925	50.625	79.518	60.002	28.955
Urbanização - %	61,17	61,49	64,46	72,99	84,28

Fonte: IBGE Censo de 1970 a 2010.

De acordo com esses dados, é possível verificar uma queda no número total de habitantes do município de Ilhéus nos últimos dois censos realizados pelo IBGE, e as estimativas de 2016 e 2017 também indicaram queda no número de habitantes. Outra análise importante é que, apesar do aumento percentual da população urbana dentro do conjunto total dos habitantes do município ao longo do período analisado,

a população que reside em Ilhéus decresceu, indicando que a construção atual do espaço urbano em Ilhéus é acompanhada de redução populacional.

As informações do panorama demográfico em Ilhéus podem suscitar inúmeras discussões relacionadas à dinâmica de produção do espaço urbano, bem como o andamento do próprio processo de estruturação de sua rede urbana. A situação que se estabelece entre a perda do número de habitantes e o aumento da urbanização pode revelar um cenário no qual a população tem buscado de forma forçada ou espontânea, melhores condições de vida: saem do campo, procuram as cidades, principalmente as maiores da rede urbana e não tendo suas necessidades atendidas, migram.

As informações destacadas referem-se ao segundo maior centro urbano da microrregião que, junto com Itabuna, comanda a rede urbana local, o que exige observações mais precisas quanto ao próprio nível hierárquico que Ilhéus ocupa dentro de sua área de influência. Evidentemente que apenas a perda do número de habitantes não é capaz de explicar por si só as transformações que ocorrem no espaço. Contudo, uma situação como essa não ocorre de forma isolada sem relação com a própria conjuntura política, econômica e social do espaço.

3.3. A origem e formação territorial do núcleo urbano de Itabuna

A origem do núcleo urbano da cidade de Itabuna data do final do século XIX e início do século XX, quando a antiga vila de Tabocas passa a se destacar no cenário regional pela importante capacidade de servir como entreposto comercial. Ofertando produtos para abastecimento local, como vestuários, produtos alimentícios, remédios; e, permitindo que, gradativamente, as características urbanas ganhassem forma através de seus equipamentos.

Lurdes Rocha (2003) destaca a importância do rio Cachoeira para o processo de formação da cidade de Itabuna. Segundo a autora, a cidade “nasceu” às margens do rio, conforme indica a fotografia a seguir, mais precisamente, no arraial de tabocas, que é considerado, historicamente, como o primeiro núcleo a dar origem à cidade. “Isto demonstra, mais uma vez, a irresistível atração que o ser humano tem pela água, pois ela é antes de tudo necessidade básica” (ROCHA, 2003, p. 58).

Fotografia 2 – Paisagem geral da cidade de Itabuna às margens do rio Cachoeira, 2012.



Fonte: Diagnóstico da Violência e Criminalidade em Itabuna – BA, 2012.
Foto: Carlos Maia.

A dinâmica urbana passa a se estruturar em Itabuna em meio ao crescimento da produção de cacau que envolvia em quase sua totalidade a região sul da Bahia. O contexto histórico e econômico é fundamental para compreensão do cacau enquanto atividade agrícola predominante e um dos principais vetores de transformação socioespacial da região. Segundo Trindade,

Associada ao desenvolvimento da cacauicultura e ao incremento das atividades comerciais, toda uma rede de fluxos intra e inter-regionais passa a se estabelecer. Os núcleos do povoamento inicial se expandem e passam a adquirir o *status* de cidades, mesmo que inseridas em um contexto socioespacial ainda eminentemente rural (TRINDADE, 2011, p.76).

O fato da produção do cacau se concentrar no campo, não constituiu empecilho para que algumas aglomerações urbanas passassem a surgir num ambiente predominantemente rural. Assim, Itabuna cresce e se constitui como cidade para atender as demandas urbanas de sua própria população e sua

importância passa a ser ampliada para habitantes de outras cidades, contribuindo para estender seu grau de influência na região.

Para Mira (2015), desde a sua emancipação, Itabuna disputa com Ilhéus o posto de principal centro urbano regional e, muito dessa disputa ocorreu por que Itabuna não se limitou apenas a desenvolver atividades ligadas à atividade cacauera, investiu também na indústria, no comércio e serviços. Mas se especializou em ofertar uma gama maior de serviços ausentes nas demais cidades (inclusive em Ilhéus), o que permitiu que, em muitos momentos, a cidade fosse procurada pela população regional para a utilização de tais serviços. Mira acrescenta:

Desmembrada de território ilheense e emancipada em 1910, Itabuna passou a rivalizar com Ilhéus o protagonismo regional. Surgida como ponto de apoio aos viajantes, tornou-se, ao longo do tempo, importante centro comercial que viria legar ao futuro município este vetor econômico (MIRA, 2015, p.112).

A organização do espaço de Itabuna não ocorreu, no entanto, sem conflitos. O próprio processo de formação populacional registra inúmeros casos de genocídio da população indígena e invasões de terras para fins de exploração. De acordo com a afirmação de Andrade e Rocha:

A história de Itabuna confunde-se com a história de Ilhéus até 1906, quando fazia parte da sua área territorial, como um dos seus distritos. Dominada pela floresta tropical, povoada por indígenas, catequizados ou não, servindo de passagem para tropeiros, teve suas terras invadidas pelos colonos brancos interessados no cultivo do cacau que florescia na ex-capitania de São Jorge dos Ilhéus (ANDRADE; ROCHA, 2005, p.13).

Assim como a maioria das cidades do Sul da Bahia, Itabuna passa a crescer e a alcançar a categoria de cidade, com o advento do ciclo do cacau que se estabeleceu na região que, dentre outras coisas, foi responsável por atrair mão de obra de outros estados, sobretudo das áreas secas do nordeste, para trabalhar nas lavouras e, também, pela chegada de armazéns de compra e venda de cacau. Estes buscavam se instalar preferencialmente no espaço urbano, contribuindo para que outros estabelecimentos comerciais se situassem no entorno.

Dayse Souza (2011) destaca, no entanto, que a implantação do ciclo do cacau na região não ocorreu sem as contradições comuns ao modo de produção capitalista, segundo a autora:

É interessante observar como a atuação dessas casas exportadoras, ao mesmo tempo em que acumulava lucros a partir da acumulação de capitais pela compra e venda do cacau, por outro lado, representava o fortalecimento da concentração de terras nas mãos dos Coronéis do cacau, ao passo que significava também, a degradação de grande parte da produção camponesa (SOUZA, D., 2011, p.42).

Evidencia-se, dessa forma, que a produção do espaço em Itabuna e, por conseguinte, em boa parte do Sul da Bahia, foi sustentada por um ciclo monocultor, pela exploração da mão de obra e por uma aquisição desigual de terras. Os reflexos desse modelo refletiram-se mais intensamente no espaço rural.

O processo de reprodução do capital ligado à atividade cacauera é fundamental para compreender o processo de produção e organização do espaço urbano em Itabuna. A mão de obra que chegava às lavouras de cacau fixava-se predominantemente no espaço rural, buscando periodicamente as cidades para aquisição de produtos ou serviços específicos do espaço urbano e, também, para comercialização dos produtos agrícolas nas feiras.

O domínio do capital local por um grupo seleto de indivíduos conferiu, além da opulência financeira, muito respeito e poder, o que contribuiu para que entre o final do século XIX e início do século XX, as tentativas de emancipação política de Itabuna pudessem ocorrer. A compreensão do processo de formação territorial e posterior formação do espaço urbano em Itabuna foram acompanhadas de um jogo de interesses políticos e econômicos que visavam atender, principalmente, os objetivos da classe dominante.

Rocha (2003) destaca o papel exercido pelos coronéis nesse processo de formação. O indivíduo que recebia o título de coronel caracterizava-se por ser grande proprietário de terras produtoras de cacau, além de usar e abusar da influência que possuía. A autora destaca:

Devido ao crescimento rápido do povoado de Tabocas, que fazia parte do município de Ilhéus como seu terceiro distrito, em 1897, cidadãos influentes da comunidade fizeram uma solicitação ao Conselho Municipal de Ilhéus para que Tabocas fosse elevada à categoria de vila. O pedido, contudo, foi negado. Mais tarde, em

1906, foi dirigida ao governo do Estado uma solicitação para que se criasse o município, prometendo o Coronel Firmino Alves doar o terreno para a construção dos edifícios da Intendência, Cadeia, Tribunal do Júri e as demais dependências necessárias para o funcionamento da vila. A elevação do aglomerado à vila se deu neste mesmo ano, e à categoria de cidade, em 28 de julho de 1910 – *Jornal A Época, 21 de agosto de 1943* – (ROCHA, 2003, p.61)

Entretanto, a história de formação de Itabuna também contou com a participação mais que decisiva dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que mal remunerados e submetidos a diversas formas de exploração, contribuíram decisivamente no processo de produção do espaço e, conseqüentemente, da sociedade local. Assim, é preciso considerar que para além do processo de ocupação do território, a população trabalhadora do campo também participou da consolidação do espaço urbano em Itabuna, pois as conseqüências próprias da luta de classes encontram muitas vezes seus rebatimentos na cidade.

A fotografia seguinte (fotografia 3) apresenta o mural da “Saga do Cacau”, onde é possível perceber toda a cadeia produtiva do cacau nos primórdios de seu plantio no sul da Bahia, sendo marcante a presença dos homens e mulheres do campo. O painel fica localizado no prédio Comendador Firmino Alves, na esquina entre a Praça Adami e a Avenida do Cinquentenário, sendo obra do artista plástico Antônio Genaro de Carvalho, da cidade de Salvador. Segundo Rocha (2003), o edifício é muito importante para a história da cidade, tendo sido inaugurado em 1953. O mural representa a colheita, o comércio e a exportação do cacau.

Fotografia 3 - Painel da civilização cacaveira, na cidade de Itabuna.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A paisagem atual do espaço urbano de Itabuna guarda ainda algumas construções que ajudam a representar o período em que o componente agrícola era o principal item da economia do município. Atualmente, o setor terciário é mais representativo no PIB do município, evidenciando o caráter eminentemente urbano de Itabuna. A cidade está entre as dez maiores do estado da Bahia e é o principal pólo de serviços do Sul do estado.

Segundo Alan Santos (2012), o município de Itabuna, desde o princípio, surgiu com funções comerciais importantes, mas a atividade cacaueteira sempre sobressaiu na sua economia, e possibilitou vertiginoso crescimento demográfico entre as décadas de 1920 e 1980. “Período no qual o município passou de aproximadamente 42 mil para 153 mil habitantes, um crescimento superior a 300%” (SANTOS, A., 2012, p. 20).

O autor ainda realiza inferências pertinentes quanto à passagem de uma realidade rural para uma realidade urbana, afirmando:

Dentro deste período há de se salientar, de forma especial, a década de 1960, quando Itabuna registrou momentos de perda populacional e territorial, devido ao desmembramento de alguns dos seus distritos. No entanto, constata-se a esse tempo também um fenômeno importante, a sobreposição em números absolutos do contingente populacional urbano (67.687 hab.) em relação ao rural (50.730 hab.) – pela primeira vez o número de pessoas que viviam na área urbana superou o das que residiam na área rural - tendência que se seguiu nas décadas seguintes. Em 1970 Itabuna já contava com mais de 84% de urbanização e sua área territorial já estava reduzida a 937 km² (SANTOS, A., 2012, p. 21).

É possível observar, a partir das análises até aqui apresentadas, que a formação do núcleo urbano de Itabuna está relacionada a dois fatores principais. O primeiro deles ligado ao ciclo da produção do cacau, que permitiu o crescimento econômico e demográfico retratado na própria paisagem urbana. O segundo, e não menos importante, refere-se à vocação comercial que acompanha a cidade desde o seu surgimento, situação que contribuiu para a ampliação do seu nível de influência na rede urbana.

Atualmente, o núcleo urbano de Itabuna pode ser caracterizado como o somatório de influências do passado ligadas a atividade cacaueteira e a vida no campo. Práticas comuns no município, durante várias décadas, que se relacionam nem sempre de forma harmônica com o conjunto de estruturas do presente, fazem da cidade uma espécie de “capital regional”, por ofertar serviços diversificados para sua população e para a população dos municípios vizinhos, principalmente.

3.4. Aspectos da urbanização nas cidades pequenas da rede urbana Ilhéus/Itabuna

A maioria das cidades que compõem o Sul da Bahia é formada por pequenas aglomerações e, a grande maioria dos municípios possui população próxima de 20 mil habitantes. Tratar das características urbanas no contexto dessa microrregião é, especialmente, debater sobre a formação das pequenas cidades e seu papel dentro da rede urbana local, reconhecendo, no entanto, o papel assumido pelas cidades médias, Itabuna e Ilhéus, nesse processo.

A maior parte desses municípios conquistou sua emancipação política após a segunda metade do século XX e a população rural sempre teve importância para seu desenvolvimento, auxiliando principalmente nas trocas comerciais. As cidades de Ibirataia, Buerarema e Itajuípe, foram as cidades pequenas selecionadas para realização de uma análise mais direta dentro do processo de pesquisa. Na cidade de Ibirataia a pesquisa ocorreu por meio de entrevistas estruturadas com moradores locais e a partir de fotografias do espaço urbano. Já em Buerarema e Itajuípe foram aplicados os questionários (Apêndice I) e também ocorreram coletas de imagem do espaço urbano.

3.4.1. A cidade de Ibirataia

Ibirataia foi elevada à categoria de município no ano de 1960 (IBGE 2010). Historicamente, sua economia esteve fortemente ligada à monocultura do cacau. O município abriga em seu território faixas preservadas de Mata Atlântica, proporcionando um clima tropical quente e úmido, durante praticamente todo o ano. Tais condições foram determinantes para a adoção da cacauicultura durante várias décadas.

A trajetória têmporo-espacial de Ibirataia no contexto da Microrregião Ilhéus/Itabuna é relativamente recente, aproximando-se de seis décadas de territorialização da cidade. “Os primeiros desbravadores chegaram à região de Ibirataia no início do século XX, oriundos de Capela do Rio do Peixe, hoje Piraí do Norte” (IBGE, 2018).

Ibirataia apresenta um comércio relativamente pequeno e pouco diversificado, mas que é capaz de suprir as necessidades mais básicas de sua população. Para Alan Santos, o centro da cidade de Ibirataia possui as seguintes características:

O centro da cidade apresenta certa organização interna, formado de casas térreas ou com apenas um andar, algumas das quais conjugam a utilização comercial, no térreo, e residencial, na parte superior. Não se pode falar de uma área exclusivamente comercial, tal como se verifica em centros urbanos maiores. A área central da cidade é, portanto, caracterizada por funções mistas (residencial e comercial). Nela, está situado um conjunto de pequenos estabelecimentos comerciais, a saber: lojas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, farmácias, lojas de tecidos e confecções, lojas de calçados, de materiais de construção e de brinquedos, lojas de produtos importados, óticas, mercados e armazéns de compra e venda de cacau (elemento comum às cidades da zona cacauera) (SANTOS, A., 2013, p. 4).

A cidade de Ipiaú, terceira maior cidade da microrregião Ilhéus/Itabuna, localizada a 14 km de Ibirataia, é um importante centro comercial e de serviços da rede urbana local, envolvendo também as cidades de Barra do Rocha, Ubatã, Itagibá, Dário Meira, entre outras. A cidade de Jequié, apesar de não estar inserida na microrregião Itabuna-Ilhéus, também é uma cidade muito procurada pelos habitantes de Ibirataia, pois oferece serviços na área de educação superior, saúde, comércio.

Em oposição a uma área circunscrita, delimitada e economicamente padronizada, a rede urbana se apresenta no espaço de forma fluída e dinâmica. Dessa forma, é possível verificar que, mesmo Itabuna e Ilhéus concentrando a maior parte da oferta de serviços no ambiente de sua rede urbana, algumas cidades que ocupam níveis intermediários de hierarquia dentro da rede urbana local, também ofertam serviços importantes, mesmo possuindo sua área de influência menor que a de Itabuna e Ilhéus. É o caso da cidade de Ipiaú, que consegue se destacar ofertando serviços para as cidades mais próximas. Para Corrêa: A rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades (CORRÊA, 2006, p. 37).

De acordo com Juliana Guma (2016), mesmo nos espaços urbanos considerados menores, é possível identificar os traços de articulação que permitem

a consolidação da rede urbana, sendo o conjunto de fixos e fluxos extremamente importantes nesse processo. Para a autora:

A Rede Urbana, como afirma Santos é o espaço de articulação entre as cidades e as aglomerações urbanas. Nela se apresentam as conexões entre os nós e os eixos formadores do espaço urbano. A preocupação na análise das redes é identificar quais são esses nós e como eles se relacionam, no caso urbano, formando um sistema de regiões ou cidades (GUMA, 2016, p.46).

A possibilidade de um número maior de cidades se destacando dentro de uma rede urbana, é resultado do processo de articulação que os espaços urbanos estabelecem entre si, de forma cada vez mais intensa. O que não representa, necessariamente, uma mudança dos níveis hierárquicos, mas reforça o caráter ativo que as transformações urbanas impõem sobre a rede.

O processo de formação da rede urbana Ilhéus/Itabuna foi auxiliado em grande parte pela produção agrícola, que possibilitou ao Sul da Bahia tornar-se conhecido nacional e internacionalmente, principalmente por conta da grande aceitação do cacau no mercado internacional. A boa produção agrícola da região proporcionava grande oferta de trabalho, ainda que mal remunerada, ocasião na qual, por exemplo, em uma única fazenda de porte médio, havia dezenas de famílias vivendo em torno da produção cacauzeira. Situação que favorecia, também, a chegada de famílias de localidades diversas, em busca de trabalho, ou fugindo da seca. Na afirmação de Rocha: "O cacau, devido ao sucesso de sua cultura, trouxe à região as primeiras famílias, vindas dos mais diferentes recantos do Brasil e do mundo, mas, principalmente, do estado vizinho, Sergipe" (ROCHA, 2008, p.44).

De acordo com o entrevistado A (informação verbal), a situação na época áurea da produção do cacau foi muito determinante para sua decisão de migrar para Ibirataia - BA. A análise de alguns trechos da entrevista permite compreender a relação que o papel que esse cultivo agrícola teve na produção do espaço dessa região. Conforme o morador A, a situação em Ibirataia é a seguinte:

Eu nasci fora, mas minha residência é aqui. Eu nasci em Apuarema. Aqui na época tava bom mesmo, porque toda vida foi melhor da gente trabalhar, pra arrumar uns troco. Aqui tinha muito cacau né, no cacau todo mundo trabalhava, era homem, mulé, menino, todo mundo trabalhava. De uns tempo pra cá foi enfracando, foi enfracando e aí eu resolvi botá um negocin na feira. Antes eu trabalhava em Fazenda, faz uns nove anos, vim da roça pra cidade e

aí comecei a botar um negocin, inté bom aí mais ou menos, nesses anos pra trás tava melhor, mas de certo tempo pra cá que todo mundo pegou a negociar por fora assim ó, e as feira foi enfracando, enfracando, ta numa situação dessa hoje. O pessoal que vem de fora aí, todo mundo vem de fora, carro dum canto, carro de outro, eu sei que a gente só vê carro circulando de tudo, tudo que a gente bota aqui dentro vem de fora, quando é de tarde sacou o dinheiro e sai fora e nós fica aqui, nós paga os imposto tudo aqui e fica assim (informação verbal)⁷.

É possível verificar na entrevista do morador A, as duas principais fases que compõem o processo de formação da maior parte dos espaços urbanos na microrregião Ilhéus/Itabuna. Na primeira parte, o morador retrata o período em que a região atraía habitantes de outras partes da Bahia ou até de outros estados, período coincidente com a grande produção agrícola do cacau, que foi capaz de gerar muitos empregos diretos e indiretos, mesmo que muitas vezes de forma mal remunerada. Foi o período de apogeu econômico. Evidentemente, que o capital se concentrava na mão de uma minoria, mas que demandava numerosa mão de obra para sustentar a produção.

O segundo momento retrata características da crise econômica que acometeu a região no final da década de 1980 e início da década de 1990, que afetou uma quantidade enorme de pessoas, principalmente, os trabalhadores do campo que, com pouca ou nenhuma instrução, foram obrigados a migrar da zona rural para as cidades e tentar a sorte em atividades diferente das quais estavam habituados.

A fotografia a seguir sintetiza a realidade retratada na entrevista, considerando ser esta uma situação comum à maior parte das pequenas cidades que compõem a microrregião.

⁷Entrevista concedida por morador A. Entrevista I [Fevereiro, 2018]. Entrevistador: Jorman dos Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em Fevereiro (2018) em Ibirataia-BA, 2018.

Fotografia 4 - Pontos de comércio em Ibirataia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Essas imagens retratam dois espaços tipicamente comerciais na cidade de Ibirataia: a Praça 7 de Setembro à esquerda, localizada no centro da cidade, oferta os serviços de farmácia, lojas de roupa e calçado, padaria e lanchonetes. Já as imagens da direita, referem-se à praça da feira, onde é mais comum o comércio popular e a venda de hortifrúti. O baixo fluxo populacional e a pouca variedade na oferta de produtos foram os elementos mais marcantes na observação realizada.

Por meio das investigações, foi verificado que muitos moradores das pequenas cidades da rede urbana local buscam itens variados nos centros maiores, pelo fato destes apresentarem maior oferta de produtos. Tal situação desencadeia o enfraquecimento do comércio local, que tende a apresentar dificuldade para gerar emprego. Por outro lado, isso contribui para o aumento dos fluxos diários entre os centros urbanos de menor porte para os de maior porte, situação que tem se tornado cada vez mais comum dentro da dinâmica urbana da rede Ilhéus/Itabuna.

A falta de políticas públicas que fossem capazes de assegurar mais direitos e melhores oportunidades para a população, tanto do campo como da cidade,

sobretudo no período áureo da produção de cacau, contribuiu para que a fragilidade do modelo monocultor ficasse evidente. Toda a cadeia produtiva instalada há décadas na região se mostrou incapaz de apresentar soluções rápidas para o enfrentamento dos ciclos de crise econômica e de propor alternativas para a saída da população local para outras áreas do estado e do país. Desta maneira, a população estimada para Ibirataia em 2018 é de 15.760 mil habitantes (IBGE Cidades, 2018), apontando a continuidade da diminuição da população total vista em 2010.

3.4.2. A cidade de Buerarema

Situada às margens da BR 101, Buerarema possui uma população estimada de 18.391 (IBGE Cidades, 2018). Foi elevada à categoria de cidade em 17 de setembro de 1959, depois de passar longo período como distrito da cidade de Itabuna. Favorecida por um clima tropical, quente e úmido durante, todo o ano, e aliado à presença da Mata Atlântica, permitiu ao município destacar-se na produção de cacau e farinha de mandioca, principalmente, além do cultivo de outras frutas.

O IBGE (2018) considera que o processo de ocupação do território de Buerarema teve início no começo do século XX. Porém, seu território já era ocupado, desde o período colonial, por tribos indígenas que viviam, basicamente, da caça e da pesca. A partir do século XIX, no entanto, grupos de colonos passaram a se fixar no território de forma mais intensa, gerando conflito com os índios do local e derrubada da mata nativa.

No monumento em homenagem aos desbravadores de Buerarema (fotografia 5) e que simboliza o marco inicial de formação do seu espaço urbano, é apresentado um pequeno texto em que são relatados alguns pontos importantes da história do município:

MACUCO UM POUCO DE SUA HISTÓRIA – Aqui por volta de 1860 às margens do rio Macuco e em plena Mata Atlântica nascia o povoado, a história nos conta que um príncipe da Áustria chamado Maximiliano, ao caçar a ave macuco que existia em abundância na região, acabou por batizar o vilarejo com o nome do pássaro. Como toda a terra, macuco tem a sua história pra contar e aqui vale lembrar os nossos irmãos índios que em luta contra os desbravadores morreram defendendo a terra, com o desbravamento, a derrubada da mata e o plantio dos primeiros cacauais, chegava o progresso para a vila, aos poucos o vilarejo crescia, mais tarde abandonava o nome de

macuco e se emancipava passando a se chamar cidade de Buerarema (Franklin Lins, 17 de Setembro de 1987).

Fotografia 5 - Praça dos Desbravadores, Buerarema – BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A emancipação política, no entanto, não eliminou a importância que a cidade de Itabuna possui para a população de Buerarema. São inúmeros os serviços que os habitantes desta pequena cidade, buscam diariamente em Itabuna, a fim de atenderem a suas necessidades.

O comércio de Buerarema limita-se a atender, basicamente, a população local. Ocasionalmente, por conta das feiras livres, os moradores da zona rural vêm até a cidade realizar compras e comercializar produtos agrícolas. Também pode ser registrada a presença de alguns armazéns de compra de cacau, como destacado na próxima fotografia (fotografia 6).

Fotografia 6 - Armazém de compra de cacau, Rua Floriano Peixoto, Buerarema – BA, 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A população local usufrui de um hábito de vida simples, na qual a maior parte das ruas tem pouca circulação de pessoas e veículos. O clima de tranquilidade soma-se a um espaço urbano de pequenas dimensões, onde ainda é possível secar o cacau na porta de casa, conforme registrado na fotografia seguinte (fotografia 7), demonstrando que apesar da população ser urbana, ainda exerce atividades tipicamente rurais, não se transformando efetivamente em cidade, lócus de atividades ligadas ao comércio, indústria, serviços e modo de vida citadina.

Fotografia 7 - Cacau secando na porta de casa, Rua Antônio Batista, Buerarema - BA, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Essa imagem retrata uma situação comum, sobretudo nas pequenas cidades da microrregião Ilhéus/Itabuna. A presença de pés de cacau no quintal de algumas casas possibilita aos moradores colocar as sementes do fruto para secar na porta de

casa. Trata-se de uma prática corriqueira, que apresenta um pouco das características rurais das pequenas cidades dessa microrregião.

3.4.3. A cidade de Itajuípe

Itajuípe está inserida no grupo das pequenas cidades que formam a microrregião Ilhéus/Itabuna. De acordo com estimativa realizada pelo IBGE em 2017, possui uma população aproximada de 21 mil habitantes. O antigo distrito de Pirangi, subordinado ao município de Ilhéus, foi emancipado em 1952, atualmente é composto, além de Itajuípe, pelo distrito de Bandeira do Almada.

O rio Almada, mais precisamente na porção direita de sua margem, foi importante para o processo de fixação de muitas famílias em Itajuípe, principalmente, no início do século XX. Já a segunda metade do século passado, marca um período importante de reconfiguração dos limites municipais nessa microrregião, na qual ocorreu o surgimento de muitas cidades. Segundo o IBGE:

Em 1930, instalou-se uma subprefeitura no arraial de Pirangi, subordinada ao município de Ilhéus. O nome foi alterado em 1943 para Itajuípe, vocábulo tupi que significa rio das pedras. O município foi desmembrado em 1962 para formar a cidade de Barro Preto (IBGE, 2018)

As principais conexões comerciais e de serviços de Itajuípe se dão com a cidade de Itabuna, distante pouco mais de 18 km, tais conexões ocorrem, principalmente, por meio da BR 101, de maneira pendular. Educação superior, comércio e saúde estão entre os serviços mais procurados pela população de Itajuípe que vai a Itabuna.

Sua economia, assim como a da maioria dos municípios que compõem a microrregião Ilhéus/Itabuna, tem no setor terciário uma de suas principais fontes de renda. Historicamente, no entanto, foram as atividades econômicas ligadas ao setor primário, como à monocultura do cacau, que contribuíram de maneira considerável para a construção do espaço urbano de Itajuípe.

A atividade agrícola predominante na região possibilitou que o espaço urbano dos municípios que formavam a região cacauzeira, traduzisse em sua paisagem uma dinâmica econômica marcada pela monocultura do cacau. Os principais fluxos que ocorriam nessa região estavam relacionados com a compra e venda desse fruto. Na

afirmação de Trindade: “[...] no início do século XX os objetos instalados no território (porto, estrada de ferro, fazendas, armazéns, casas exportadoras) serviam prioritariamente aos fluxos relacionados à cacauicultura [...] (TRINDADE, 2011, p. 269).

A expansão da lavoura cacauieira no sul da Bahia, entre o final do século XVIII e início do XIX, ajuda a explicar um pouco do processo de povoamento vivido em Itajuípe e nas demais cidades da microrregião. Ao mesmo tempo em que a produção agrícola avançava, a necessidade de mão de obra também crescia, o que ocasionou um grande fluxo migratório em direção a região. Mendes Costa afirma que:

Como a exploração da terra voltada para a cacauicultura era fruto da saga aventureira dos desbravadores objetivando tirar proveitos econômicos mais abundantes, eles preferiam se aventurar com familiares ou poucos aliados para conquistar áreas mais férteis e espalhar as sementes do “fruto de ouro” (MENDES COSTA, 2012, p.22).

Acompanhado pelo aumento da atividade agrícola e pelo posterior acréscimo das atividades comerciais, uma intensa rede de fluxos passa a ser formada na região entre os novos centros de povoamento, que passaram a adquirir o *status* de cidades em um ambiente com forte conteúdo de ruralidade, (TRINDADE, 2011). Apesar do crescimento econômico em torno da produção agrícola ter atraído muitas pessoas em direção ao Sul da Bahia desde o século XIX, só a partir do século XX um número maior de cidades passa a surgir.

A próxima fotografia destaca a presença da PENALTY, indústria que produz artigos esportivos, também presente na cidade de Itabuna. A chegada da PENALTY em Itajuípe significou um alento para a cidade no que se refere à geração de emprego e renda, desde a eclosão da crise econômica do final dos anos de 1980 e início de 1990. Eram poucas as oportunidades de emprego para a população local, naquela época.

Fotografia 8 - Fábrica da Penalty, Itajuípe-BA, 2017.



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

A instalação da PENALTY, em Itabuna e, principalmente, em Itajuípe, demonstra como as cidades dessa rede urbana estão inseridas na lógica global de reprodução do capital. Na afirmação de Trindade (2011), essa tendência atende, prioritariamente, aos interesses do grande capital, que avalia, minuciosamente, os espaços antes de decidir pela instalação, buscando alcançar as maiores taxas de lucro possíveis. Na afirmação do autor:

Recentemente, no acesso principal à cidade via BR-101, foi instalada uma unidade industrial da *Penalty*, corolário desses tempos de globalização e de desconcentração industrial, em que as empresas buscam se instalar nos lugares – inclusive nas pequenas cidades – que ofereçam as melhores vantagens comparativas e as maiores chances de ampliação do capital no menor tempo possível (TRINDADE, 2011, p. 184).

A instalação da PENALTY, em Itajuípe, gerou muitos empregos diretos e indiretos na cidade, contribuindo para diversificar a economia local. Demonstrando

que apesar da microrregião Ilhéus/Itabuna ser formada em sua grande maioria por cidades pequenas e muito dependentes, esses espaços urbanos considerados menores conseguem reunir condições específicas que permitem sua diferenciação no espaço.

Itajuípe conseguiu reunir condições locais importantes em seu espaço urbano, tais como a proximidade com Itabuna, importante centro de serviços e comércio da rede urbana local, estando às margens da BR 101 e mão de obra barata. A soma dessas características permitiu que Itajuípe ganhasse a concorrência com outras cidades de porte semelhante, possibilitando a instalação da fábrica em seu território.

A área central da cidade de Itajuípe é composta por alguns estabelecimentos comerciais, tais como lojas de roupas, supermercados e lanchonetes. Podem ser encontrados também armazéns de compra e venda de cacau, farmácias e padarias. Às sextas-feiras e aos sábados é muito comum a comercialização de produtos do tipo hortifrúti, no qual o espaço das calçadas e de parte das ruas são utilizadas para a realização dessa atividade. A fotografia (fotografia 9) abaixo apresenta uma paisagem parcial da cidade.

Fotografia 9 - Paisagem da cidade de Itajuípe, Rua Coração de Jesus, 2012.



Fonte: Google Maps, Fev. 2012.

O sítio urbano de Itajuípe encontra-se, na sua quase totalidade, assentado sobre um relevo suave, ondulado e, em menor medida, em áreas planas; o que pouco interfere nas intervenções gerais de melhorias urbanas e de manutenção. No geral, a área da cidade oferece, ainda, condições efetivas para o seu crescimento urbano e populacional.

3.5. A centralidade Ilhéus/Itabuna

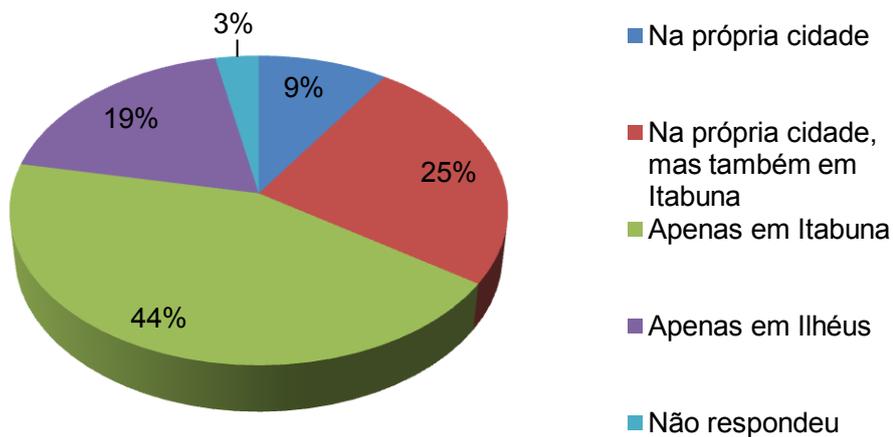
Para reconhecer, classificar, analisar e compreender a centralidade de uma cidade é fundamental entender seu nível de influência e sua posição na hierarquia de uma determinada rede urbana. Ilhéus e Itabuna no contexto da sua microrregião são classificadas como cidades centrais, pois têm posição de destaque na rede urbana da Bahia. O IBGE (2007) considerada essas cidades como capitais regionais B, onde seu nível de influência está imediatamente abaixo das metrópoles, mas contribuem com oferta de serviços importantes para uma grande parcela da população baiana.

Ilhéus e Itabuna são as únicas cidades médias dentro de sua microrregião e estão entre as maiores do estado da Bahia. A oferta dos serviços mais importantes como educação superior, saúde, lazer e serviços públicos, concentram-se, principalmente, nesses dois espaços. O fato de serem analisadas de forma conjunta por muitos pesquisadores e muitos órgãos públicos, como o IBGE, se dá pela proximidade e pelo grau de complementaridade que essas cidades possuem entre si. Para Sposito:

Do ponto de vista do mercado consumidor, as cidades médias continuam a desempenhar o papel de pólos para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais estão dispostos a se deslocar para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles a que tem acesso nas cidades de menor porte. (SPOSITO, 2007, p. 49)

Assim, as atividades comerciais e a oferta de serviços, tornam-se o segmento mais importante para a consolidação da centralidade de muitas cidades médias. Nesse quesito, Itabuna possui um papel de maior destaque do que Ilhéus, no contexto da rede urbana local. O gráfico 3 apresenta algumas informações importantes referentes à pesquisa realizada em quatro cidades da microrregião, quanto à procura desses serviços pela população local.

Gráfico 1 – Gráfico indicando o local de realização das compras.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Os dados agora apresentados corresponderam à pesquisa realizada entre os dias 21 de outubro de 2017 a 13 de fevereiro de 2018, nas cidades de Itabuna, Ilhéus, Itajuípe e Buerarema. Nessa pesquisa, os entrevistados foram indagados a respeito do local onde realizam as compras mais básicas do dia a dia, sendo possível perceber um grande destaque para a cidade de Itabuna nesse quesito.

As perguntas selecionadas para a pesquisa visaram descobrir onde, geralmente, a população dessas cidades costuma comprar mantimentos, insumos, vestuário, pães, remédios e efetuar o pagamento de suas contas. A proeminência de Itabuna nesse levantamento ocorre por conta de uma série de motivos, como o fato de muitos dos entrevistados trabalharem e ou estudarem em Itabuna, mas residirem em outra cidade da microrregião. A grande variedade de lojas e estabelecimentos comerciais presentes em Itabuna também contribui para justificar a situação apresentada.

De acordo com Mira (2015), o setor terciário tem sido o mais importante para a economia da microrregião Ilhéus/Itabuna; as atividades do setor primário e secundário, têm tido uma participação pequena.

Nesta região, o desenvolvimento do setor de serviços não resulta de efeitos multiplicadores do setor primário e/ou secundário. O setor terciário é o desencadeador do crescimento econômico: é ele que dinamiza a economia. Os efeitos desencadeadores dos setores

primário e secundário respondem em pequena parte pelo seu desenvolvimento (MIRA, 2015, p.134).

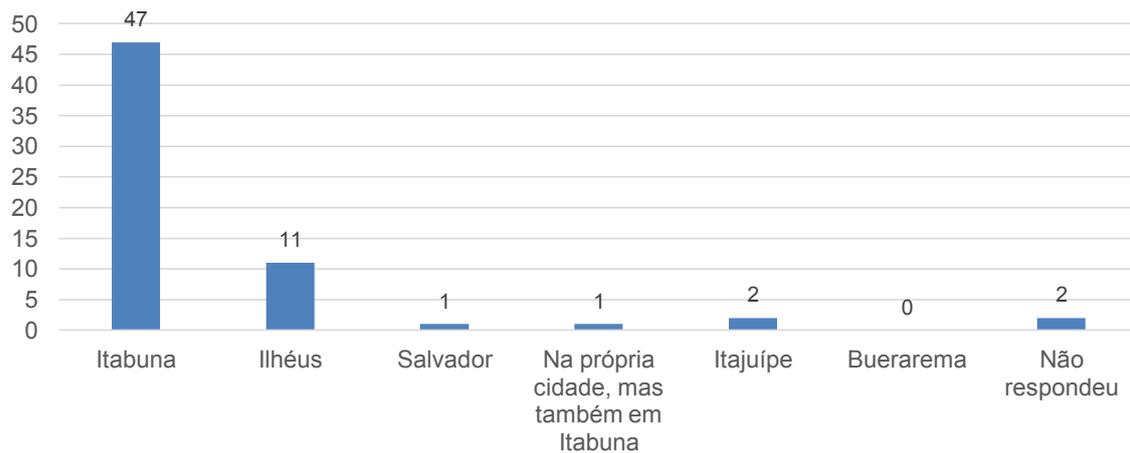
A realidade apresentada pode ser entendida por conta do baixo nível de industrialização da microrregião, sendo ainda, muito concentrada e por meio da política dos incentivos fiscais adotada pelo Governo Federal e Estadual, que se configuram como os principais responsáveis pela atração das poucas unidades fabris presentes. Com relação ao setor primário, é possível identificar que a crise econômica provocada pela queda da produção do cacau, nas duas últimas décadas do século passado, causou, além da redução da capacidade de reprodução do capital, um forte êxodo rural.

Dessa forma, a matriz econômica pautada no setor terciário tem se tornado cada vez mais sólida e importante no contexto da microrregião e do próprio Estado da Bahia. O que, de acordo com Mira (2015), permite que os novos vetores econômicos locais ganhem destaque, ajudando a compreender a concentração do PIB neste setor.

Uma vez avançado o processo de concentração da produção terciária regional na microrregião Ilhéus/Itabuna, suas cidades médias, Itabuna e Ilhéus, passaram a reproduzir tendência geral de ofertar serviços em seu entorno. As economias de escala e escopo já obtidas permitiram retornos crescentes e o recrudescimento deste processo. A pujança do setor terciário em Itabuna tem como principais segmentos saúde, educação e comércio. Ilhéus, ainda que em menor expressão, destaca-se nos mesmos segmentos, além do turismo (MIRA, 2015, p. 140).

O próximo gráfico apresenta o grande destaque de Itabuna no setor de saúde, que tem ido muito além do espaço da microrregião, chegando a atrair pacientes de outros estados. Mesmo moradores da cidade de Ilhéus tem buscado atendimento de saúde em Itabuna. O que reforça, ainda mais, seu papel central na rede urbana.

Gráfico 4 – Atendimento Médico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Dentre as atividades do setor terciário, a Saúde é a que melhor reflete o papel das cidades médias nessa microrregião. Mais de 73% dos entrevistados afirmaram buscar a cidade de Itabuna na procura por atendimento médico/hospitalar. Apesar de Ilhéus também possuir diversos estabelecimentos deste setor, a pesquisa demonstrou que Itabuna está muito à frente no número de atendimentos à população.

Os dados apresentados no gráfico são reforçados na afirmação de Alan Santos (2012), que elenca alguns fatores que ajudam a explicar o grande destaque de Itabuna neste setor.

[...] cumpre observar que o município de Itabuna é sede da sétima Diretoria Regional de Saúde (7ª Dires) do Estado da Bahia, que abrange um total de 29 municípios. Por outro lado, são mais de 90 o número de municípios que se utilizam dos equipamentos médicos alocados na cidade por meio da aquisição de serviços de saúde. (SANTOS, A., 2012, p. 29).

Apesar de concentrarem os serviços mais importantes da microrregião e, reconhecidamente, possuírem uma infraestrutura mais sofisticada do que as das cidades vizinhas, tanto Ilhéus como Itabuna, dependem dos moradores que vêm das cidades menores em busca de serviços que não costumam encontrar nas suas cidades de origem. Tal procura ocorre diariamente, reforçando e dando significado às migrações pendulares.

De acordo com Sposito,

O papel da proximidade continua a ter importância, mas as distâncias a partir das quais os consumidores estão dispostos a se deslocar ampliaram-se, porque o tempo para esses deslocamentos tem diminuído, já que melhoram as formas de transportes, inclusive, com o aumento do número de veículos próprios, bem como a frequência das viagens propiciadas pelo sistema de transporte coletivo. Esses fluxos definem-se, assim, no âmbito da região e marcam e são marcados pela existência de um espaço de continuidade territorial, cuja configuração é a de uma área. (SPOSITO, 2007, p. 49)

A centralidade de Ilhéus e Itabuna vem ganhando cada vez mais destaque e em muitos momentos o grau de influência dessas cidades extrapola os limites de sua rede urbana. Trindade (2011) afirma que a malha rodoviária também exerce um papel importante para a compreensão da centralidade exercida pelas duas cidades, mas aponta Itabuna como possuidora de maior destaque, pois possui uma capacidade de fluidez mais ampla.

Contudo, a influência exercida por Ilhéus não deve ser desconsiderada, pois apresenta um conjunto de fixos, como o aeroporto e o porto, que são inexistentes em Itabuna, além da BA-001, que reforça a capacidade turística do município e uma relação de interdependência e complementaridade entre as duas cidades (TRINDADE, 2011). Ao destacar a centralidade urbana, Marcelo Souza afirma:

[...] é função acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, desse modo, uma área de influência. Essa centralidade, portanto, é de natureza, acima de tudo, econômica. (SOUZA, M., 2011, p. 57)

No entanto, a queda na produção de cacau no final da década de 1980 força uma mudança radical no contexto da produção do espaço, exigindo que as cidades que gozavam de maior infraestrutura, passem a assumir mais efetivamente sua centralidade. Além das perdas demográficas, a região passa a enfrentar também perdas econômicas sucessivas, repercutindo significativamente na organização da vida em sociedade.

A falta de políticas públicas que assegurassem mais direitos e melhores oportunidades à população que migrava do campo em direção a cidade, contribuiu para que a fragilidade de um modelo econômico, pautado na monocultura de exportação, ficasse evidente. Toda a cadeia produtiva instalada, há décadas, na região, não se mostrou capaz de criar alternativas eficientes para evitar a fuga de

capitais e a saída de boa parte da população local, principalmente das cidades pequenas da microrregião para outras áreas do estado e do país.

A despeito da mudança na matriz econômica, onde o setor de serviços passa a ser mais proeminente, Ilhéus e Itabuna conseguem manter sua centralidade. Essa realidade pode ser explicada pelo fato das duas cidades serem dotadas de mais e melhores equipamentos urbanos, com perspectivas mais seguras de ampliação dessas condições estruturais, do que as cidades de sua rede urbana.

Ao citar a importância de Ilhéus e Itabuna no contexto regional, Mira afirma:

Algo a ser destacado nesta dicotomia Ilhéus/Itabuna é a relação interdependente entre as duas cidades. Os 25 km que as separam têm um elevado grau de urbanização. Os bairros ilheenses “Banco da Vitória” e “Salobrinho”, o campus da UESC, a sede regional da Ceplac e diversos empreendimentos econômicos privados estão localizados na rodovia que as liga, denotando o alto grau de conurbação entre as cidades (MIRA, 2015, p. 141).

O processo de conurbação que ocorre entre Ilhéus e Itabuna tem crescido ao longo dos anos, novos condomínios surgindo, envolvendo diversas faixas de renda, construção de um novo Hospital Regional, ambos às margens da rodovia que liga as duas cidades. A chegada desses novos equipamentos contribui ainda mais para a ampliação dos fluxos entre as cidades, realidade comprovada pela oferta de serviços de transporte público ao longo de todo o dia, com intervalos curtos entre uma viagem e outra, conforme indicado pela ilustração seguinte.

Quadro 2 - Linhas de ônibus e horários entre Itabuna e Ilhéus.

PASSAGEM DE IDA - ITABUNA X ILHEUS					PASSAGEM DE VOLTA - ILHEUS X ITABUNA				
 TERÇA 30 JAN					 TERÇA 30 JAN				
QUARTA 31 JAN					QUARTA 31 JAN				
QUINTA 01 FEV					QUINTA 01 FEV				
SELECCIONE	PARTIDA/ CHEGADA	EMPRESA	CLASSE	VALOR	SELECCIONE	PARTIDA/ CHEGADA	EMPRESA	CLASSE	VALOR
<input type="radio"/>	04:40 - 05:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	05:15 - 06:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	05:40 - 06:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	06:00 - 07:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	06:00 - 06:40	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	07:00 - 08:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 8.25
<input type="radio"/>	06:40 - 07:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	07:00 - 07:50	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	07:40 - 08:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	08:00 - 09:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	08:40 - 09:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	10:00 - 10:50	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	09:40 - 10:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	11:00 - 12:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	10:40 - 11:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	12:30 - 13:30	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.70
<input type="radio"/>	11:40 - 12:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	14:00 - 14:50	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	12:40 - 13:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	15:30 - 16:30	 ROTA	EXECUT.	R\$ 8.25
<input type="radio"/>	13:00 - 13:55	 ROTA	EXECUT.	R\$ 8.25	<input type="radio"/>	16:00 - 17:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	13:40 - 14:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	17:30 - 18:30	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	14:00 - 14:45	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	18:00 - 18:50	 ROTA	CONVEN.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	14:40 - 15:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	22:00 - 22:50	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	15:40 - 16:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50	<input type="radio"/>	22:00 - 23:00	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50
<input type="radio"/>	16:40 - 17:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50					
<input type="radio"/>	17:40 - 18:20	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50					
<input type="radio"/>	17:55 - 18:40	 ROTA	EXECUT.	R\$ 7.50					

*O horário de chegada é previsto. Para veículos em trânsito, o horário de partida é previsto.

Fonte: rotatransportes.com.br (2018).

A disponibilidade de horários apresentada pela ilustração é realizada por apenas uma empresa que, praticamente, exerce monopólio no serviço de transporte público entre as duas cidades; são, precisamente, 33 horários disponíveis ao longo do dia. Evidentemente que outras empresas e segmentos do transporte alternativo, muitas vezes clandestino, também ofertam o serviço. Porém, em menor quantidade. O grande número de linhas disponíveis reforça a importância que uma cidade tem para a outra.

Como tudo no espaço é dinâmico, passível de sofrer transformações, a centralidade dessas duas cidades, no contexto de sua rede urbana, continua a passar por transformações de toda ordem. Muitas delas são estimuladas pelo próprio processo de reprodução do capital, outras pelas idiosincrasias que lhe dão significado e tornam sua análise muito peculiar, quando comparadas com outras cidades médias da Bahia e do Brasil.

Segundo Trindade,

Os fixos responsáveis pela densificação dos fluxos em rede continuam a ser instalados seletivamente nos territórios de Itabuna e Ilhéus; e que essas duas cidades na sua condição de complementaridade, densificam as interações que realizam nas escalas regional, baiana, brasileira e mundial, exercendo o papel de cidade média na rede urbana brasileira apenas se consideradas na forma espacial de uma aglomeração urbana (TRINDADE, 2011, p. 9).

De acordo com informações até aqui apresentadas sobre a centralidade exercida por Ilhéus e Itabuna dentro de sua rede urbana, verifica-se a importância do conjunto de fixos presentes no espaço, como elemento atrativo para a população das cidades pequenas. É possível perceber, também, que o crescimento do setor terciário ocorre em paralelo com a consolidação da centralidade exercida pelos dois centros regionais.

4. MICRORREGIÃO ILHÉUS/ITABUNA: HISTORICIDADE E GEOGRAFICIDADE

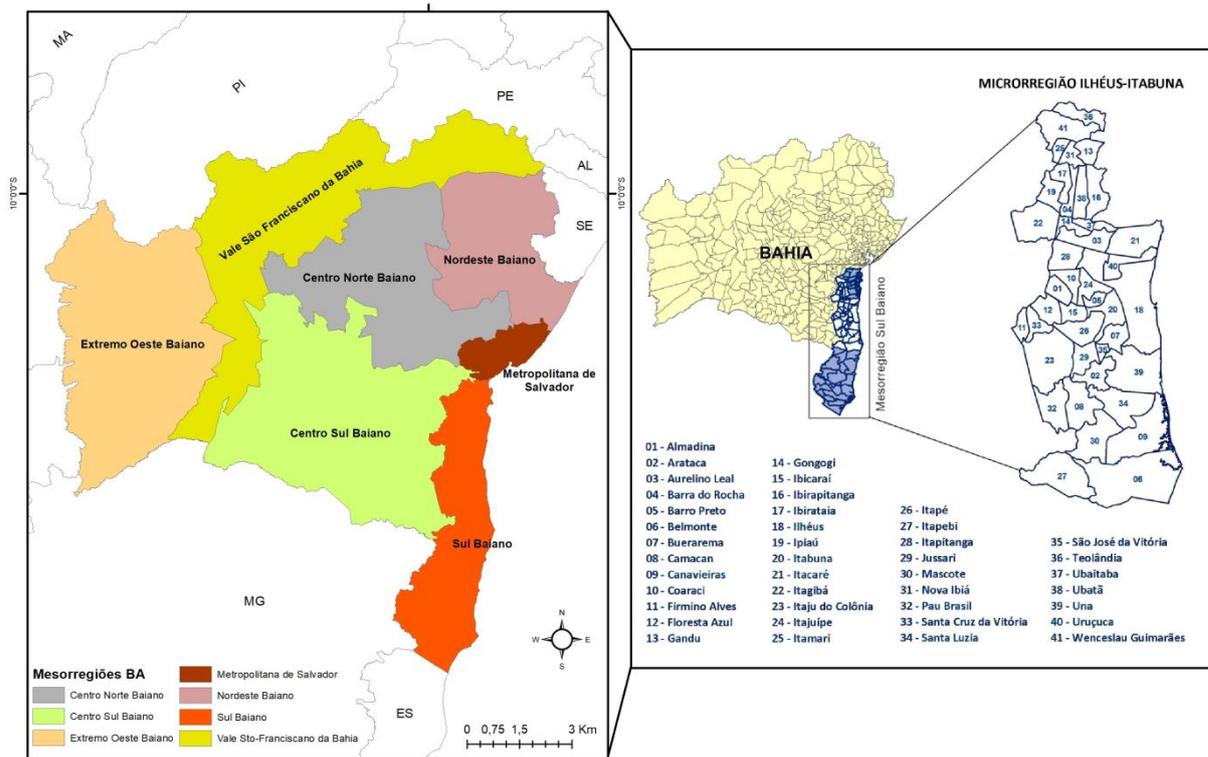
A microrregião geográfica Ilhéus/Itabuna tem seu processo de formação ligado às atividades agrícolas e extrativistas, que ocorrem desde o período pré-colonial. Porém, o surgimento de um maior número de cidades a partir do século XX contribuiu para que essa porção do território baiano passasse a refletir no seu espaço as especificidades que a diferenciam do conjunto tempo/espaço das demais áreas do estado.

Por causa da junção dessas características agrária e urbana, o processo de formação e organização do espaço, nessa microrregião, não pode ser compreendida sem se considerar o papel da atividade agrícola no primeiro momento e o posterior processo de urbanização ainda que tardio, como condições indispensáveis para consolidação da microrregião.

4.1. Microrregião Ilhéus/Itabuna: formação histórico-geográfico

A referida região, também conhecida com Região Cacaueira, está inserida na mesorregião Sul Baiana, de acordo com a classificação realizada pelo IBGE (1990), conforme indica o próximo mapa. Trata-se de uma área de ocupação antiga, “o recortado de baías e estuários do litoral permitiu a localização esparsa dos primeiros núcleos de povoamento” IBGE (1990, p. 300).

Mapa 2 - Estado da Bahia – Mesorregiões Geográficas e Microrregião Ilhéus/Itabuna.



Fonte: IBGE - Mesorregiões Geográficas, 1990.

A região foi, e ainda é reconhecida popularmente como Região Cacaueira, pois a cadeia produtiva que se estabeleceu em torno do cacau provocou uma série de transformações no espaço, com consequências diretas para o processo de organização social. O grande capital instalado nessa região implantou um modelo de exploração pautado na busca por lucro, permitindo, por outro lado, o surgimento de alguns elementos que dão singularidade a este território e sua diferenciação das demais áreas do estado da Bahia. Na afirmação de Santos:

Falar da região cacaueira numa perspectiva histórica e, por vezes, ficcional, se fundamenta por ser, o cacau, um ícone da tradição regional e pelo poder atrativo que se constitui, por várias décadas, e que desencadeou migrações na formação inicial dessa região (SANTOS, M. L., 2014, p. 75).

Os 41 municípios que fazem parte da Microrregião Ilhéus/Itabuna não se constituem como um conjunto homogêneo no território. O processo de formação territorial permitiu que elementos históricos importantes se tornassem comuns na

maioria desses municípios, principalmente o cultivo de cacau. “A região sul da Bahia tornou-se famosa no cenário nacional por conta da produção de cacau e sua importância na pauta de exportação nacional” (MIRA, 2015, p. 111).

A dinâmica social e as características econômicas são elementos importantes que ajudam a compreender as particularidades da microrregião. “O conceito de organização do espaço refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sob um suporte territorial” (IBGE, 1990, p.7).

A proposta de estabelecer divisões no território busca, entre outras coisas, analisar as idiosincrasias próprias de cada espaço, de forma a compreender e reconhecer os inúmeros fatores que ocasionam o processo de diferenciação, a fim de compreender sua posterior espacialização. Soma-se a isso, o fato do processo de regionalização possibilitar a comparação entre as distintas realidades que permeiam o território de um estado como o da Bahia, por exemplo.

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma unidade da federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 8)

As três dimensões apresentadas - o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação - se entrelaçaram ao longo do tempo na porção central da mesorregião Sul Baiana, dando origem a microrregião Ilhéus/Itabuna. Por sua vez, o reconhecimento do papel exercido pelo ciclo monocultor do cacau, enquanto mecanismo de reprodução do capital é fundamental para compreender o passado e o presente dessa microrregião.

Citando outras denominações atribuídas à microrregião, Rocha (2008) afirma:

Na linguagem corrente, no Sul da Bahia, usam-se de forma indiscriminada os termos região cacauera, zona cacauera, sudeste da Bahia, microrregião cacauera, grande região cacauera. Oficialmente, hoje, usam-se as palavras região Sul da Bahia (Mesorregião Sul Baiano) e região cacauera da Bahia (Microrregião Ilhéus/Itabuna) (ROCHA, 2008, p. 16).

Na história do Brasil, sempre foi muito comum atribuir nome a um determinado território a partir de suas principais características econômicas; desse

modo temos, por exemplo, o Vale do Aço em Minas Gerais, Região Carbonífera de Santa Catarina, entre outros. No caso da porção central do Sul da Bahia, o cultivo do cacau, historicamente, se constituiu como um importante produto econômico, o que acabou influenciando na denominação do território.

As classificações que buscam enquadrar um determinado espaço em um conjunto específico de atributos, para que possa delimitar uma região, requer bastante prudência, tanto de quem observa, quanto de quem se propõe a estabelecer o grau de abrangência da região. Pode parecer, muitas vezes, que apenas um produto é capaz de definir a identidade de um território, quando na verdade o conjunto de interações sociais é bastante complexo e sua análise é fundamental para compreensão dos principais aspectos de uma regionalização.

Segundo Mira (2015), o cacau chega ao sul da Bahia no final do século XVIII, mas sua produção para fins de exportação só iniciou a partir do século XIX. Dayse Souza (2011) afirma que entre o final do século XIX e início do século XX, a alta produção agrícola da região contribui para que os capitais estrangeiros e nacionais passassem a se apropriar cada vez mais do território. Porém a exploração não se restringiu ao território, sendo inúmeros os relatos da excessiva exploração da mão de obra.

De acordo com Dayse Souza (2011), no século XIX era difícil encontrar mão de obra para trabalhar nas lavouras de cacau, fosse ela livre ou escravizada, muitos trabalhadores se submetiam e/ou eram forçados a atuar em péssimas condições de trabalho, situação que contribuiu para construção de uma realidade socioeconômica extremamente desigual.

A maioria dos agricultores em Ilhéus só podia contar com a própria mão de obra ou dos membros de suas famílias, uma vez que não possuíam escravos nem podiam pagar trabalhadores livres. Na verdade, em muitos casos, esses lavradores eram ex-escravos que complementavam a renda familiar prestando trabalho temporário nas grandes propriedades (SOUZA, D., 2011, p. 40).

Ao passo que crescia a produção de cacau no Sul da Bahia, as desigualdades oriundas, sobretudo, da concentração de riqueza por uma pequena parcela da população local, também se ampliavam. Segundo Mira (2015), o volume de capital produzido com a lavoura cacauzeira era enorme, gerando grande opulência, provocando uma falsa impressão de que esse ciclo seria eterno.

Rocha (2008) acrescenta que:

A região cacaueira do Sul da Bahia já se constituiu num espaço de referências aristocráticas: os coronéis do cacau faziam passeios constantes pela Europa, seus filhos estudavam nas principais capitais do país, suas esposas ostentavam roupas importadas. A seca do sertão nordestino, a migração dos camponeses sulistas, os destituídos de bens materiais eram problemas que passavam ao largo. A vassoura-de-bruxa, então, ao acampar por estas bandas, fez estragos, mas também acordou os que dormiam “eternamente em berço esplêndido”, lembrando que a vida, e o que dela faz parte, está em constante mudança, indo sempre para frente, obrigando a uma revisão das atitudes, dos costumes, para que não se crie limo e não se obstrua o caminho dos que querem passar adiante, sempre mais desenvolvidos e mais humanos (ROCHA, 2008, p. 24).

A gênese do processo de formação da Microrregião Ilhéus/Itabuna está pautada rigorosamente em relações capitalistas muito severas, onde por várias décadas, a classe dominante não se constrangia em expor seu poder econômico e político. Contando, muitas vezes, com a submissão e ignorância de uma parcela enorme da população, sufocando as tentativas de oposição a esse modelo.

A crise econômica, derivada da queda da produção agrícola, no final dos anos de 1980, contribuiu para o estabelecimento de novas diretrizes dentro da microrregião. De acordo com Harvey (2005), as crises fazem parte da própria dinâmica de acumulação capitalista. Naquele momento, uma nova realidade se apresentava, causando transformações profundas no modo de vida da população. O desemprego e o subemprego se ampliaram de forma vertiginosa à classificação regional e, a partir dali, a produção cacaueira passou a não representar mais, de forma majoritária, as características econômicas e sociais do espaço.

A dinâmica da produção do espaço se diferenciou por completo daquela que vigorou durante várias décadas. Muitas pessoas deixaram a região, ou foram forçadas a sair, pois não encontravam mais as condições necessárias para o suprimento de suas necessidades. A estratégia utilizada pelo capital para possibilitar sua reprodução, foi importante para o surgimento de inúmeras cidades no sul da Bahia, principalmente a partir do século XX, tais como as aqui estudadas. Essa realidade, em grande parte, está relacionada com a necessidade do capital e o tipo de política econômica adotada pelo próprio Estado. Assim,

Os governantes passaram então a reformular a funcionalidade do mercado, as relações internas de produção e, sobretudo, as relações

da economia brasileira com a economia internacional. É nesse momento que o Estado estabelece as condições e os limites básicos de funcionamento do mercado de força de trabalho (SOUZA, D., 2011, p. 48).

Dayse Souza (2011) considera que o papel do Estado foi determinante para a apropriação do espaço pelo capital, assegurando lucros tanto para os grandes latifundiários, quanto para as grandes empresas capitalistas que passaram a atuar a partir de então. Inevitavelmente, um grupo numeroso de indivíduos ficou à margem desse processo: "existem grupos com força política que dominam o jogo de interesses locacionais dentro da cidade, enquanto outro grupo fica completamente excluído dessa negociação" (GUMA, 2016, p. 23).

Dessa forma a conceituação e compreensão das bases históricas que possibilitaram a formação da microrregião Ilhéus/Itabuna, estão pautadas no projeto capitalista de acumulação, construindo espaços marcados por desigualdade e submetendo a população às incongruências típicas do capital.

4.2. Estruturação, desestruturação e reestruturação da região

A Microrregião Ilhéus/Itabuna foi estabelecida seguindo o critério do IBGE (1990) que a definiu como parte da mesorregião Sul Baiana, por apresentar características muito particulares, sobretudo no que se refere à organização do espaço, não significando, no entanto, um padrão homogêneo de atributos. O principal critério utilizado para classificar as microrregiões geográficas em todo o país leva em consideração as especificidades ligadas "à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca" (IBGE, 1990, p.8).

Especificamente no Sul da Bahia, as atividades ligadas ao setor primário foram fundamentais para auxiliar no processo de regionalização proposto pelo IBGE. De acordo com o instituto: "A característica dominante nessa microrregião é a monocultura cacaeira, condicionada por seu clima quente e úmido e pela qualidade de seus solos" (IBGE, 1990, p.301). Além do cacau, outros produtos agrícolas também podem ser encontrados, como a banana, a mandioca e outras frutas.

Durante o processo de formação e expansão da lavoura cacaeira, entre o final do século XVIII e início do XIX, que visava a recomposição econômica da

capitania de Ilhéus, uma importante corrente imigratória ocorre em direção à região. Para Dayse Souza,

É a partir do final do século XIX e início do século XX, sobretudo nas primeiras décadas, que a produção de cacau terá um aumento de produtividade, fazendo com que tanto os capitais nacionais como estrangeiros se aproprie do território a fim de montar negócios para a monocultura em ascensão (SOUZA, D., 2011, p.40).

A estruturação do território que hoje compreende a microrregião Ilhéus/Itabuna, tem sua origem na exploração da terra, caracterizada pela concentração fundiária nas mãos de poucos, pela submissão do trabalhador rural a condições de trabalho degradantes que, sem perspectivas e com pouco ou nenhum nível de instrução, formou durante muito tempo o principal componente da população local.

Para Francisco Mendes Costa,

Os efeitos positivos da cacauicultura são demonstrados pela sua capacidade de absorção e mão de obra aplicada na lavoura, representando $\frac{1}{4}$ da população regional diretamente utilizada com os trabalhos do cacau no meio rural. No período 1970-1990, o sul da Bahia viveu em pleno emprego, demonstrando o potencial multiplicador da cacauicultura pela absorção da população em atividades ocupacionais extensivas ao cultivo. (MENDES COSTA, 2012, p. 218).

É fundamental destacar, no entanto, que a expressão “pleno emprego” não deve ser compreendida apenas adjetivamente como um esclarecimento semântico para qualificar a mão de obra empregada outrora na região. É importante ressaltar que todo o contexto de implantação da atividade cacauieira no Sul da Bahia, não fugiu aos desígnios próprios de acumulação capitalista. Em consonância com a expressão “pleno emprego” toda uma história de injustiça social também se fez presente.

No entanto, com a crise da vassoura-de-bruxa, fungo que dizimava a produção cacauieira, ocorre uma mudança radical no sentido das migrações. A região cacauieira, que outrora se caracterizava como uma região de forte atração populacional, passa agora a ser identificada como uma região de repulsão. Além das perdas demográficas, a região passa a enfrentar também perdas econômicas sucessivas, repercutindo significativamente na organização do espaço.

De acordo com ROCHA (2003):

Nos anos 1930 alcançara o *status* de região rica, onde o comando político e econômico era exercido pelos coronéis do cacau, servidos pelos jagunços e trabalhadores rurais. Esta década caracterizou-se pela conquista da terra, sendo o cacau o produto em torno do qual girava a economia e a dinâmica social. A identidade da terra do cacau era composta pela força do fazendeiro, pela submissão e ignorância do trabalhador rural, pelos jagunços, meretrizes, com seus costumes, credences e superstições (ROCHA, 2003, p. 44).

Com a vassoura-de-bruxa, um novo cenário passa a ser desenhado. A doença que ataca os frutos do cacau e prejudica a produção, traz consigo uma nova e assustadora realidade, sendo quase impossível apresentar algum setor ou segmento da sociedade da região que não tenha sido atingido pela crise; corte de salários, desemprego, queda no PIB, e migrações foram consequências diretas dessa nova realidade. Segundo ROCHA (2003, p. 55), "[...] como se fosse um efeito dominó, todas as classes sociais foram atingidas, trazendo recessão na articulação de dinheiro e investimentos [...]".

A denominação "Região Cacaueira da Bahia" passa a não representar mais, plenamente, as características que envolviam os municípios e a sociedade local. Novas formas de classificação desse recorte espacial surgiram, tais como: Região Sul da Bahia, Microrregião Ilhéus/Itabuna, entre outras, buscando se adequar à nova territorialização que, gradativamente, se estabelecia. Houve também uma tentativa de representar as novas forças econômicas, sociais e políticas que atuam no processo de redefinição das características desse território.

Suzane Souza (2008) faz uma crítica, questionando o fato de que ações coesas e organizadas no conjunto tempo/espaço sejam realmente capazes de construir o território enquanto categoria. Segundo a autora o território surge do antagonismo, da disputa, do enfrentamento de classes que não estagnam sua ação no espaço. Nesse sentido, é preciso reconhecer que o processo de formação dessa microrregião não ocorreu sem a presença de contradições próprias do modo de produção capitalista. "Em uma sociedade de classes, onde os interesses entre estas são antagônicos, passam a disputar a terra – que se transforma em território, produto por excelência, das contradições da sociedade de classe [...]" (SOUZA, S., 2008, p. 14).

É necessária uma análise mais ampla, para compreender as razões que levaram ao surgimento de um determinado problema e seus impactos na sociedade. Ivo Tonet (2013) afirma que os indivíduos têm a capacidade de traduzir, direta ou

indiretamente, as possibilidades postas pelo mundo. Lefebvre (2006) destaca a importância do trabalho no processo de produção espacial, o que permite afirmar que ela não é obra do acaso, mas sim dotada de intencionalidade.

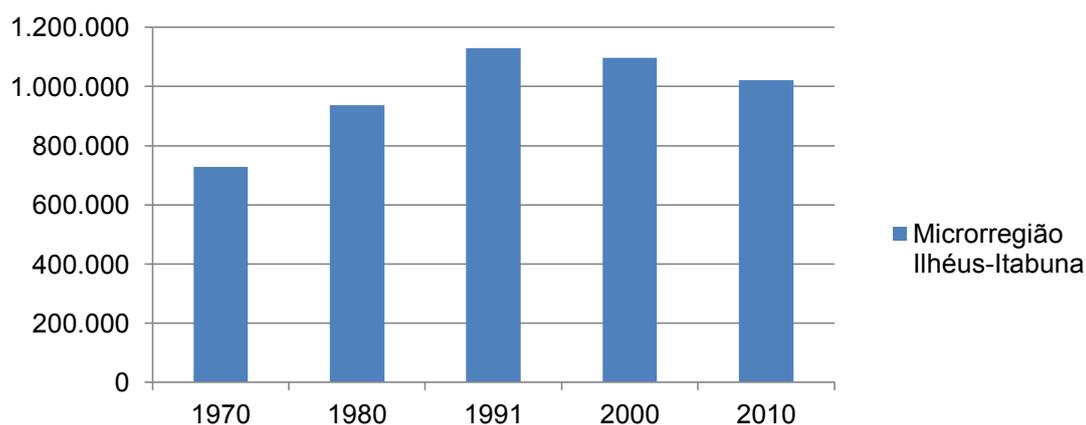
Como mencionado anteriormente, o final da década de 1980 marca o início de um novo período econômico para a microrregião Ilhéus/Itabuna. A produção de cacau é afetada de forma significativa, o preço do produto despica no mercado internacional e a concorrência com outros países tornam-se fatores determinantes para a redução da produção agrícola. As cidades médias de Ilhéus e Itabuna receberam, em um curto espaço de tempo, inúmeros indivíduos oriundos (expulsos) do campo, em busca de trabalho, ampliando o quadro de desigualdade e conflitos sociais nesse espaço urbano.

Conforme documento da SEI,

Na esteira do fenômeno, uma massa de camponeses foi e é expropriada de suas propriedades agrícolas e a ideologia conservadora ainda mantém a ideia de que essa leva saiu do campo em busca de condições melhores devida na cidade, desconsiderando o modo recrudescente e bárbaro como tudo isso ocorreu e ocorre, bem como sua territorialização nas áreas urbanas de todos os tamanhos (SANTOS, J., 2010, p. 64).

O conjunto de fatores até aqui elencados, tem provocado muitas transformações na microrregião, entre elas se destacam os aspectos populacionais. O gráfico abaixo apresenta as transformações no número total de habitantes nos últimos cinco censos realizados dentro na microrregião Ilhéus/Itabuna.

Gráfico 5 - Crescimento populacional - Microrregião Ilhéus/Itabuna.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1970 a 2010.

Com isso, percebemos a realidade vivida na microrregião Ilhéus/Itabuna no que se refere ao seu crescimento populacional. De acordo com os dados entre os censos de 1970 e 1991 a região apresentou um período de crescimento populacional que não por acaso coincidiu com o período onde a produção do cacau permitia maior circulação de capital e, principalmente, oferta de trabalho.

No entanto, as décadas seguintes passam a registrar perdas demográficas que repercutem expressivamente no contexto local, tanto no ambiente rural, como no espaço urbano. A queda no número total de habitantes não pode ser interpretada sem o reconhecimento de que a crise da lavoura cacauzeira levou a uma fuga de capitais. Dessa forma, "[...] a produção e a exportação dessa *commodity* vincula-se aos circuitos espaciais que atuam em escala planetária, envolvendo grandes corporações econômicas – como a *Cargill*, *Chadler*, *ADM* e *Coprodal / Nestlé*" (TRINDADE, 2011, p. 126-127).

Seguindo a lógica própria do modo de produção capitalista, que visa maior possibilidade de obtenção de lucro, as grandes empresas passaram a buscar novas áreas que oferecessem maior facilidade para a reprodução do capital. Com a saída de muitas dessas empresas, ocorre o aumento do desemprego na região, assim como a especulação imobiliária e migrações. Trindade (2011) afirma, no entanto, que não foi apenas a queda na produção do cacau o único fator responsável pela crise, o autor destaca ainda outros pontos importantes:

A última grande crise da cacauicultura no sul da Bahia costuma ser associada à doença vassoura-de-bruxa, um fungo que se disseminou pela região entre o final da década de 1980 e início de 1990. Apesar de a vassoura-de-bruxa ter de fato dizimado grande parte da lavoura cacauera em todos os municípios produtores, outros fatores devem ser associados ao período de crise que se acentuou na década de 1990, como a queda do preço do cacau em decorrência da grande oferta do produto no mercado mundial, motivada pelo aumento da produção dos países africanos (Costa do Marfim, Gana e Nigéria) e asiáticos (Malásia e Indonésia). (TRINDADE, 2011, p. 127)

De acordo com as características da crise econômica exposta, seria quase inevitável que um fluxo emigratório não atingisse a região. Da mesma forma a busca pelo desenvolvimento de novas atividades econômicas, como forma de vencer a crise, também passaram a fazer parte do cotidiano da população que ainda permanece na região. Tudo isso em meio a uma rede urbana ainda em construção, composta por cidades que em sua grande maioria tem no seu processo histórico de formação bastante semelhança.

Apesar de a atividade cacauera ter contribuído para a geração de riqueza, o capital produzido ficou concentrado em grande parte nas mãos dos grandes proprietários de terra, contribuindo para que o crescimento econômico fosse acompanhado de um profundo quadro de desigualdade. Com a mesma velocidade com que o capital era produzido na região, ele também migrava para outros espaços, levando investimentos para fora da área produtora do cacau.

De acordo com Maria Luiza Santos,

Os espaços urbanos se constituíram em pólos de atração de populações pobres de áreas rurais, criando a ilusão de que nas cidades existiram oportunidades iguais para todos. Com esse pensamento, muitos trabalhadores rurais deixaram suas casas em busca de emprego em cidades próximas (SANTOS, M. L., 2014, p.94).

A fuga de capitais registrada desde sempre na microrregião Ilhéus/Itabuna, era fruto de um modelo econômico pautado prioritariamente na exploração da mão de obra e da terra, permitindo aos grandes fazendeiros extrair riqueza em um local e utilizar os recursos em outro. Tal fato fica evidente quando se observa a paisagem urbana das cidades que compunham, àquela época, a região cacauera, onde é comum encontrar um alto nível de pobreza, padrão de moradia muitas vezes precária, imóveis abandonados, falta de serviços públicos essenciais e, sobretudo, uma rede urbana bastante rarefeita (TRINDADE, 2011).

Segundo Mira:

A alta renda oriunda do cacau gerou grande opulência. Com a falsa impressão de que seria eterna, por isso seus produtores nunca se preocuparam em poupar. Seus filhos dedicavam-se ao usufruto da riqueza, sem qualquer preocupação empresarial e, ou profissional relacionada ao cacau (MIRA, 2015, p. 114)

A partir do processo de empobrecimento que acomete a economia regional, as tentativas de reestruturação se iniciam. Mira (2015) destaca que uma das tentativas de recuperação ocorreu na década de 1990 com o processo de clonagem do cacau, a fim de desenvolver plantas que pudessem recompor a lavoura afetada pela *Crinipellis pernicioso* (conhecida popularmente como “vassoura-de-bruxa”).

Na recuperação econômica da região outrora “cacaueira”, Canavieiras, Ilhéus e Itacaré se destacam nos segmentos de turismo e hotelaria. Grandes redes de supermercados atacadistas se instalaram na rodovia que liga Itabuna à Ilhéus, atendendo a população de muitas cidades da rede urbana, o que facilita diversas atividades que vêm se destacando em diferentes pontos da microrregião.

Apesar do maior destaque de Itabuna em relação a Ilhéus, tem sido cada vez mais discutido entre os pesquisadores regionais e órgãos governamentais o alto grau de complementaridade que essas cidades possuem, configurando-se como o local mais dinâmico e de maior fluxo de toda a região. Os municípios de menor população também têm buscado alternativas para estimular o crescimento econômico, diversas atividades tem se destacado em diferentes pontos da microrregião, como a produção de banana em Wenceslau Guimarães e Teolândia, a rápida experiência de extração mineral em Ipiá e Itagibá, além de outros pequenos segmentos na área da pesca, artesanato e pecuária.

5. DINÂMICA POPULACIONAL NAS PRINCIPAIS CIDADES DA MICRORREGIÃO ILHÉUS/ITABUNA

A importância do estudo da população está relacionada com a necessidade de compreensão dos inúmeros como fenômenos que envolvem a dinâmica populacional e sua atuação sobre o território. Compreender sua estrutura, composição etária, a análise das taxas de crescimento vegetativo, os aspectos que envolvem a questão migratória, se faz importante, tendo em vista que o perfil predominante em um determinado espaço tem relação direta com a situação econômico-social.

As características demográficas da microrregião Ilhéus/Itabuna têm apresentado mudanças significativas que permitem debates em torno de temas considerados centrais como a questão econômica e o próprio planejamento urbano. A região que, há mais de duas décadas passou por uma crise econômica, busca um novo impulso para geração de empregos, ao mesmo tempo em que tem convivido com perdas sucessivas de população, bem como com a concentração dos principais serviços urbanos em poucos espaços.

A caracterização de um perfil demográfico e a análise de movimentos migratórios não são capazes de explicar, em sua totalidade, a dinâmica de produção do espaço numa dada região. Mas, o comportamento dessa mesma população num conjunto de variáveis contribui para reconhecer a abrangência das questões que buscam esclarecer as contradições do processo de produção do espaço.

As análises em torno da questão demográfica da microrregião Ilhéus/Itabuna, pautaram-se em estudos dos censos realizados pelo IBGE entre as décadas de 1970 a 2010, acreditando que são dados mais fidedignos do que as estimativas realizadas de forma anual. A estratégia dessa análise pretende compreender a relação entre as nuances que envolvem a população e seus reflexos na produção do espaço urbano.

5.1. A origem da população na microrregião

A ocupação do território que corresponde à microrregião geográfica Ilhéus/Itabuna é bastante antiga, a população indígena já habitava este território

muito antes da chegada dos portugueses. Com advento do processo de colonização outros grupos também passaram a residir neste território.

O príncipe Maximiliano realizou no início do século XVIII, observações pertinentes, quanto às características mais marcantes da população que a época ocupava a vila de Canavieiras, localizada ao Sul da Microrregião. Ele diz: "os habitantes são, na maioria, brancos e 'pardos', isto é descendentes de homens de diferentes tonalidades de cor, produzidas pela mistura com os negros; esses pardos constituem o fundo da população do litoral" (MAXIMILIANO, 1940, p. 303). Observações que possibilitam inferências importantes quanto ao processo de ocupação do Sul da Bahia, tendo como base o início do século XVIII.

A presença de negros evidencia a utilização de mão de obra escrava, que no período apresentado era usada principalmente nas plantações de cana-de-açúcar, confirmando também o caráter mestiço da população. Outro aspecto importante refere-se à presença em grande número da população indígena no local. Três etnias são citadas pelo príncipe Maximiliano (1940): os Pataxós, os Tupinambás, localizados entre Ilhéus e Olivença, e os Botocudos, localizados principalmente entre Una e Canavieiras. Os últimos sendo considerados inimigos pelos portugueses, sobretudo quando se buscava avançar em direção ao interior do território. Há inúmeros relatos de disputas sangrentas, com morte para ambos os lados. .

A forma como a população indígena ocupava e se relacionava com o espaço também foi registrado pelo príncipe Maximiliano:

Vila Nova de Olivença é uma cidade de índios, fundada pelos jesuítas há uma centena de anos. Nessa época, buscaram-se índios do Rio dos Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui. A Vila possui agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de mil habitantes. Com exceção do padre, do "escrivão" e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses. Todos os demais habitantes são índios, que conservaram os seus traços característicos em toda a sua pureza. Vi, entre eles, várias pessoas muito idosas, cujo aspecto provava a salubridade do lugar, entre outras um homem que se lembrava de ter visto fundar a cidade e construir a igreja, havia 107 anos. Os seus cabelos ainda eram de um negro de azeviche, o que aliás é muito comum entre os índios velhos. Entretanto, o cabelo de alguns deles embranquece com a idade; mas isso não se dá com frequência nos indivíduos de raça pura e isentos de mistura com o sangue preto (MAXIMILIANO, 1940, p. 308).

A grande presença indígena no início do século XVIII em Olivença evidencia um processo de ocupação lento por parte dos portugueses, o que permite concluir que mesmo na condição de colônia, algumas partes do território brasileiro demoraram a assimilar as imposições da metrópole quanto aos aspectos de uso e ocupação do espaço; situação provocada, principalmente, pelas limitações técnicas do período e pelo tamanho do território. Entretanto, o final do século XVIII marcará um uso e ocupação do território muito mais intenso por parte dos portugueses, o que acabou por dizimar milhares de índios na região.

Para Santana Filho (2014), o modelo de colonização implantado no Brasil foi marcado por um grande conjunto de atrocidades, que produziram inúmeros aspectos negativos ecoados nas características da sociedade atual. O autor destaca, entre esses problemas, as dificuldades que os povos indígenas encontraram na luta pela demarcação de suas terras, situação quase sempre recheada de violência e discriminação.

O autor enfatiza:

Inseridos no processo de desapropriação, os povos indígenas do Sul da Bahia, também viveram e vivem conflitos, principalmente em razão da oficialização do território, premissa para a preservação da integridade física e identitária do povo indígena Pataxó *Hãhãhã*. Está entranhada na sua história, a luta pela terra, e hoje, após a retomada, esperam a oficialização do termo de posse do seu território (SANTANA FILHO, 2014, p. 21).

Os povos que adentraram o Sul da Bahia, a fim de reocuparem as terras já habitadas pelos índios, em sua grande maioria, se sentiam superiores aos povos autóctones. Esse sentimento de superioridade criou, conseqüentemente, um sentimento de posse do lugar e, para dominá-lo, justificar-se-ia todo tipo de atrocidade, com intenção de extirpar quaisquer formas de empecilho para o uso efetivo do território. Tal metodologia encontra seus rebatimentos no século XXI, onde é comum o conflito pelo reconhecimento de territórios indígenas no sul da Bahia.

Ao abordar as questões centrais da relação entre diferentes grupos e o uso do território, Maria Luiza Santos assinala que,

O tempo de convivência cria um grau de coesão grupal, de identificação coletiva e normas comuns que legislam sobre um grupamento que possui tempo de residência no lugar. Esse

sentimento de pertencimento, por vezes, gera outro sentimento, que é o de superioridade frente àqueles que não estão coesos ou que ainda estão em fase de formação (SANTOS, M. L., 2014, p. 40).

Na relação entre índios e portugueses e/ou mestiços que chegavam ao Sul da Bahia, o sentimento de pertença com o local foi arbitrariamente estabelecido. O modo de vida indígena se tornou incompatível com os interesses da coroa portuguesa e, mais tarde, do próprio império, para o processo de reprodução do capital. O índio passou a ser visto como o estranho, como um obstáculo a ser eliminando, para que a geração de riqueza fosse garantida. Em consonância com essas afirmações, Santana Filho destaca:

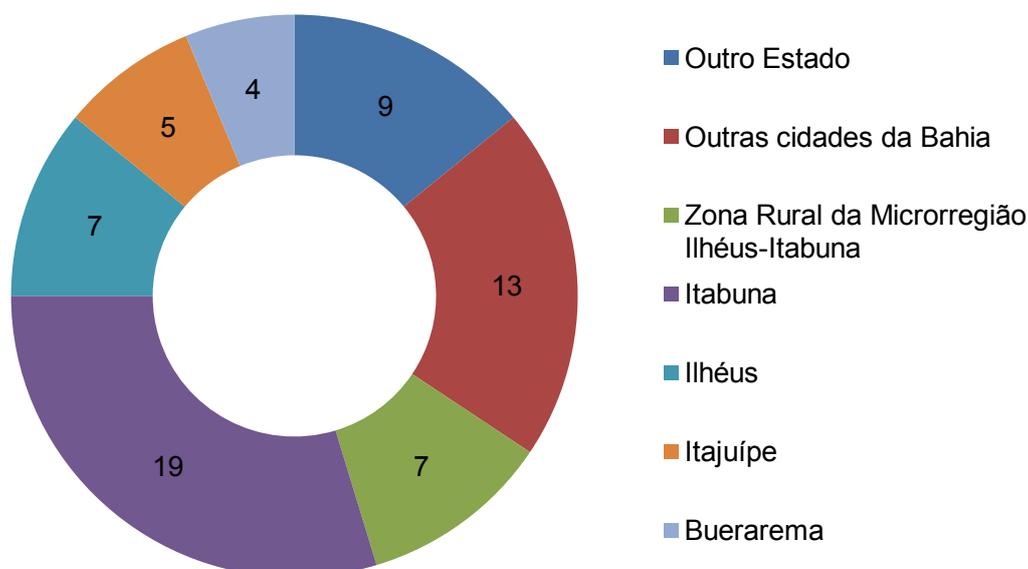
Essas invasões ocorreram desde a chegada dos portugueses ao Brasil, sendo que os conflitos, apenas se acirraram, por volta de 1930, em razão da organização espacial, em torno da lavoura cacaueteira. Esta lavoura, voltada para o mercado externo, levou, basicamente, ao extermínio, vários grupos indígenas (SANTANA FILHO, 2014, p. 34).

A formação inicial do território onde está situada a microrregião Ilhéus/Itabuna é marcada pela repressão aos povos indígenas, pelo uso da mão de obra negra escravizada e pela ganância do colonizador português na busca pela obtenção de lucros. A história da composição étnica do Sul da Bahia não finda com essa questão. O final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX guardariam inúmeras transformações importantes, que acabaram por contribuir no processo de formação da população local.

O período que vai do final do século XIX até a década de 1980 pode ser considerado como um dos mais importantes da história da região sul da Bahia, principalmente no que tange ao aspecto da formação e do crescimento populacional. Muitos grupos populacionais vieram para a região: povos árabes, libaneses, de outras partes da Bahia e, também, da região Nordeste, principalmente de Sergipe, além de outros grupos estrangeiros. O principal fator atrativo para esses fluxos migratórios girava em torno da produção do cacau.

O gráfico abaixo sintetiza o lugar de origem dos participantes da pesquisa, realizada em Buerarema, Ilhéus, Itajuípe e Itabuna. Os dados revelam a grande variedade de localidades citadas, demonstrando a diversidade da população local.

Gráfico 6 – Lugar de origem dos participantes da pesquisa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Foram selecionadas quatro cidades para aplicação da pesquisa, no entanto, as respostas fornecidas alcançaram um número muito superior de localidades, o que é uma característica comum no conjunto da população local. Trata-se de uma região onde o processo de urbanização ocorreu de forma tardia comparativamente ao Brasil, processo que contou com a participação de pessoas oriundas de outras áreas do estado e também do país. As transformações ocorridas no campo ao longo do século XX também contribuíram para justificar a realidade apresentada no gráfico.

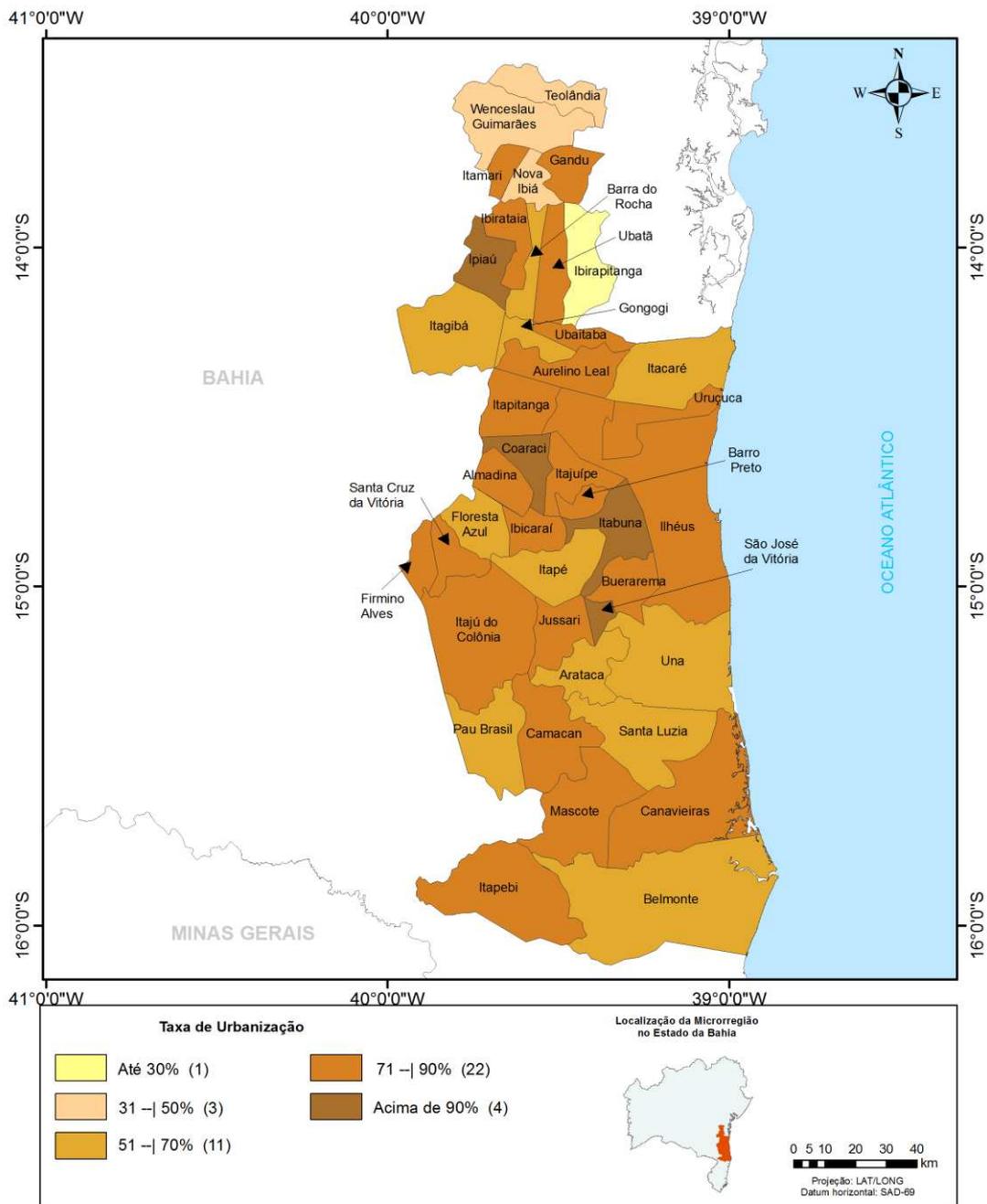
É importante registrar o quanto as obras literárias do escritor Jorge Amado contribuem para o conhecimento das relações sociais no litoral sul da Bahia do início do século XX. Entre seus clássicos mais marcantes para este fim estão *Cacau*, *Terras do Sem fim* e *São Jorge dos ilhéus* que, segundo Dayse Sousa:

traz um relato, por exemplo, de como se dava as relações entre as negociatas do cacau, representado por grupos estrangeiros e nacionais, principalmente, alemães, americanos e suíços, que se apropriavam da cidade a partir da implementação de casas exportadoras, além de outros negócios vinculados ao cacau (SOUZA, D., 2011, p. 40).

A diversidade étnica e cultural são características marcantes da população local. O caráter heterogêneo acompanha o processo de formação dessa população desde sempre, em contrapartida, as atividades econômicas ligadas à monocultura do cacau possibilitaram que essa diversidade encontrasse elo na produção agrícola.

A partir do estabelecimento e da consolidação do ciclo econômico em torno da produção do cacau, a população local inicia um novo processo de organização do espaço. Novas profissões surgiram em decorrência de atividades ligadas, direta e indiretamente, à produção do referido produto agrícola. Inicialmente, a população situava-se, em sua grande maioria, na área rural, mas nas últimas décadas é possível registrar um importante processo de urbanização conforme apresentado pelo próximo mapa.

Mapa 3 - Microrregião Ilhéus/Itabuna taxa de urbanização, 2010.



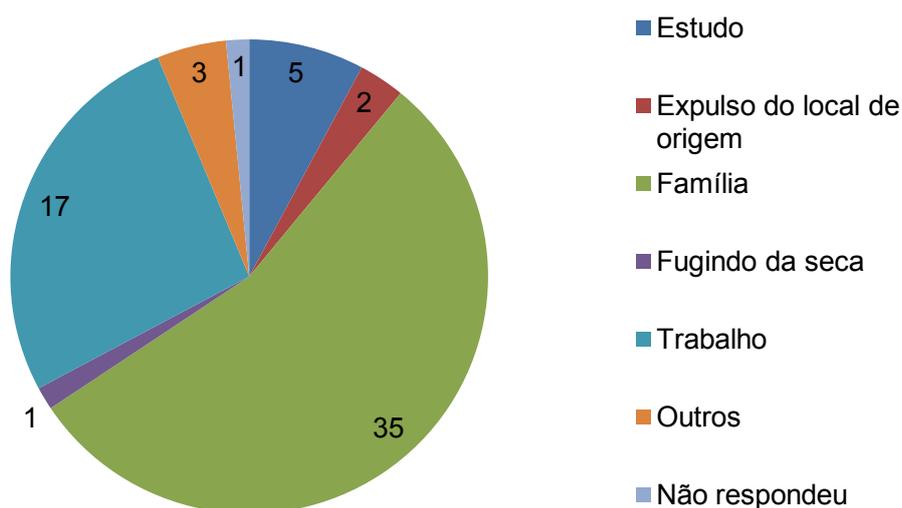
Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE - 2010
 Digitalização: Alan Azevedo

Este mapa indica a taxa de urbanização da microrregião Ilhéus/Itabuna a partir do censo demográfico de 2010, a despeito de possuírem bastante afinidade no seu processo de formação, é possível afirmar que o fenômeno da urbanização não ocorre de forma homogênea nesse território. Apesar da nítida predominância de uma população urbana, verifica-se que para 15 municípios essa taxa de urbanização

ainda era inferior a 70% em 2010, demonstrando que a população local apresenta um padrão de comportamento diferente no que tange à escolha pela vida urbana.

Quando indagados a respeito do motivo de escolha do local para viver, os participantes da pesquisa elencaram uma série de fatores, que são apresentados abaixo. A opção que envolve as questões familiares e as relacionadas ao mundo do trabalho, foram as mais citadas nesse levantamento.

Gráfico 7 – Questionamento sobre a escolha do local de moradia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Apesar de não estarem em destaque no resultado da pesquisa, duas situações apontadas pelos entrevistados merecem atenção. A primeira diz respeito à expulsão do local de origem, a segunda envolve a fuga da seca. Essas situações mostram que a tentativa de se estabelecer nessa região nem sempre ocorre de forma tranquila e harmônica, mesmo que para uma parcela da população, a possibilidade de viver nesse local tenha representado a esperança de alcançar uma vida melhor.

Todas as entrevistas realizadas ocorreram no espaço urbano das localidades selecionadas para a pesquisa, sendo possível perceber, no entanto, a forte relação com o espaço rural, nas cidades médias, mas principalmente, nas pequenas cidades. A maioria dos entrevistados que afirmaram morar nessa localidade por conta do trabalho, vieram do campo, ou são filhos de ex-trabalhadores rurais, que

não conseguindo mais desempenhar suas atividades na roça, foram forçados a optar pela vida urbana.

Milton Santos (1994) chama a atenção para se evitar análises simplórias das cidades, pois esses espaços estão passando por um processo de diferenciação cada vez maior. A tentativa de traduzir distintas realidades, que envolvem vidas humanas, interesses e fluxos econômicos, está longe de ser uma tarefa fácil. A vida em sociedade no espaço urbano é marcada por um conjunto de ideias e ações, que simultaneamente entram em conflito e se unem, traduzindo a própria dinâmica do espaço.

5.2. A estrutura demográfica e distribuição da população na Microrregião

A estrutura demográfica de uma determinada localidade é importante para revelar o perfil do conjunto de habitantes que residem num local, apresentando, entre outros aspectos, a forma como os habitantes de determinada localidade estão agrupados. A análise da estrutura demográfica pode revelar, por exemplo, os sinais de estagnação ou crescimento econômico, e servir de suporte para elaboração e implantação de políticas públicas.

O IBGE é o órgão responsável, no território nacional, por revelar as informações referentes às principais características de nossa população, tais como, renda, tipo de trabalho, qualidade da moradia, crescimento demográfico e expectativa de vida. Uma das metodologias utilizadas pelo IBGE envolve a pesquisa por meio dos setores censitários⁸, que se constitui numa metodologia com elevado índice de eficiência.

A estrutura demográfica da Microrregião Ilhéus/Itabuna apresenta uma predominância de sua população na área urbana. Não significa, no entanto, que os conteúdos próprios do ambiente rural estejam excluídos ou ausentes. A maior parte dos municípios que formam a microrregião possui população inferior a 20 mil

⁸O setor censitário é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País" (IBGE, 2011, p. 4).

habitantes, sendo comum encontrar elementos do espaço rural no ambiente dessas cidades.

A tabela 2 sintetiza, pelo menos em números absolutos, uma distribuição desigual da população pelo território da microrregião. De acordo com os dados nela contidos, em apenas dois municípios está concentrada quase 40% da população local, o que caracteriza uma rede urbana onde a oferta de serviços mais diversificados e importantes, está concentrada em poucos espaços.

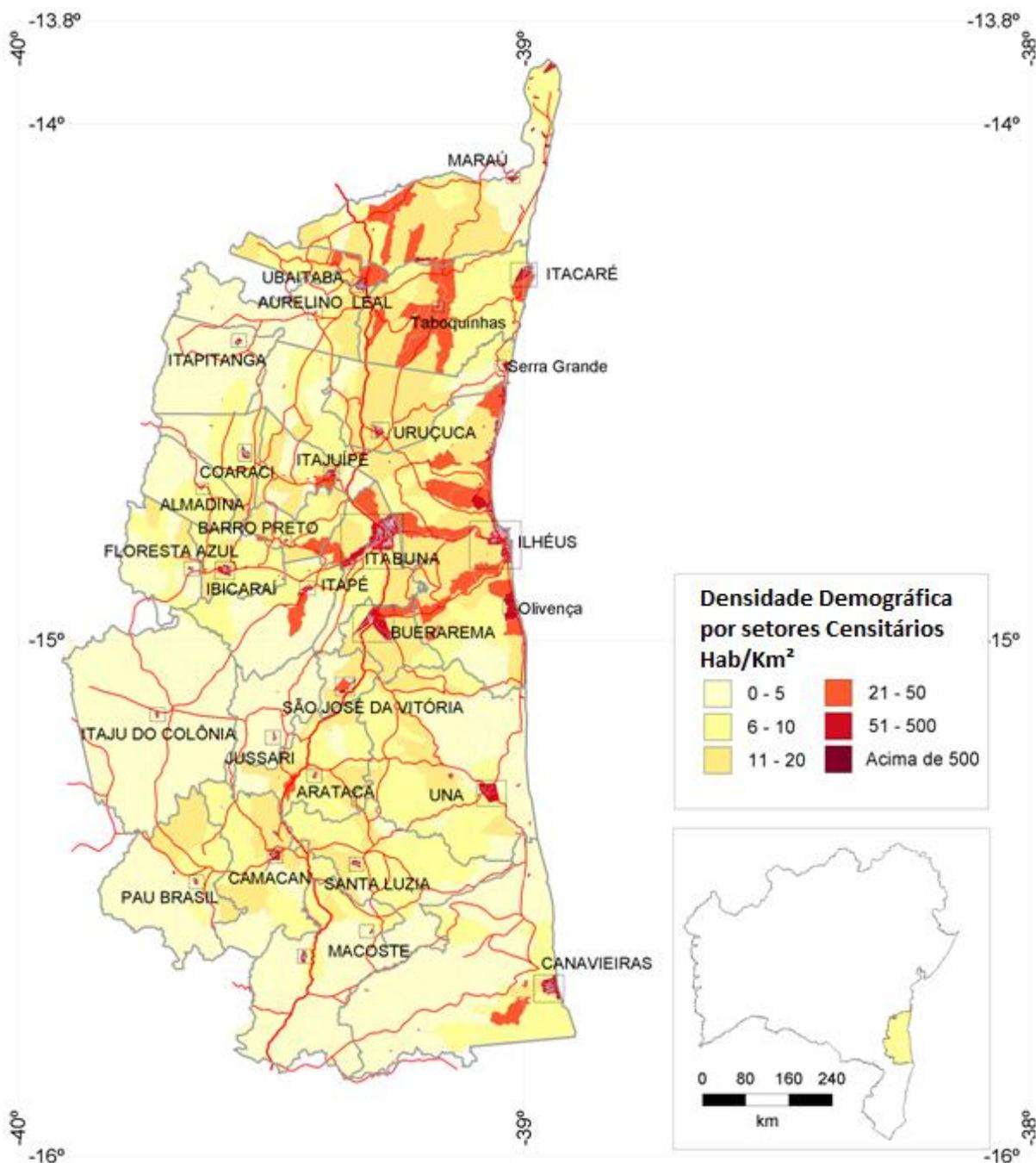
Tabela 4 - Microrregião Itabuna-Ilhéus: número de municípios por tamanho populacional - 2010.

CLASSE DE TAMANHO Hab./Município	MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO TOTAL	
	Nº	%	Nº	%
Menos de 10.000	11	26,82	73.586	7,21
De 10.001 a 20.000	14	34,15	192.594	18,87
De 20.001 a 40.000	13	31,71	321.169	31,46
De 40.001 a 100.000	1	2,44	44.390	4,35
De 100.001 a 200.000	1	2,44	184.236	18,06
Mais de 200.000	1	2,44	204.667	20,05
TOTAL	41	100,00	1.020.642	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

A tabela permite interpretar, também, que 92% dos municípios apresentam população inferior a 40 mil habitantes, correspondendo a pouco mais de 57% da população total da microrregião. Tais análises possibilitam identificar que a maior parte da população reside em pequenas cidades onde, muitas vezes, a infraestrutura é precária. A má distribuição da população pelo espaço da microrregião pode ser visualizada nas informações contidas no mapa a seguir.

Mapa 4 - Litoral Sul da Bahia – densidade demográfica-2010.



Fonte: Dados do IBGE - 2010.
 Digitalização: Altamar Amaral Rocha

O Mapa 4 apresenta o mapa de densidade demográfica do território de identidade Litoral Sul. Trata-se de um recorte espacial menor do que o da microrregião Ilhéus/Itabuna, porém apresenta a maior parte dos municípios que fazem parte da microrregião. Cruzando as informações dos dois mapas acima é possível melhor compreender a realidade vivida pela população local.

De acordo com as informações apresentadas no mapa anterior, além da má distribuição da população pela região, é possível identificar também, muitos vazios demográficos, onde a densidade não ultrapassa os cinco habitantes por km². Para compreender essa realidade, é preciso recordar que esse território passou por profundas transformações nas últimas décadas, no qual o predomínio do cacau contribuía para fixar os trabalhadores no campo e, a manter intacta a Mata Atlântica, visto que o cacau foi plantado abaixo das sombras das suas árvores. Com a crise na lavoura, porém, “muito desse ecossistema foi substituído por pecuária, café e outros produtos, diminuindo para 7% a mata preservada” (ROCHA, 2008, p. 204).

A partir daí, um processo intenso de desmatamento acometeu a região, destruindo a mata nativa, principalmente, nas áreas que substituíram as antigas lavouras de cacau por pastos ou plantio de outras culturas que, definitivamente, não se mostraram capazes de ofertar trabalho como o cultivo do cacau fazia. O município de Itajú do Colônia é uma das áreas onde predomina a pecuária, apresentando também uma das menores densidades demográficas de toda a região.

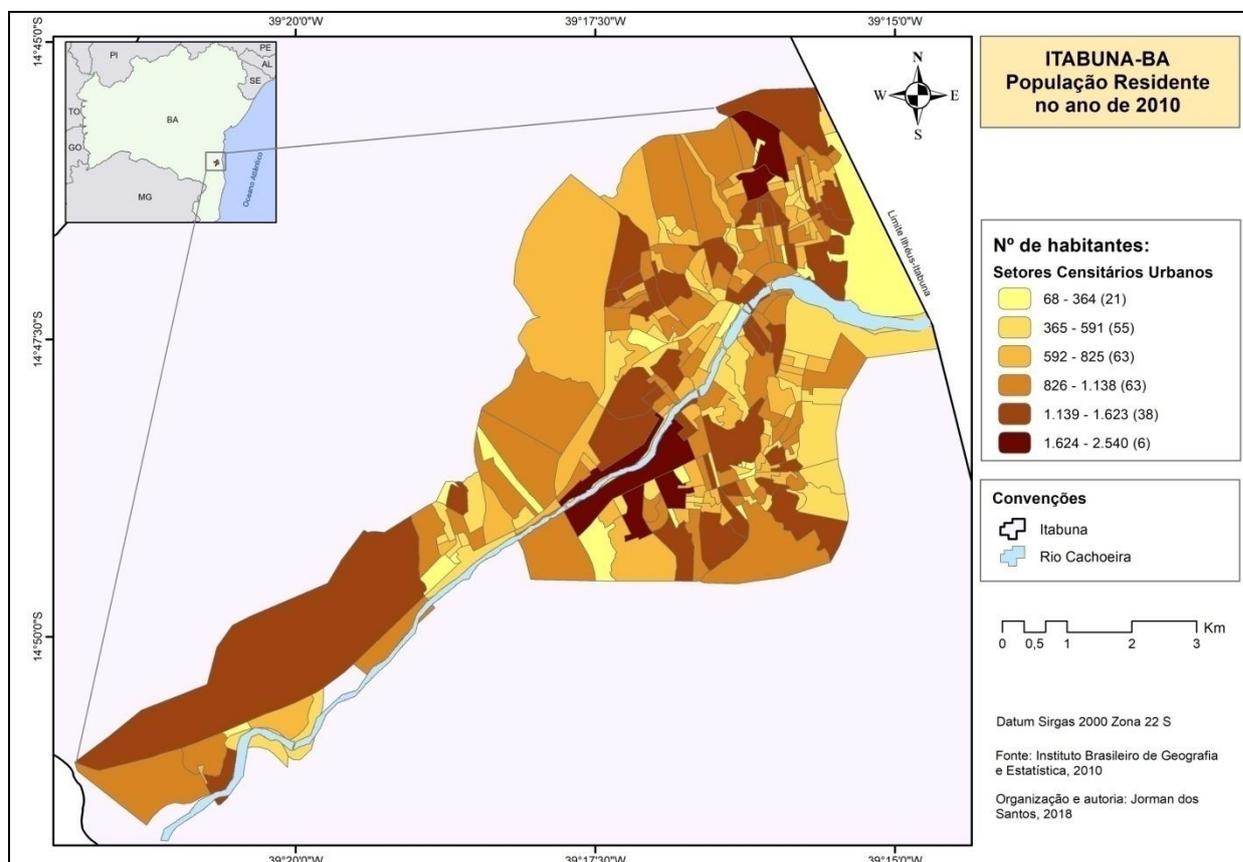
Na afirmação de Trindade,

O enfrentamento dessa crise mais recente prolongou-se nas duas últimas décadas, invadindo o século XXI. Aconteceram transformações radicais no espaço regional, pois a busca de soluções para os efeitos da crise exigiu mudança de mentalidade e reestruturação produtiva, que conduziu – após mais de um século – à ruptura com a monocultura do cacau, pela diversificação das atividades econômicas. A comercialização do cacau continua tendo participação importante no PIB regional, mas não é mais a única atividade econômica realizada na região, que deixa de ser “refém do cacau” e passa a dedicar-se a outras atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, como a indústria, o turismo e a prestação de serviços (TRINDADE, 2011, p. 156).

O fato é que as transformações ocorridas no campo econômico suscitaram outras alterações no campo social, como as questões relacionadas à mobilidade da população. As alterações na base produtiva da região foram acompanhadas, também, de intensos fluxos emigratórios do campo para as cidades e, também, em direção a outros locais, fora da antiga região cacaueira. Esses elementos auxiliam na compreensão dos vazios demográficos apresentados no mapa de densidade do Litoral Sul, que também possibilita identificar a ocorrência de maior concentração populacional na porção leste dessa região, onde estão os municípios que apresentam mais de 20 mil habitantes.

Na maior cidade da região é possível notar, também, que a população se distribui de forma desigual. O mapa 5 apresenta o total da população residente por setores censitários, em 2010, a partir dos levantamentos realizados pelo IBGE.

Mapa 5 - Distribuição da população por setores censitários, Itabuna-BA, 2010.



Fonte: IBGE, 2010

O mapa de população por setores censitários em Itabuna apresenta algumas informações importantes: mesmo em bairros territorialmente próximos, o índice de ocupação apresenta discrepância. Essa realidade pode estar relacionada com o tipo de moradia e/ou renda da população, assim como às atividades econômicas desenvolvidas naquele espaço.

O rio Cachoeira, praticamente, divide a cidade de Itabuna ao meio, no entanto, a fixação da população nas áreas marginais não apresenta um padrão homogêneo de ocupação. De uma forma geral, a área central tem apresentado maior concentração populacional do que as áreas periféricas. A exceção se dá por conta do bairro Califórnia que, mesmo situado numa área periférica, apresenta, de acordo com o mapa, grande adensamento populacional.

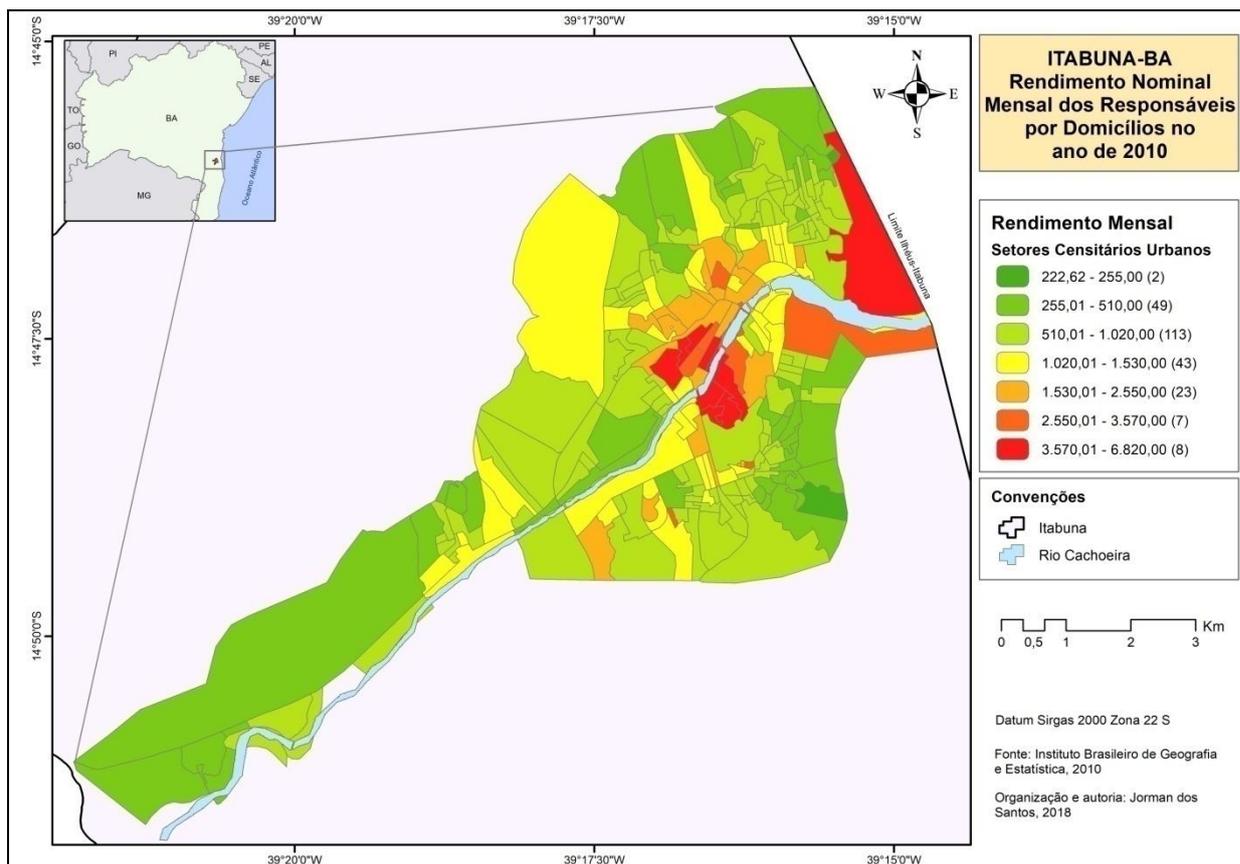
No ano de 2010, Itabuna ocupava o posto de quinta maior cidade do estado da Bahia, possuindo uma elevada densidade demográfica. 473,50 habitantes por km², IBGE (2010). É possível constatar, dessa forma, que apesar da população se apresentar irregularmente distribuída no espaço da cidade, ela se apresenta bastante adensada num contexto geral, dada as características do próprio sítio urbano e do próprio processo histórico de formação de Itabuna.

Na análise de Alan Santos,

É oportuno observar que todo esse acentuado processo de urbanização verificado no município de Itabuna, esteve assentado sob uma incontrolável e desordenada ocupação do espaço urbano, com a maior parte da população habitando em ocupações irregulares, subnormais e carentes de infraestrutura e serviços públicos essenciais (SANTOS, A., 2012, p.22).

A realidade apresentada no mapa é resultado da soma de um conjunto de fatores históricos de desigualdade na produção do espaço urbano, o que se torna mais perceptível quando se cruzam esses dados com as informações contidas no mapa 6, que apresenta o rendimento mensal dos responsáveis por domicílio, em 2010.

Mapa 6 - Rendimento Mensal dos Responsáveis por Domicílios, Itabuna-BA, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

O estudo do rendimento mensal em Itabuna foi realizado pelo IBGE (2010), a partir da análise dos setores censitários. Essa metodologia permite compreender, de forma mais clara, como a produção do espaço urbano, em Itabuna, ocorre de forma desigual, com forte concentração de renda. Há um rendimento mensal mais elevado na área central da cidade, onde geralmente o preço dos aluguéis e dos imóveis é mais elevado.

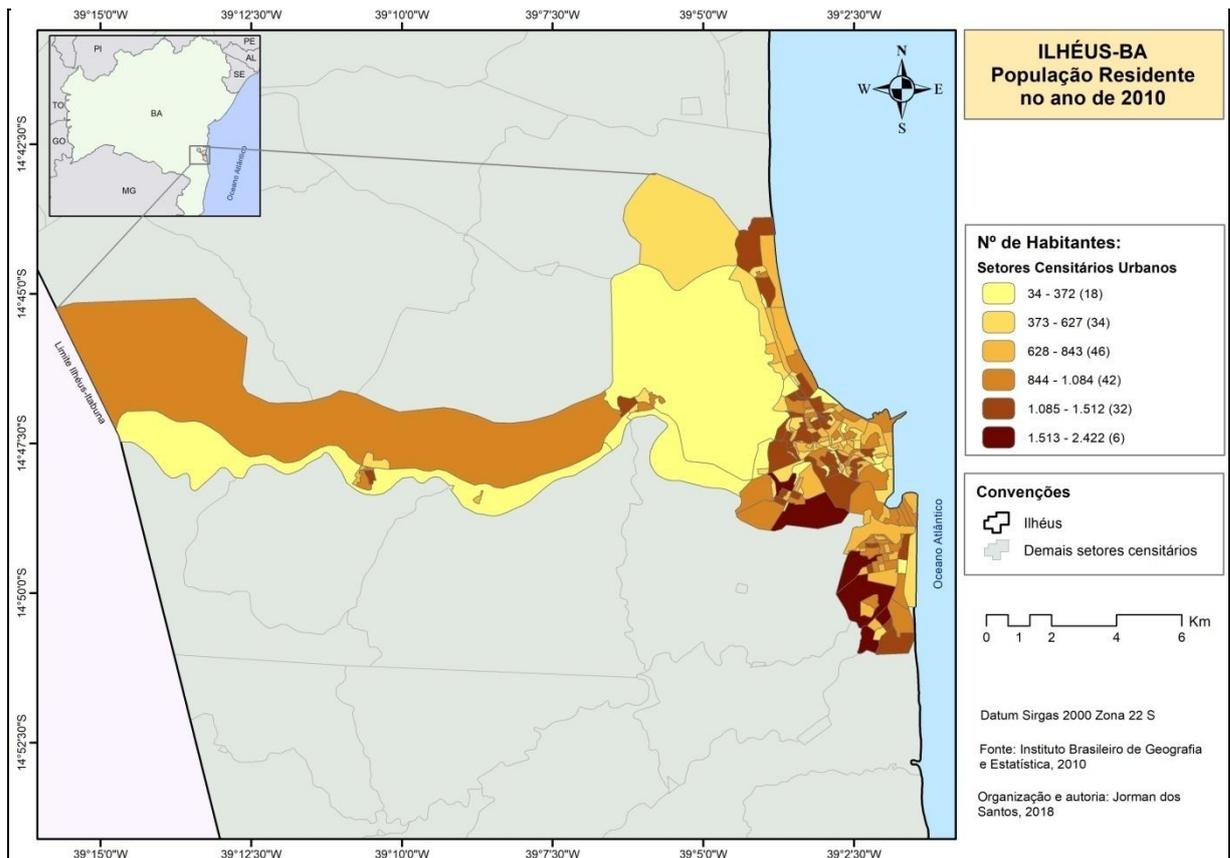
As áreas vermelhas no mapa representam alguns bairros, como Góes Calmon e Jardim Vitória, localizados nas proximidades do shopping Jequitibá, estão entre as áreas onde a população apresenta maior rendimento. No limite territorial entre Itabuna e Ilhéus também aparece outra área destacada em vermelho, indicando igualmente renda mensal elevada. Trata-se de uma das áreas mais valorizadas de Itabuna, que envolve, entre outras localidades, o condomínio Jardim das Acácias.

O município de Itabuna possui uma área territorial muito pequena, essa característica tem contribuído para incentivar o processo de verticalização da cidade

e a construção de condomínios fechados em locais afastados do centro. Atualmente, o espaço que corresponde ao limite territorial entre Itabuna e Ilhéus tem se valorizado bastante, com a presença de condomínios de padrão elevado, e a construção de empreendimentos comerciais, como grandes redes atacadistas. Apesar de muitos desses empreendimentos estarem situados no município de Ilhéus, sua relação com a população de Itabuna têm sido muito mais significativa, principalmente, por conta da proximidade.

Em Ilhéus, a análise dos setores censitários também permitiu identificar uma população distribuída de forma irregular, conforme indica o mapa abaixo. O município possui uma área territorial maior do que a de Itabuna, mas com um número de habitantes inferior. Na mancha urbana de Ilhéus, alguns dos bairros mais populosos, como o Teotônio Vilela, foram erguidos em meio ao manguezal, onde o impacto ambiental para a formação e crescimento do bairro, continua trazendo sérios problemas para o ecossistema do município.

Mapa 7 - População residente por setores censitários, Ilhéus-BA, 2010.

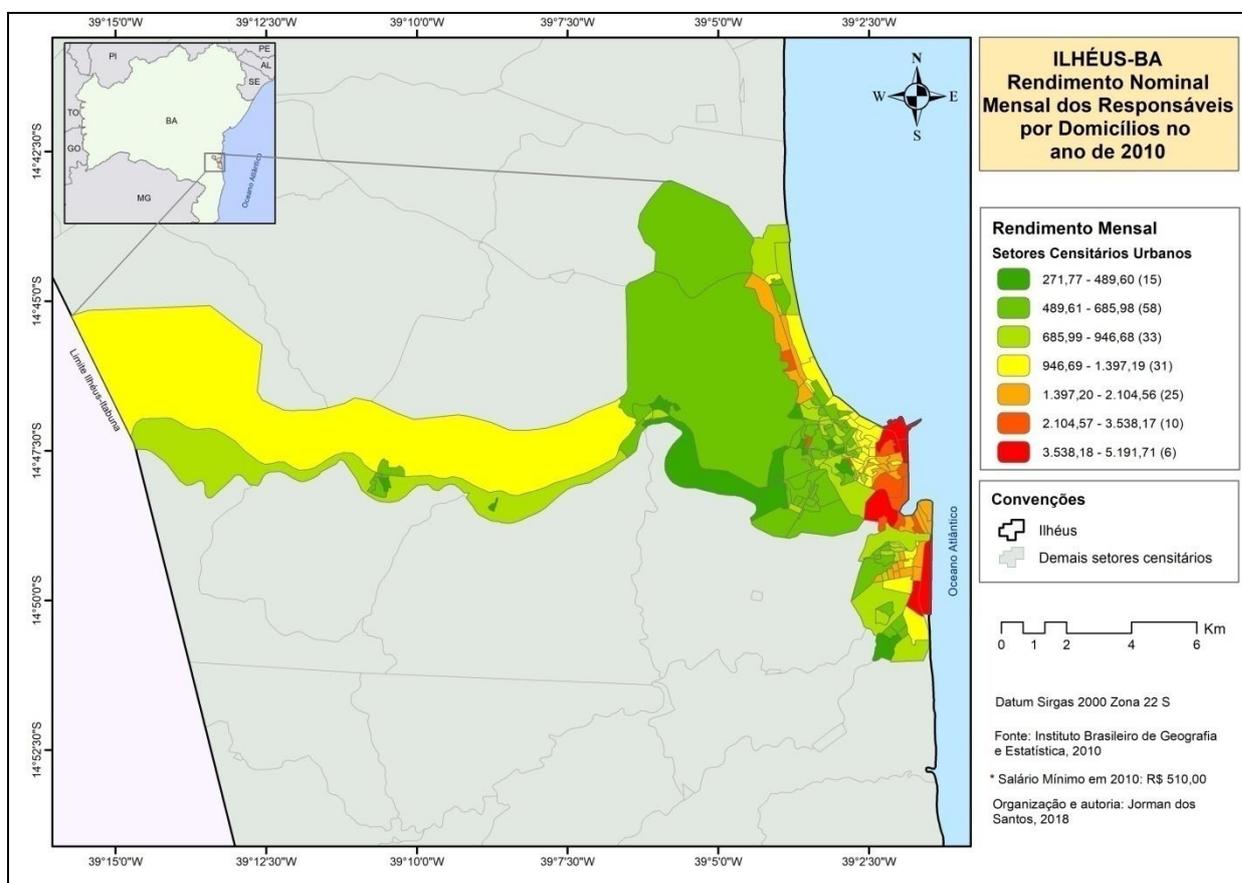


Fonte: IBGE, 2010.

Uma série de fatores como o modelado do relevo, as atividades econômicas desenvolvidas e o processo histórico de ocupação, ajudam a explicar a forma de distribuição da população pelo território. A faixa litorânea em Ilhéus é bastante extensa e em alguns pontos muito valorizada, principalmente na zona sul da cidade, onde se encontram condomínios fechados, pousadas, *resorts* e restaurantes.

O mapa a seguir indica o rendimento mensal dos responsáveis por domicílio no ano de 2010, o que permite compreender que em Ilhéus, os locais onde a renda é mais elevada, não são os mesmos que apresentam maior concentração populacional. Ilhéus tem passado por profundas transformações socioespaciais nas últimas décadas, apresentando, a cada censo ou estimativa realizada, redução no número de habitantes.

Mapa 8 - Rendimento mensal em Ilhéus, 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

Essa ilustração permite verificar que as maiores rendas mensais em Ilhéus, estão localizadas em áreas mais próximas do mar onde, por conta do apelo

paisagístico e da melhor infraestrutura, os terrenos são mais valorizados. Apesar de Ilhéus vir apresentando nos últimos anos uma redução sucessiva no conjunto total de habitantes, seu espaço urbano tem sido utilizado cada vez mais para construção de novos empreendimentos habitacionais.

Muitas das construções desses novos empreendimentos têm sido realizadas ao longo da orla da cidade e, boa parte das pessoas que têm adquirido esses imóveis, não reside na cidade. Essa condição indica que a maior parte dos proprietários compra os imóveis para lazer, aproveitando principalmente as férias de verão (RANGEL; THEVENIN, 2018).

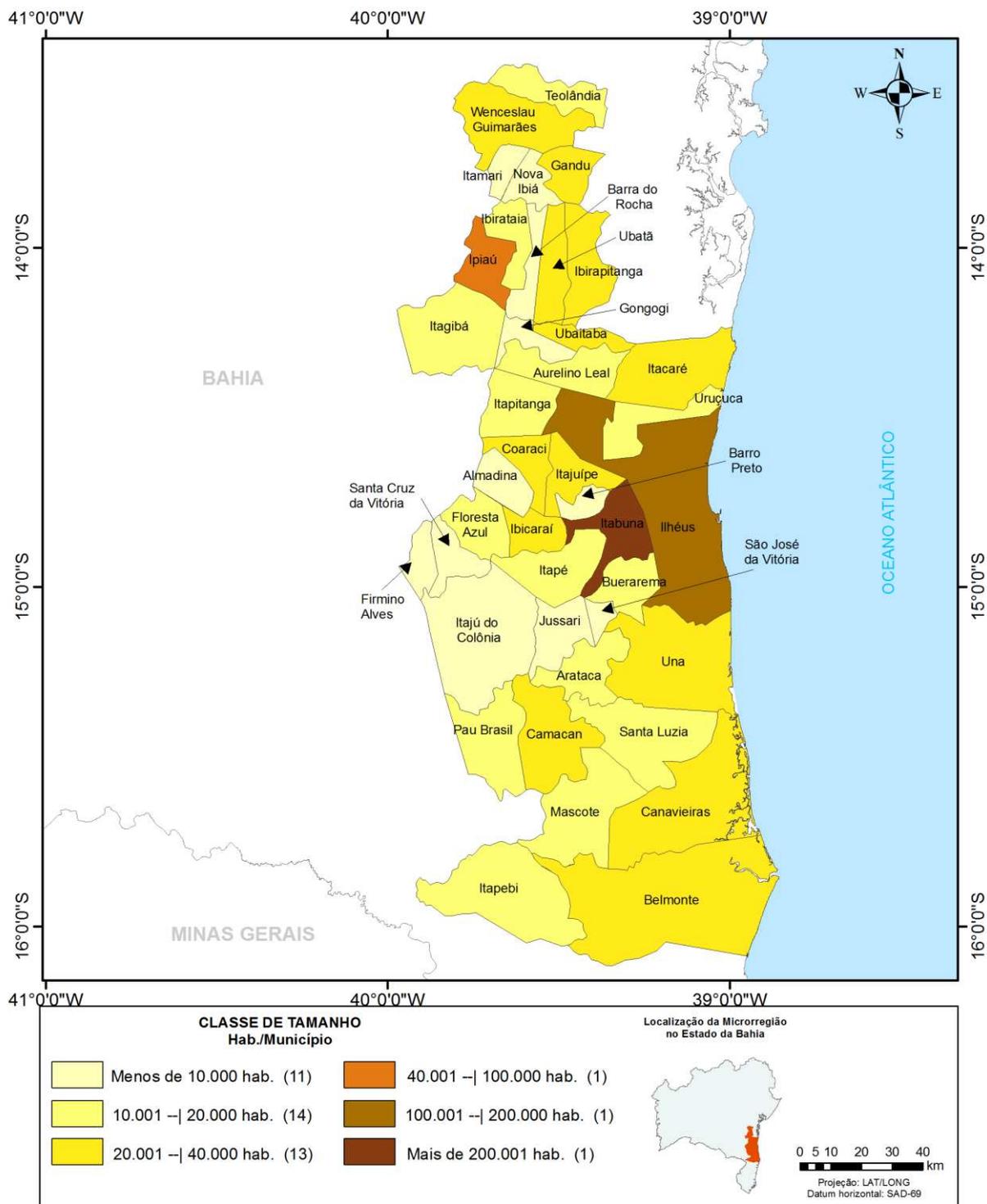
Em entrevista concedida na cidade de Ibirataia, a moradora B, que tem um imóvel localizado no condomínio Vog João de Góes, situado na Praia dos Milionários em Ilhéus, explica as razões que a levaram a adquirir um apartamento na cidade: “Ilhéus é uma cidade linda e boa pra se viver, sobretudo quando se está na terceira idade - aposentada. É um lugar bom pra descanso e tem acesso fácil a todas as outras coisas. Uso o imóvel pra descanso, finais de ano, feriado (informação verbal)⁹.”

A entrevista apresenta um resumo das transformações socioespaciais que tanto a cidade, quanto a rede urbana de Ilhéus vêm passando nos últimos anos. O processo de urbanização, relativamente, recente, a ampliação da malha rodoviária e demais investimentos em infraestrutura nessa porção do território baiano, têm contribuído para que realidades como as relatadas na entrevista se tornem cada vez mais comuns.

O mapa a seguir permite visualizar o número de habitantes por município no ano de 2010 e compreender as características da concentração populacional no contexto da microrregião. Diferente da metodologia utilizada através dos setores censitários, que apresentam um recorte mais definido da realidade urbana, o mapeamento da população absoluta na microrregião, apresenta um recorte espacial mais amplo, mas de igual forma importante.

⁹Entrevista concedida pela moradora B, 56 anos. Entrevista II [Fevereiro, 2018]. Entrevistador: Jorman dos Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em Fevereiro (2018) em Ibirataia, 2018.

Mapa 9 - Microrregião Ilhéus/Itabuna População Absoluta – 2010.



Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE - 2010

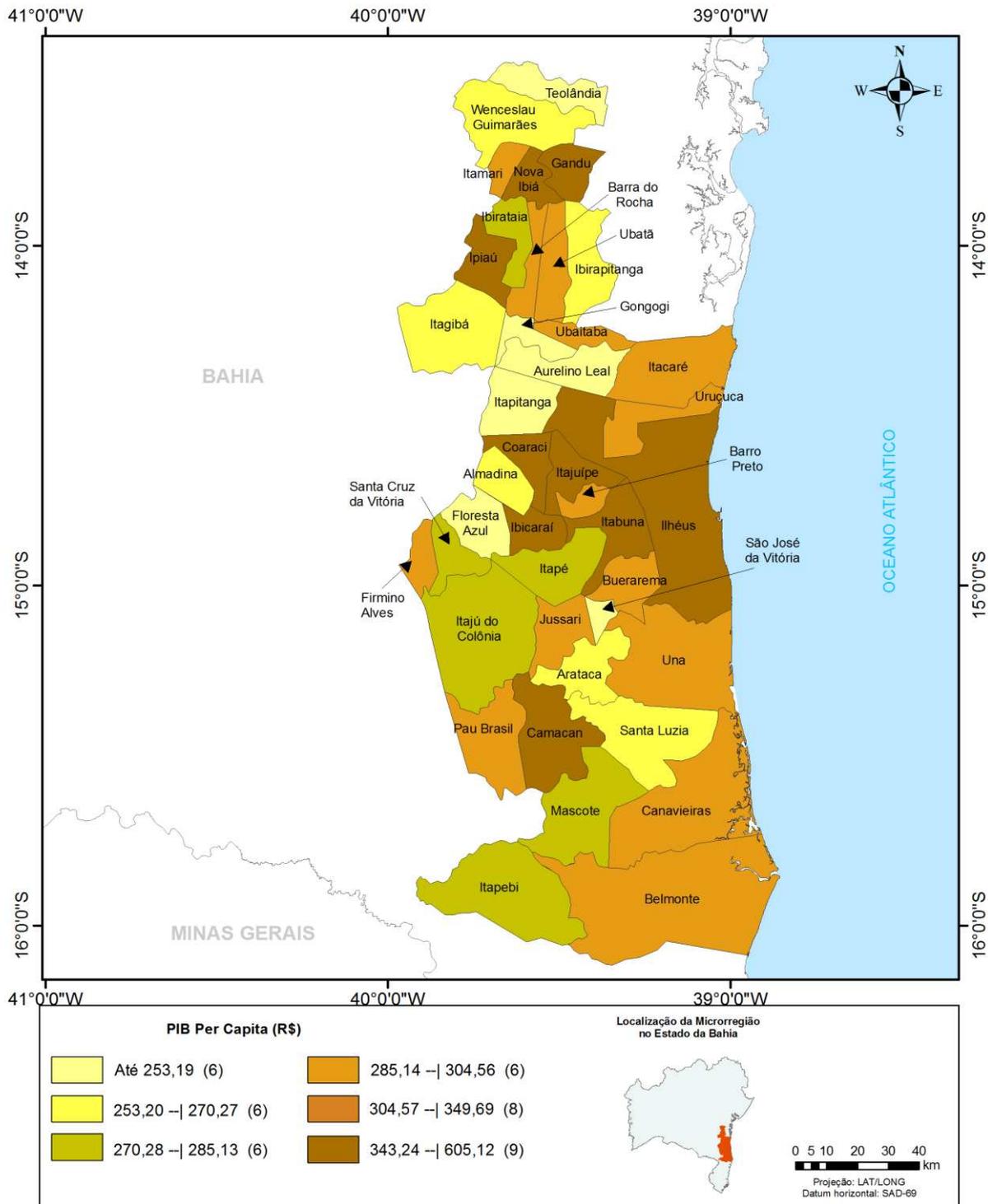
Digitalização: Alan Azevedo

Na Microrregião Ilhéus/Itabuna, há predomínio de municípios com até 20.000 habitantes, como pode ser observado no mapa acima. Apenas dois municípios têm mais de 100 mil habitantes: Ilhéus e Itabuna, segundo dados do IBGE (Censo 2010).

Do total, 25 municípios (60,9%) têm até 20 mil habitantes, 13 (31,7%) têm entre 20.001 e 40.000 habitantes e somente um município situa-se na faixa entre 40.001 e 100.000 habitantes: Ipiaú (44.390).

As cidades e a população que as habitam podem revelar muitas assimetrias que a dinâmica do capital impõe ao processo de organização do espaço. Reconhecidamente, sempre existiram espaços com maior capacidade de adensamento populacional do que outros. O importante, no entanto, é destacar os elementos que contribuem para tais diferenciações, como as questões de cunho econômico, por exemplo. Entre os pontos mais perceptíveis na relação da estrutura demográfica e a economia, está no fato de a maior renda na microrregião se concentrar principalmente nos municípios de maior população, conforme apresenta o mapa a seguir. Para Damiani (2009), a concentração populacional em determinadas áreas revelam condições mais vantajosas para a própria reprodução do capital.

Mapa 10 - Microrregião Ilhéus/Itabuna PIB Per Capita – 2010.



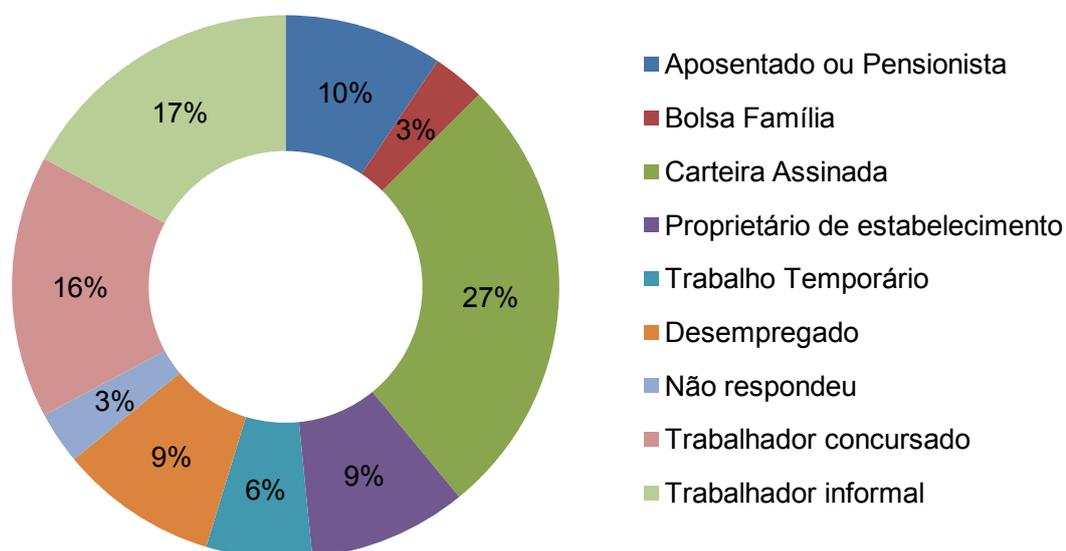
Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE - 2010
 Digitalização: Alan Azevedo

No mapa acima é possível identificar que os municípios com maior população, são os que, geralmente, apresentam maior renda *per capita*. Tal fato indica que a

redução populacional nessa microrregião tem sido acompanhada também de perda de capital. Assim, numa análise mais generalizada, é possível relacionar que, no que tange o aspecto da microrregião Ilhéus/Itabuna, a riqueza tende a se concentrar onde há maior concentração populacional absoluta. No interior das cidades, geralmente onde há maior concentração populacional há a menor renda, como são os bairros populares, as favelas, os bairros com terrenos mais baratos.

A oferta de emprego e renda também se constitui numa análise interessante para reconhecer a situação econômica de um local. Em pesquisa realizada com alguns moradores da microrregião, foi perguntado a forma de obtenção de renda. As respostas, no gráfico a seguir, revelam as formas de trabalho mais comuns nessa região.

Gráfico 8 - Forma de Obtenção de renda.



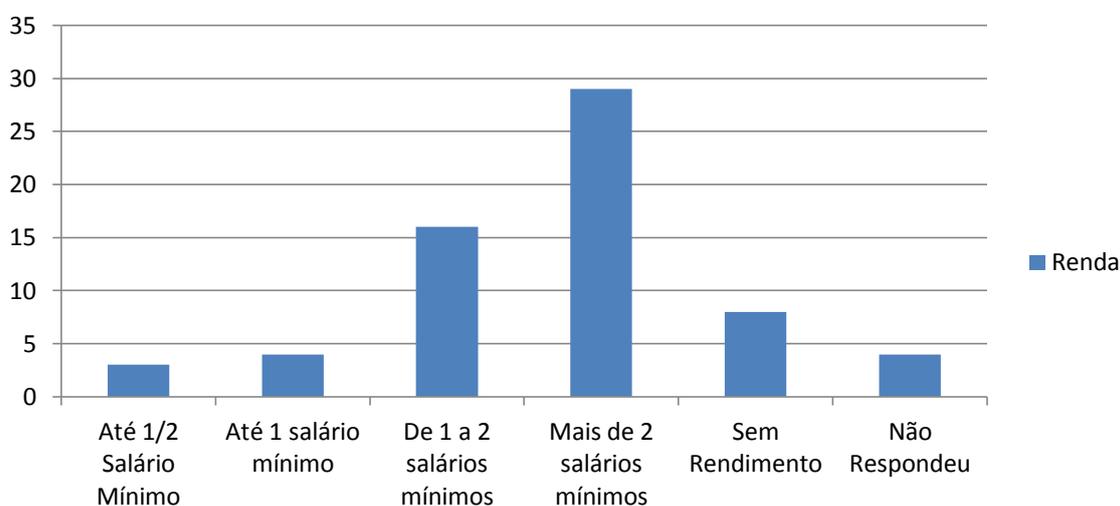
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A análise dos dados permitiu identificar que a maior parte dos entrevistados possui renda fixa, apenas 13% dos entrevistados possui renda a partir de benefícios sociais concedidos pelo governo, desses, 10% aposentados ou pensionistas e 3% beneficiários do Programa Bolsa Família. Entre os que estão desempregados ou atuam na informalidade estão 27% das pessoas entrevistadas. Por outro lado,

quando se trata de pessoas que são concursadas, possuem carteira assinada ou são donas do próprio estabelecimento, o número se amplia para 52% dos entrevistados, correspondendo a mais da metade dos indivíduos envolvidos na pesquisa.

Outra informação levantada na pesquisa corresponde ao nível de renda da população. Se os dados do gráfico anterior indicaram haver um grau elevado de formalidade nos tipos de trabalho realizados na região, a ilustração abaixo, por sua vez, trata especificamente da condição de renda desses trabalhadores. A metodologia de aplicação de questionários, com a finalidade de obter resultados para pesquisa, apresentou-se como extremamente importante, pois permitiu revelar características da condição de vida dessa população, que muitas vezes ficam ocultas quando se avalia apenas a partir de fontes secundárias.

Gráfico 9 - Nível de renda dos entrevistados.



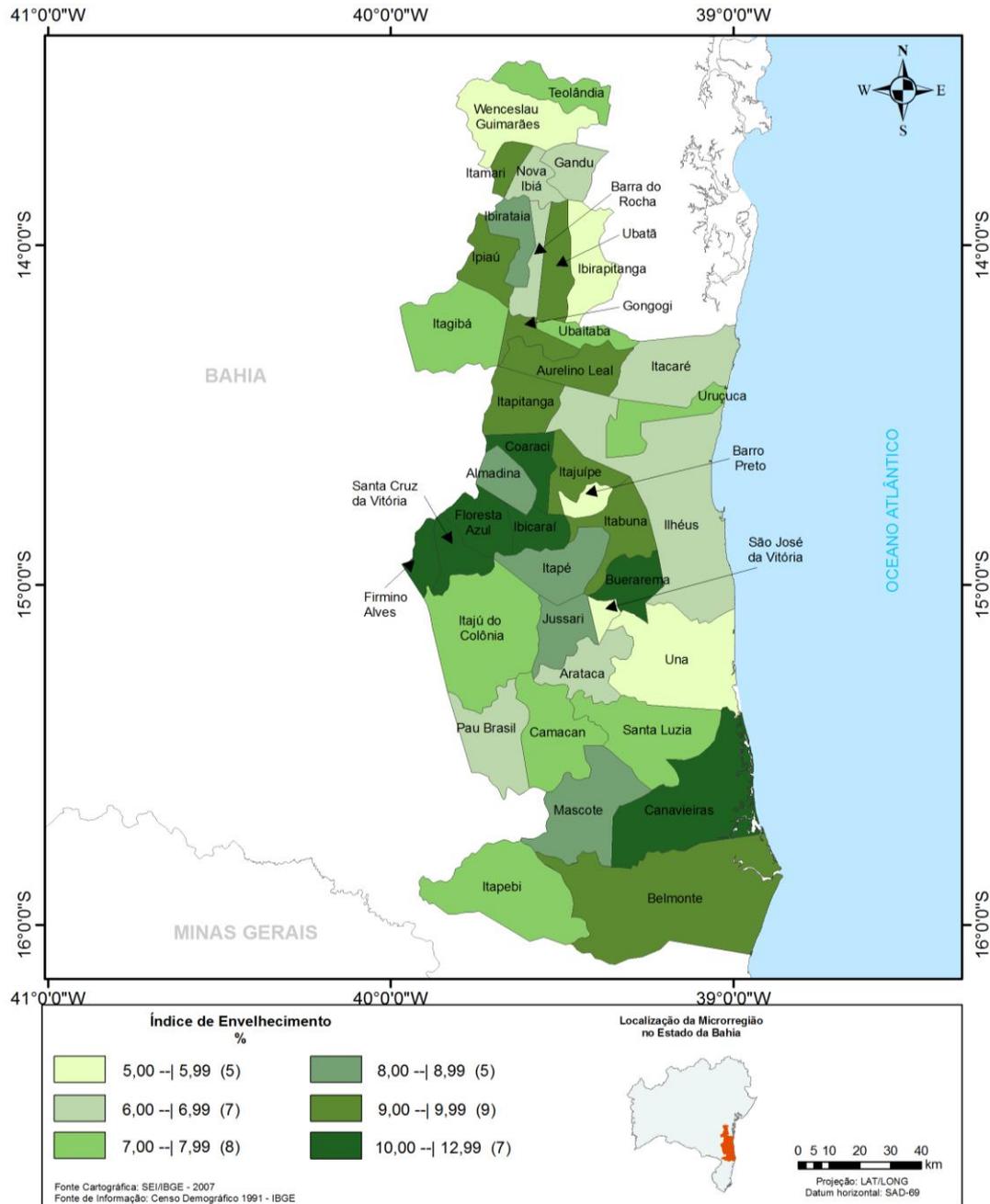
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A pesquisa revelou que a maior parte dos entrevistados possui renda igual ou superior a 1 salário mínimo, entre os que possuem renda nessa faixa, encontram-se os aposentados. Na pesquisa, 6 participantes nessa faixa de renda têm mais de 60 anos. A economia de muitas cidades da microrregião é beneficiada pela contribuição da chamada população da “terceira idade”.

Note-se que a população nas faixas etárias mais elevadas vem apresentando uma participação cada vez maior no contingente populacional da microrregião. A

expectativa de vida da população regional passou de 71,1 anos em 1991 para 75,9 anos em 2010, enquanto que a participação dos indivíduos com mais de 65 anos saltou de 4,38% para 7,74%. A evolução do índice de envelhecimento da população demonstra esse fenômeno (Mapa 11 e 12).

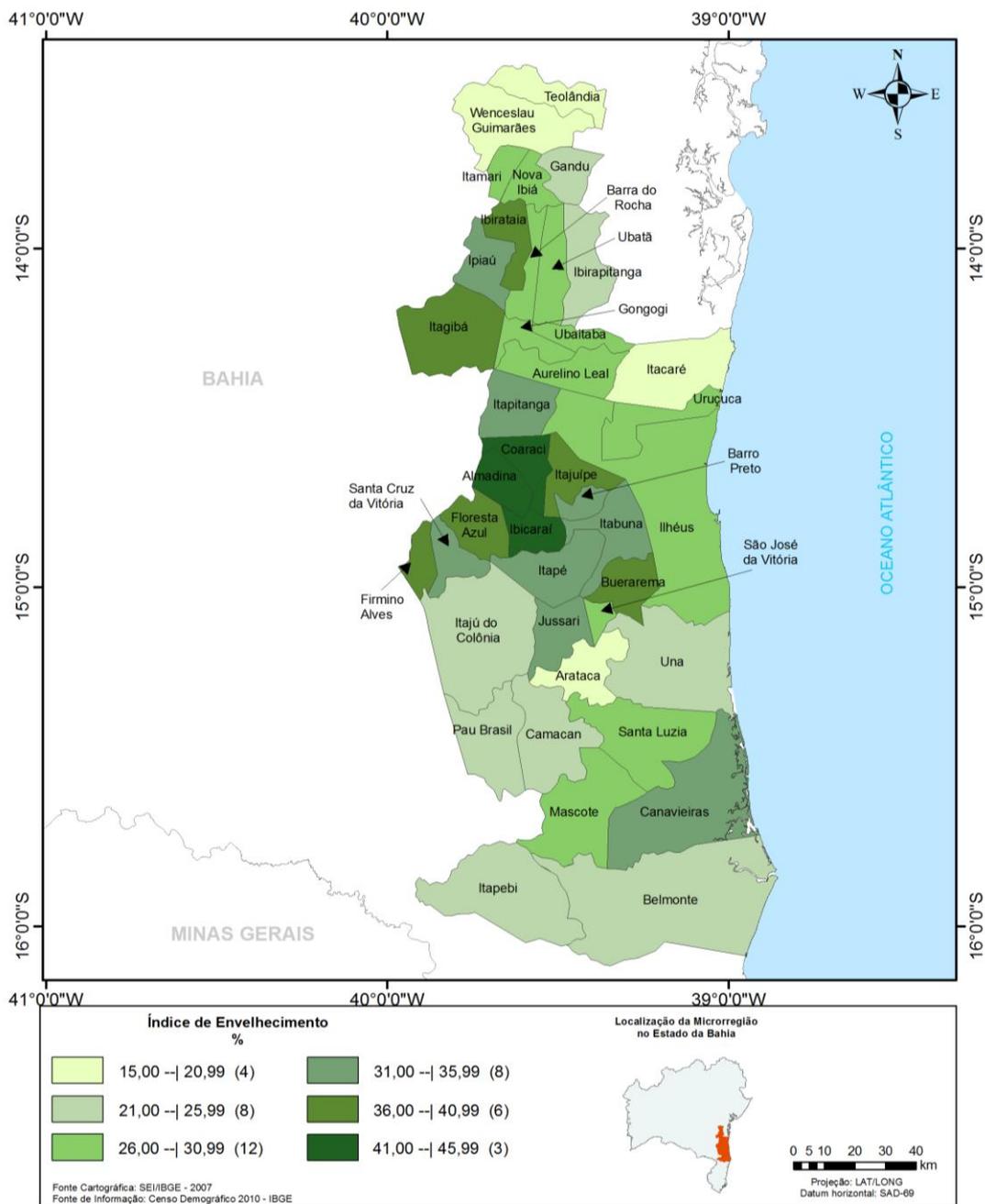
Mapa 11 - Microrregião Ilhéus/Itabuna - proporção de habitantes com 60 anos ou mais – 1991.



Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE - 1991
 Digitalização: Alan Azevedo

Em 1991 na Microrregião Ilhéus/Itabuna, o índice era de 5,72%, em 2010 esse número dobrou, indicando que, para cada 100 crianças entre zero e 14 anos, havia 40,7 idosos de 65 anos ou mais de idade. Esse tipo de comportamento apresentado pela população indica que a microrregião está passando por uma transição demográfica.

Mapa 12 - Microrregião Ilhéus/Itabuna - proporção de habitantes com 60 anos ou mais – 1991.



Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE - 2010
 Digitalização: Alan Azevedo

Registra-se que os maiores percentuais de idosos foram registrados nos municípios de Ibicaraí, Almadina e Coaraci, coincidentemente municípios limítrofes. O percentual elevado de idosos pode estar relacionado a diversos fatores, mas diante das elucidações até aqui levantadas, quanto ao perfil populacional e econômico da microrregião Ilhéus/Itabuna, a possibilidade de a população jovem buscar em maior número a saída da região como forma de almejar melhores oportunidades é absolutamente válida.

Itabuna e Ilhéus são as únicas cidades médias da microrregião e possuem estruturas etárias semelhantes quando se considera o percentual da população idosa. Muitos municípios que abrigam pequenas cidades, como Floresta Azul e Firmino Alves, registram um percentual ligeiramente maior de idosos. Por outro lado, ocorrem diferenças entre municípios limítrofes, mas com população semelhante, que é o caso de Jussari e Itajú do Colônia.

A predominância de uma ou outra faixa etária no espaço, idosa, jovem ou adulta, possibilita conjecturas importantes que permitem compreender de forma fidedigna as nuances da realidade social de uma dada população. É possível elencar, assim, algumas características pertinentes quanto às principais realidades apresentadas pela estrutura demográfica da população da microrregião Ilhéus/Itabuna. Trata-se de uma população irregularmente distribuída pelo território, com uma grande concentração nas suas duas cidades médias. A maior centralização de renda está situada onde existe maior aglomeração de pessoas; com uma estrutura etária bem diversificada, sendo que o percentual mais elevado de população idosa é predominante entre os municípios de menor população.

5.3. O crescimento demográfico na Microrregião Ilhéus/Itabuna

A questão central que envolveu os primeiros estudos sobre população está ligada ao crescimento demográfico. O aumento no número de habitantes foi, durante muito tempo, objeto de preocupação de inúmeros pesquisadores, principalmente no século XVIII e XIX. Na atualidade, porém, com o desenvolvimento de métodos contraceptivos e da inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado, o crescimento populacional apresenta certo controle, apesar de ocorrer de forma bastante desigual pelo território.

Os benefícios sanitários e de segurança alimentar são levados em conta nas análises quanto ao processo de crescimento da população mundial, principalmente nos séculos XIX e XX. Milton Santos realiza as seguintes afirmações:

A população mundial levou alguns milênios antes de encontrar, nestes dois últimos séculos, um processo de crescimento sustentado. Antes, a curva da população total, como a dos diversos continentes, regiões ou países, oscilava consideravelmente e sobretudo ao sabor de fatores naturais. Quando foi possível trasladar e adaptar espécies vegetais e animais de um lugar a outro, os riscos de fome resultantes de safras desastrosas diminuíram. Quando os progressos da navegação permitiram que os navios fossem maiores e mais velozes, tornou-se possível transportar de um continente a outro grandes quantidades de cereais e de carne, ao nascerem os navios frigoríficos. Os avanços da industrialização e sua repercussão em todo o mundo levam a um progressivo aumento do bem-estar, embora desigualmente distribuído. Os progressos da medicina, lentamente obtidos nos séculos anteriores, se multiplicam desde o fim do século XIX. Então, o crescimento demográfico torna-se estável, graças à queda da mortalidade e à normalização ou ao aumento da natalidade. Aliás, esses últimos fenômenos são muito mais sensíveis nos países "novos" ou "subdesenvolvidos". – Da instabilidade da curva demográfica, passamos a um crescimento galopante da população mundial (SANTOS, M., 1988, p. 14).

A preocupação com o crescimento acelerado da população esteve relacionada durante muito tempo com o receio de faltar comida para suprir as necessidades de uma população que, aparentemente, crescia mais rápido do que a capacidade de produzir alimento. A fome, a violência, os problemas de saúde coletiva e todas as formas de miséria, estiveram associados com a problemática do crescimento populacional, no período em que as ideias malthusianas¹⁰ influenciavam fortemente as reflexões sobre as análises demográficas.

A teoria defendida por Malthus camuflava a verdadeira origem das adversidades, ao atribuir a culpa dos principais problemas sociais que acometiam a população, às classes mais pobres. Segundo a teoria malthusiana, tendo os pobres poucos recursos para se sustentar, ainda assim eram os principais responsáveis

¹⁰ Thomas Robert Malthus escreve seu *Primer Ensayo sobre La Población* em 1798; em 1803, publica sua segunda edição, ampliada e reelaborada. Quatro outras edições se sucederam, sem modificações substanciais face à segunda edição; a última delas em 1826 [...] Malthus, em sua primeira versão do princípio de população, polemiza com os chamados socialistas utópicos – Condorcet, Godwin, Wallace – cujas obras, de modo geral, propunham uma sociedade igualitária como alternativa à situação de miséria vivida. Segundo ele, a causa verdadeira dessa miséria humana não era a sociedade dividida entre proprietários e trabalhadores, entre ricos e pobres. A miséria seria, na verdade, um obstáculo positivo, que atuou ao longo de toda a história humana, para reequilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens – o crescimento populacional – e a produção dos meios de subsistência – a produção de alimentos. (DAMIANI, 2009, p.11-13).

pelo aumento populacional, já que a taxa de fecundidade entre eles era mais elevada. Atualmente sabe-se que o problema da fome está além das condições da produção dos alimentos, está na distribuição desses alimentos, que só chega a quem pode pagar por eles. Os supermercados estão cheios de alimentos e lá fora muitos morrem de fome, alimentos são desperdiçados, transformados em lixo, quando ainda estão em ótimo estado de consumo.

No século XX, inúmeros autores considerados reformistas passaram a refutar as ideias malthusianas ao considerar que a pobreza não era a causa dos problemas sociais, mas consequência da intensa exploração que a maior parte da população era submetida, responsabilizando, dessa forma, o grande capital e a classe dominante.

Para Damiani,

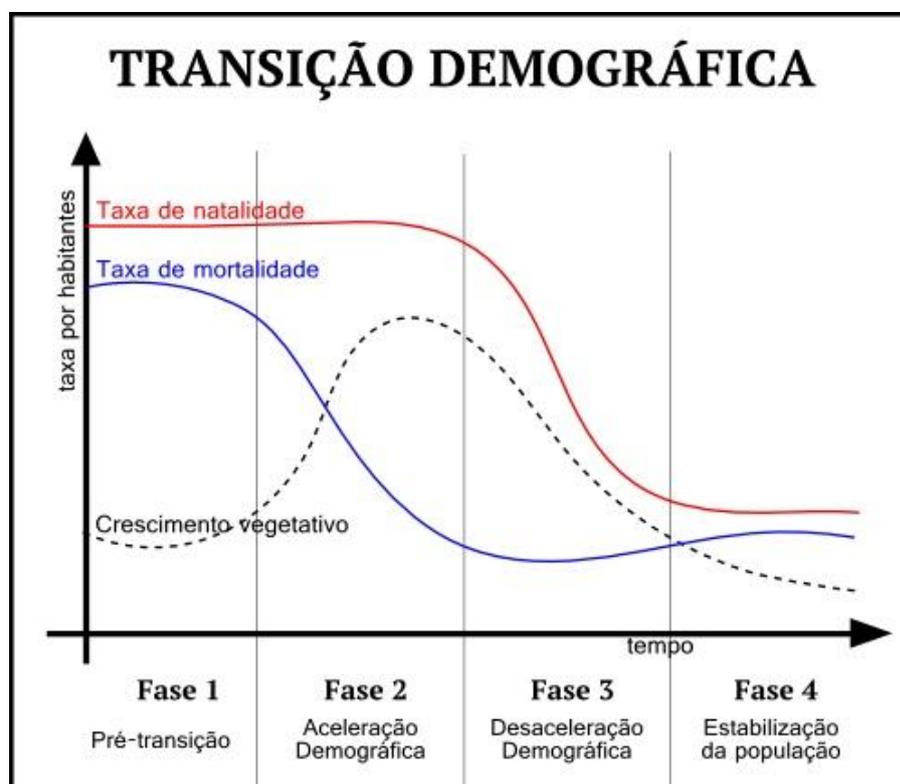
No momento em que Malthus escrevia, final do século XVIII e início do século XIX, vivia-se na Inglaterra, o desenvolvimento da grande maquinaria, substituindo a manufatura; alguns o denominam de industrialismo. Desencadeia-se uma revolução no meio de trabalho, com o surgimento de um sistema de máquinas organizado na fábrica. Esse sistema revolucionou a vida de milhares de trabalhadores, expulsando-os de seus empregos; o trabalho do homem adulto em determinadas fases produtivas foi substituído pelo trabalho da criança e da mulher; e, deslocado para novos ramos de produção. Tudo isso significou desemprego, movimentação do trabalhador de um lugar para outro, transformação de sua vida em família, aumento da mortalidade infantil, etc (DAMIANI, 2009, p. 12).

As condições socioeconômicas possuem relação direta com o ritmo de crescimento de uma população. O momento histórico enfrentado pela população europeia, que migrava do campo, a partir do final do século XVIII, mas principalmente no século XIX, eram extremamente adversas e permeadas de contradições. As consequências desse modelo desigual de produção foram sentidas de forma quase instantânea, formando inúmeros bolsões de miséria e ampliando a desigualdade social. A infraestrutura urbana caótica do período contribuía para o aumento de doenças infectocontagiosas, entre outros problemas.

Na medida em que algumas reformas sociais e estruturais passaram a ser realizadas, como a construção de redes de esgoto, vacinação, higienização e garantia de segurança alimentar, ocorreu a redução da mortalidade infantil e a elevação da expectativa de vida da população. Essa fase é considerada a mais

importante para o aumento do crescimento demográfico, conforme ilustrado pelo gráfico a seguir.

Gráfico 10 - Fases da transição demográfica.



Fonte: brasilecola.uol.com.br

No gráfico da transição demográfica é possível verificar quatro importantes fases que envolvem a dinâmica do crescimento populacional; a primeira corresponde à pré-transição, período em que tanto as taxas de natalidade como de mortalidade estão de certa forma elevadas, apresentando baixo crescimento vegetativo. A segunda fase corresponde ao período de maior crescimento populacional; as reformas sanitárias contribuem para a redução da mortalidade, mas a natalidade ainda se mantém elevada, o que explica o grande aumento no número de habitantes; muitos dos países pobres ou em desenvolvimento, ainda se encontram nessas duas fases.

Na terceira fase da transição demográfica estão os países que, além do investimento em melhorias sanitárias, já realizaram ou ainda realizam investimentos em educação e disponibilizam mais acesso à informação para sua população; é o caso do Brasil, por exemplo. Esses países ainda apresentam um relativo

crescimento populacional, mas com tendência à desaceleração. Já a quarta fase abriga os países mais desenvolvidos, com um grande contingente de idosos no conjunto total de sua população e que ou tem seu crescimento estabilizado ou apresentam uma redução no ritmo de crescimento, como Alemanha e Japão.

Porém na afirmação de Milton Santos:

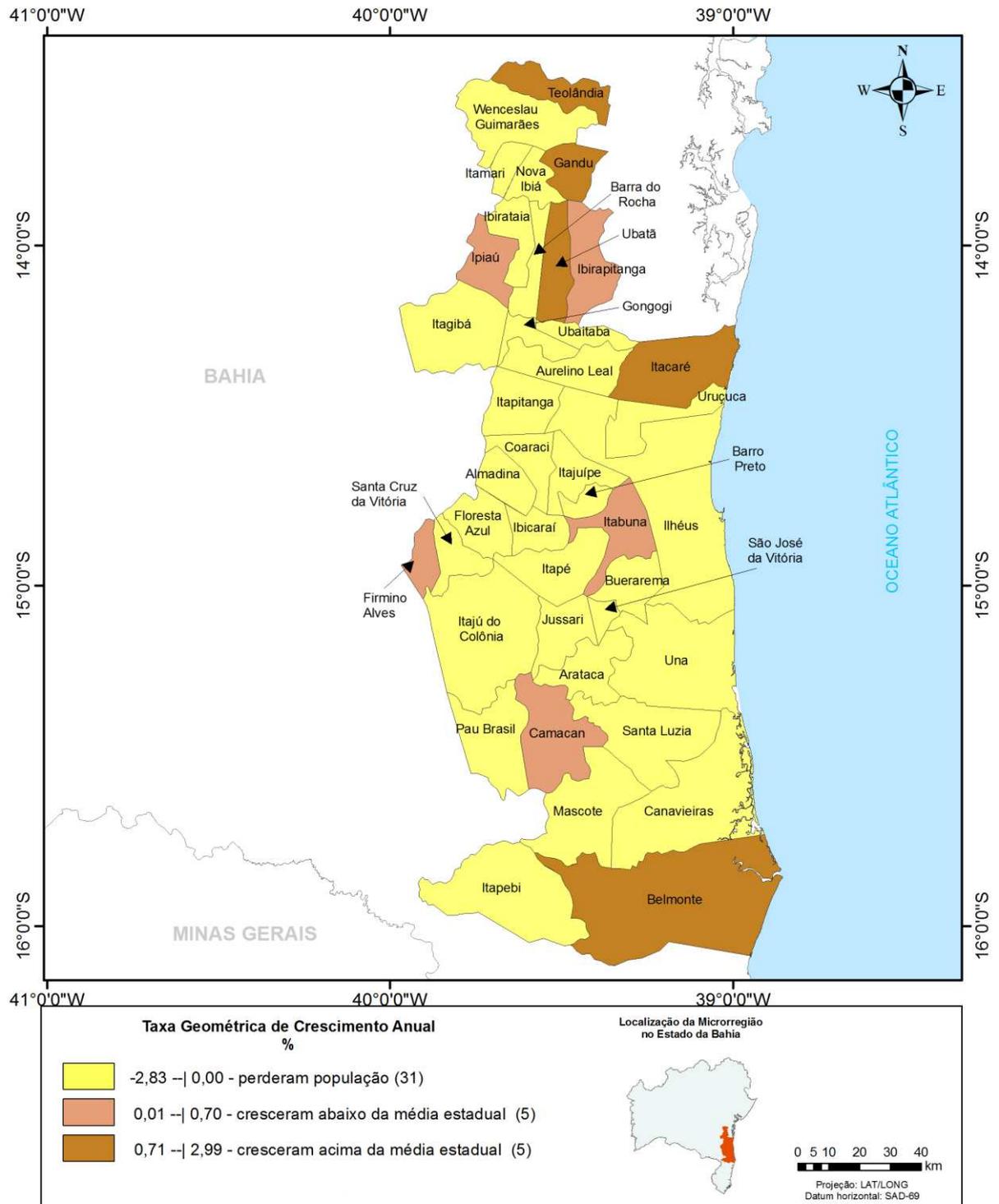
A evolução global da população mundial só pode ser completamente entendida se considerarmos ao menos três dados essenciais. Primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do Globo e dentro de cada país evolui de maneira desigual. Depois, como isso não é apenas o resultado do excesso de nascimentos sobre o de mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais freqüentes. Mas, também, as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e de composição, exigindo uma nova definição. As noções de *espaço habitado* como de *terra habitada* vão brutalmente alterando-se depois da Revolução Industrial e especialmente após os anos 50 deste século (SANTOS, M., 1988, p. 15).

Frente às informações até aqui levantadas, fica evidente como a natureza econômica das transformações ocorridas na sociedade foram e ainda são capazes de provocar mudanças no ritmo de crescimento da população e da sua própria distribuição pelo espaço. Soma-se a essa questão o fato desta variável vir acompanhada de outras tantas que permeiam a dinâmica demográfica, como as migrações e o nível de adensamento da população.

As análises demográficas, em particular, as que envolvem a microrregião Ilhéus/Itabuna, têm revelado que muitos municípios apresentaram redução populacional, outros têm crescido abaixo das médias registradas na Bahia e alguns poucos apresentam crescimento considerável. Para análise do crescimento demográfico dessa microrregião foram utilizados dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE, entre as décadas de 1970 a 2010.

A Microrregião Ilhéus/Itabuna abrigava um contingente de 1.020.642 habitantes em 2010, cerca de 7,28% da população estadual (14.016.906 hab.). Desta forma, posicionava-se como a segunda maior região da Bahia, perdendo apenas para a Microrregião Salvador. Contudo, a região diminuiu a participação relativa de sua população em relação ao Estado, com 9,90, 9,71, 9,52%, 8,39% e 7,28%, nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, respectivamente. Por conseguinte, a Microrregião de Ilhéus-Itabuna registra também um *continuum* de municípios com forte decréscimo da sua população total (Mapa 13).

Mapa 13 - Microrregião Ilhéus/Itabuna - taxa geométrica de crescimento populacional – 2000/2010.



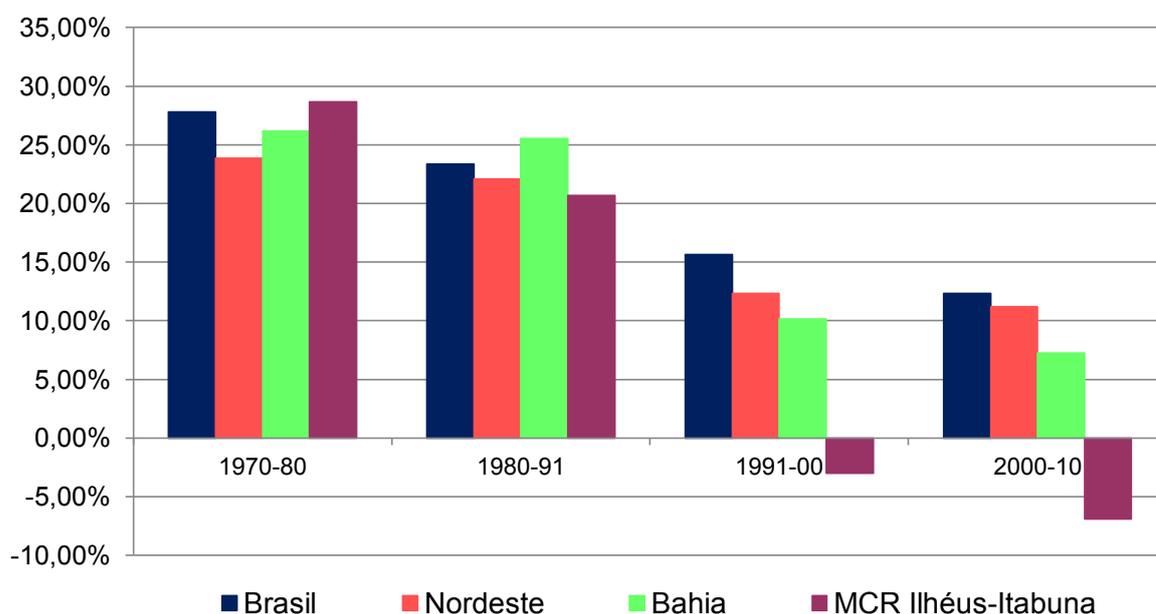
Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados do IBGE -2010
Digitalização: Alan Azevedo

Um conjunto de 31 municípios (76% do total) apresentaram perdas absolutas de população entre 2000-2010. Nesse conjunto, deve-se mencionar a fortíssima

queda no ritmo de crescimento dos municípios a seguir: Barro Preto, Itapé, Coaraci, Ibirataia, Una, Barra do Rocha, Aurelino Leal, Gongogi, Almadina, Ilhéus, Pau Brasil e Ibicaraí. Dentre essas perdas, a mais emblemática foi registrada no município de Ilhéus, que entre 2000/2010 teve uma diminuição de 37.896 habitantes, correspondendo a 17% de perdas populacionais. Por outro lado, alguns municípios da região apresentaram ganhos de população, entre os quais os mais expressivos, acima de 10%, foram encontrados em Gandu, Itacaré, Teolândia e Ubatã.

No período anterior, 1991-2000, as perdas significativas de população na região explicam-se pelos efeitos da crise da cacauicultura, que expulsou milhares de trabalhadores das zonas rurais desses municípios. O saldo migratório tem sido negativo ao longo destes últimos anos, o que contribuiu, em maior peso, para a diminuição da intensidade nas taxas de crescimento (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Variação da taxa de crescimento relativo no Brasil, Nordeste, Bahia e Microrregião Ilhéus/Itabuna (1970/2010).

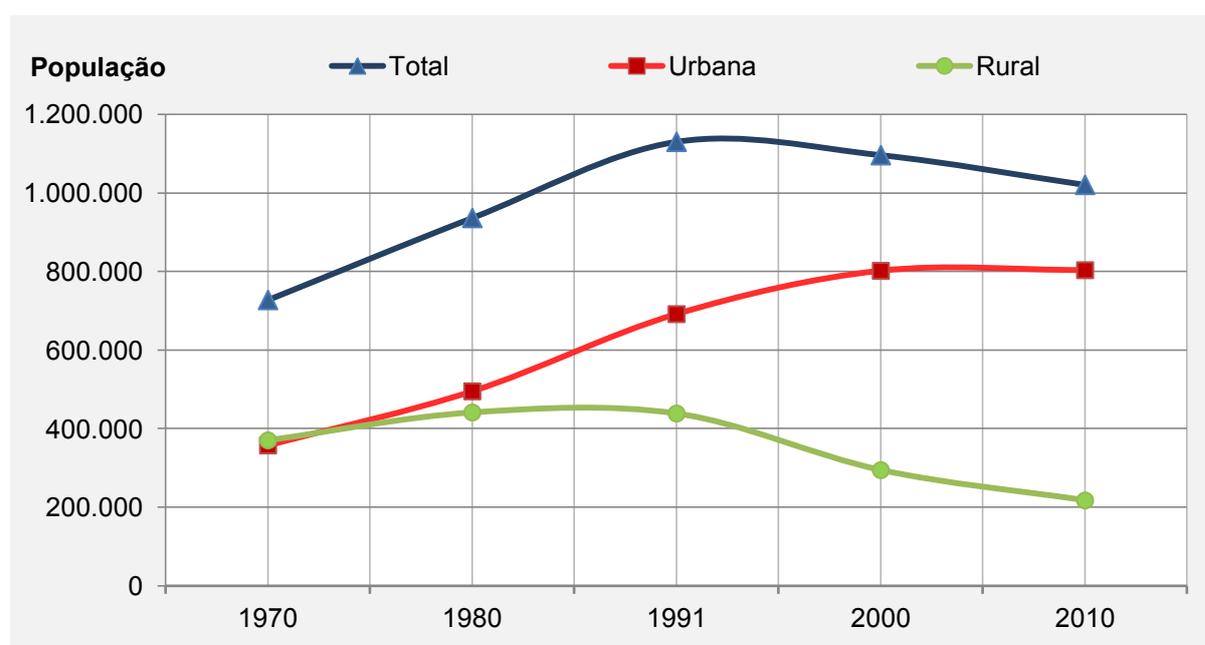


Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados dos Censos Demográficos, 1970-2010.

Já a urbanização, nestes últimos trinta anos, embora em ritmo menos acelerado que nas décadas anteriores, manteve-se crescente na microrregião (Gráfico 12), a maior parte dos municípios elevou sua população urbana sucessivamente (Tabela 3). Em 2010, o percentual de população que residia no meio urbano era de 78,71%. De seus 41 municípios, 37 tinham mais de 50% de sua

população vivendo em zonas urbanas, como se vê na tabela a seguir. Nesse grupo se destacou Itabuna, com mais de 97% de sua população vivendo em zonas consideradas urbanas, sendo um dos poucos municípios baianos com mais de 200 mil hab. urbanos. Em seguida surgem Coaraci, Ipiaú e José da Vitória, todos com grau de urbanização superior à 90%. Dentre os quatro municípios com menos de 50% de residentes urbanos, destacaram-se Itapitanga (27,27%) e Wenceslau Guimarães (33,85%), com os menores graus de urbanização.

Gráfico 12 – Microrregião Ilhéus/Itabuna - dinâmica demográfica (1970/2010).



Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados dos Censos Demográficos, 1970-2010.

Tabela 3 – Microrregião Ilhéus/Itabuna - dinâmica populacional urbana (1970/2010).

Municípios	Taxa de urbanização (%)					Taxa média de crescimento anual (%)	
	1970	1980	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Almadina	46,71	52,45	60,26	68,89	79,91	-1,18	-0,71
Arataca ⁽¹⁾	-	-	32,78	48,88	53,77	2,33	0,21
Aurelino Leal	43,07	51,75	58,89	81,29	84,05	4,64	-2,19
Barra do Rocha	26,14	28,47	31,63	42,42	60,29	1,24	1,18
Barro Preto	32,05	41,41	43,29	59,97	82,05	1,31	0,29
Belmonte	38,57	44,31	49,21	53,94	52,39	-0,06	0,62
Buerarema	37,91	40,99	76,58	84,99	82,11	0,20	-0,68
Camacan	37,55	37,03	44,20	78,19	78,43	4,48	0,18
Canavieiras	36,67	34,82	62,56	74,58	80,11	2,74	-0,19
Coaraci	63,87	59,66	69,72	83,55	91,25	0,80	-2,15
Firmino Alves	44,93	60,46	68,68	73,62	80,55	0,04	1,46
Floresta Azul	36,82	36,49	55,71	64,99	68,88	-0,32	-0,31

Gandu	37,44	45,60	74,06	81,22	81,91	1,32	1,33
Gongogi	48,75	53,39	63,41	59,40	64,11	1,08	-1,70
Ibicaraí	57,72	58,62	63,26	66,99	73,69	0,00	-0,86
Ibirapitanga	21,69	22,82	25,00	28,69	27,27	-0,57	-0,35
Ibirataia	42,07	50,05	67,72	75,69	83,10	2,22	-1,91
Ilhéus	61,17	61,49	64,46	72,99	84,28	1,31	-0,48
Ipiaú	66,01	70,15	80,47	86,94	90,98	0,45	0,70
Itabuna	84,13	89,82	95,84	97,21	97,55	0,82	0,48
Itacaré	18,83	22,75	23,19	43,88	56,10	7,14	6,18
Itagibá	18,22	24,39	36,57	51,00	63,00	2,08	0,98
Itaju do Colônia	23,62	26,20	29,52	75,07	80,18	9,33	-1,04
Itajuípe	53,87	51,39	64,06	71,62	79,88	0,10	0,48
Itamarí	30,87	41,15	52,64	65,75	73,88	1,86	0,69
Itapé	27,52	43,41	48,36	59,20	65,30	1,52	-2,07
Itapebi	25,29	41,55	57,74	76,78	78,78	3,27	-0,36
Itapitanga	39,09	49,06	58,19	68,34	74,37	1,70	0,75
Jussari ⁽¹⁾	-	-	54,42	67,81	75,32	1,18	-0,55
Mascote	10,34	6,65	7,80	73,65	79,77	25,16	-0,16
Nova Ibiá	-	-	22,45	35,36	42,22	0,80	1,14
Pau Brasil	37,53	46,56	57,35	66,98	68,02	-0,66	-1,86
Santa Cruz da Vitória	54,21	62,55	68,04	71,00	76,07	1,08	0,19
Santa Luzia ⁽¹⁾	-	-	45,41	53,73	60,49	1,31	-0,35
São José da Vitória ⁽¹⁾	-	-	59,50	83,00	90,32	-0,13	0,02
Teolândia	12,20	13,16	14,15	28,68	34,16	8,30	3,85
Ubaitaba	43,54	58,60	59,39	77,90	85,05	4,50	-0,60
Ubatã	72,42	73,04	75,02	81,86	71,79	-0,94	0,06
Una	18,69	19,24	22,51	48,86	62,34	12,37	-0,18
Uruçuca	36,22	43,63	29,39	69,66	79,54	5,11	1,21
Wenceslau Guimarães	8,06	14,86	23,37	28,38	33,85	5,96	1,13
MÉDIA	49,12	52,87	61,19	73,14	78,71	1,66	0,02

Organização: SANTOS, Jorman. Com base nos dados dos Censos Demográficos, 1970-2010.

⁽¹⁾ Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(-) Sem informações.

Os municípios com predomínio de população rural são Ibirapitanga (72,74%), Wenceslau Guimarães (66,13%), Teolândia (65,87%) e Nova Ibiá (57,87%). Também com expressiva população rural são os municípios de Belmonte, Arataca e Itacaré. Na classe entre 30 a 40% de população rural estão os municípios de Barra do Rocha, Santa Luzia, Una, Itagibá, Gongogi, Itapé, Pau Brasil e Floresta Azul.

Como já abordado anteriormente, a situação da perda populacional na microrregião Ilhéus/Itabuna, envolve uma série de questões, como o êxodo rural, a migração para cidades fora da rede urbana local e crise econômica. No entanto, as transformações ocorridas no espaço urbano exigem uma atenção especial, por se tratar de uma região que, apesar de atravessar um período de redução do número de habitantes, consegue registrar consideráveis índices de urbanização.

5.4. Fluxos migratórios e as transformações no espaço

Os movimentos migratórios permeiam a história da humanidade há milhares de anos, constituindo-se em mecanismo fundamental no processo de povoamento do território, criando e estabelecendo rotas comerciais, intercâmbios culturais e inúmeras outras atividades comuns na convivência em sociedade. É possível afirmar que o próprio processo de desenvolvimento da sociedade não ocorreria sem a existência dos fluxos migratórios.

O espaço geográfico é, antes de tudo, produto das relações sociais, da interação entre os sujeitos, das disputas de classes, das contradições inerentes ao processo de reprodução do capital; enfim, todos os mecanismos de ação da sociedade encontram seus rebatimentos no espaço. Dessa forma considera-se o espaço como passível de sofrer transformações e o migrante tem papel fundamental nesse processo, pois se constitui, de forma direta ou indireta, em agente de transformação.

Para Maria da Conceição Ramos:

O território é um espaço de migrações e de processos de mobilidade espacial, característica das sociedades contemporâneas. Espaços migratórios, territórios migratórios, espaços circulares, territórios circulares, territórios de mobilidade estruturados por redes sociais, espaços transnacionais, entre outros (RAMOS, 2012, p. 63).

Evidentemente que o processo migratório acompanha a humanidade desde sempre; mesmo antes do desenvolvimento da fala ou da escrita, os grupos humanos já migravam de forma itinerante em busca de alimento, ou fugindo das intempéries. A partir do desenvolvimento de novos meios de comunicação e transporte, a intensidade dessas correntes migratórias se ampliou de forma considerável no espaço.

A história do Brasil não pode ser compreendida sem as análises dos fluxos migratórios internos e internacionais que contribuíram e ainda contribuem para a organização do espaço do país. A história registra inúmeras correntes migratórias do século XVI aos dias atuais, com inúmeros grupos de diferentes nacionalidades, chegando ao país de forma forçada ou espontânea, somando-se à população aqui existente e contribuindo para a formação de uma população rica em diversidade.

A região sul da Bahia, mais precisamente a microrregião Ilhéus/Itabuna, também possui correntes migratórias muito importantes e específicas ao longo de seu processo de formação. Maria Luiza Santos (2017) assinala dois momentos distintos: o primeiro, ligado ao ciclo de crescimento econômico em torno da produção do cacau até a década de 1990; e o segundo, mais recentemente, estabelecido entre os residentes de origem local e os novos residentes oriundos de várias partes do mundo.

É a história remota e recente brindando o leitor com uma panorâmica cultural da região sul baiana. São elementos da tradição regional com as idiosincrasias concernentes a uma economia monocultora capitaneada por pessoas que vinham do sertão nordestino, de Sergipe e de outras partes do mundo, a exemplo de Portugal, Espanha, Síria e Líbano, e que apresentavam ideias, maneiras e crenças diferentes das encontradas no círculo estabelecido (SANTOS, M. L., 2017, p. 131).

É possível observar, por meio dos registros de grupos de imigrantes que vieram para o sul da Bahia, a grande pluralidade étnica que constitui a população local. Os diferentes conjuntos de imigrantes que chegaram trouxeram consigo hábitos, crenças e costumes muito diferentes do que já existia no local de recepção. Esse conjunto de valores socialmente construídos somou-se e confrontou-se com os já existentes no sul da Bahia, e contribuem, ainda hoje, de forma significativa para a construção da identidade regional.

Os fluxos migratórios podem ser considerados como instrumentos capazes de alterar as bases dos sistemas produtivos, as mudanças em padrões sociais, sendo responsáveis diretos e indiretos por promoverem novos desenhos no espaço, além de provocar transformações tanto nos locais de recepção quanto nos de saída desses imigrantes. Eles são fundamentais para o processo de produção do espaço, para a elaboração dos elementos históricos, com suas demandas sociais e, com as próprias demandas da população que reside no novo espaço, podendo tanto causar enriquecimento cultural, quanto conflitos ligados à aversão ao novo.

Analisando as migrações que ocorreram no Sul da Bahia, principalmente, a partir do séc. XIX, Santos, M. L., (2017) aborda sobre as interações estabelecidas:

Discorrer sobre os processos migratórios implica sempre o trabalho com história e memória; percursos, chegadas e partidas; aprendizados, construção e desconstrução o que torna textos ricos

nos aspectos semânticos, sintáticos, de expressões idiomáticas e de expressões culturais (SANTOS, M. L., 2017, p.128).

O processo de urbanização ocorrido no Brasil é outro exemplo claro de como os processos migratórios têm a possibilidade de operar transformações intensas no espaço, na medida em que as pessoas migraram do campo para as cidades. O migrante traz consigo uma forte carga de demanda social. Reconhecer que a urbanização brasileira ocorreu de forma rápida e tardia ajuda a esclarecer muitas das idiosincrasias provocadas pela mobilidade da população do campo em direção às cidades, principalmente, a partir da segunda metade do século XX.

Milton Santos afirma que:

Entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (SANTOS, M., 1994, p. 29).

É bom lembrar que, nesse processo, muitos trabalhadores rurais foram expulsos do campo, por conta da mecanização associada ao avanço tecnológico. Citando o exemplo da região sudoeste da Bahia, quanto a esse processo, a partir da década de 1970, um estudo realizado pela SEI (2010), contrapõe a ideia de que o avanço tecnológico do campo é acompanhado apenas pelo aumento da capacidade de produção do meio rural. De acordo com o estudo, tais avanços tecnológicos ampliaram as relações de desigualdade no ambiente de trabalho rural.

Dessa forma,

Contraditoriamente à modernização anunciada, o que se verifica é o agravamento das condições de trabalho no campo, dada a intensificação dos conflitos do capital *versus* trabalho na região, o que redundou na histórica greve dos trabalhadores do café e de outros tantos trabalhadores expulsos do campo, via mecanização, que passam a se amontoar nas cidades próximas. Contrariando esta realidade, a história local registra uma série de iniciativas de resistência por parte dos trabalhadores rurais e famílias camponesas empobrecidas, que lutam para não perder suas terras, buscando condições para se reproduzir no campo (SOUZA, S., 2010, p. 203).

No Sul da Bahia, as contradições do modo de produção capitalista possuem papel central no processo que envolve a saída da população do campo em direção

às cidades. Em um intervalo de tempo muito pequeno, uma quantidade enorme de trabalhadores rurais é condicionada a migrar de seu local de origem ou local onde já se sentiam estabelecidos.

Esses fluxos migratórios sempre fizeram parte do contexto da microrregião Ilhéus/Itabuna; porém, até meados da década de 1980, esses fluxos apresentavam um saldo positivo, recebendo mais pessoas do que perdia. Tal situação era provocada pela exigência de numerosa mão de obra nas lavouras de cacau que, direta e indiretamente, também gerava novos serviços no espaço urbano, aumentando a oferta de emprego.

No final da década de 1980, ocorre uma inversão rápida no sentido das migrações que envolvem a população da microrregião Ilhéus/Itabuna. A perda de capital verificada no período, somada às relações de trabalho que, historicamente, foram pautadas na exploração, provocou um aumento do desemprego, tornando-se fatores repulsivos marcantes no cenário da microrregião.

No primeiro momento, os novos fluxos migratórios caracterizaram-se pela saída de trabalhadores do campo em direção às cidades, mas posteriormente a população da grande maioria dos municípios da microrregião passou a apresentar perda populacional. Esse processo ocorreu em consonância com a própria urbanização da região que, apesar de ter apresentado aumento da população residente nas cidades, conviveu ao mesmo tempo com a redução do número total de habitantes.

A realidade apresentada pode ser reforçada com a afirmação feita pelo morador C que apresenta algumas razões que têm levado muitas pessoas a decidirem sair da cidade:

“É o motivo de muita gente sair, tá abandonando a cidade é porque eles viviam na zona rural, com essa crise do cacau, da vassoura-de-bruxa então eles abandonaram, aí vem pra cidade pequena, não oferece emprego, aí eles procuram um centro maior, vão pra São Paulo, Salvador” (informação verbal)¹¹.

Para Rocha (2008), esses movimentos migratórios trouxeram fortes consequências estruturais para a rede urbana local:

¹¹Entrevista concedida por morador C. Entrevista III [Fevereiro, 2018]. Entrevistador: Jorman dos Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em Fevereiro (2018) em Ibirataia, 2018.

De outra forma, pode-se constatar a migração da população do campo para a cidade, sobretudo para Itabuna, Ilhéus e Porto Seguro, causando um verdadeiro caos urbano. Em Ilhéus, além de outros pontos, cresceu de forma desordenada o bairro Teotônio Vilela, com a ocupação dos manguezais no seu entorno. Em Itabuna, ficou mais evidente a ocupação das margens do anel rodoviário construído para desviar o fluxo do tráfego pesado do centro da cidade com destino às BR-101 e BR-415 por casebres, dando origem a uma grande favela (ROCHA, 2008, p. 93 – 94).

Na argumentação da autora, ficam evidentes as consequências de uma migração rápida e que envolveu um considerável número de indivíduos, para a organização do espaço urbano, principalmente, nas cidades médias do sul da Bahia. No entanto, vale ressaltar que as pequenas cidades sofreram e ainda sofrem com os imprevistos causados pelo êxodo rural e pelo movimento migratório de sua população para outras cidades.

A Tabela 4 ilustra a forma como ocorreu a mobilidade da população ao longo das três décadas analisadas. É possível perceber, de imediato, a redução brusca da população rural. Mais da metade da população que vivia no campo em 1991 é levado a migrar para o espaço urbano de cidades pequenas, grandes e, sobretudo, para o das cidades médias. Uma tendência também nacional, já que as cidades médias, de uma forma geral, têm se mostrado mais atrativas do que as grandes cidades, de acordo com os últimos levantamentos do IBGE.

Tabela 4 - Microrregião Itabuna/Ilhéus: evolução da população total, rural, urbana e grau de urbanização (1991/2010).

Ano	1991	2000	2010
Pop. Total/Nº de Hab.	1.130.142	1.096.188	1.020.642
Pop. Urbana/Nº de Hab.	691.548	801.743	803.376
Pop. Rural/Nº de Hab.	438.594	294.445	217.266
Urbanização / %	61,19	73,14	78,71

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Através da tabela é possível verificar também uma redução do número total de habitantes em paralelo com o aumento pequeno da população urbana e das taxas de urbanização. Essa realidade indica que ainda tem ocorrido êxodo rural;

registra-se, também, uma continuidade da migração para outras cidades fora da rede urbana local.

A situação migratória verificada na microrregião Ilhéus/Itabuna na década de 1980, não estava isolada do contexto nacional, pois nesse período ocorrem transformações importantes, quanto à direção dos fluxos migratórios e ao próprio perfil dessas migrações. O IBGE (2011) apresenta alguns exemplos das mudanças ocorridas no perfil migratório do país naquele período, destacando que tal situação também ocorreu em nível mundial.

A partir da década de 1980, o comportamento da mobilidade espacial da população sofreu importantes transformações nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aqueles movimentos que tinham, de um modo geral, como características básicas migração para os grandes centros, passaram a ter como destino as cidades médias e serem cada vez mais de curta duração (IBGE, 2011, p.11).

A situação apresentada no cenário global, durante a década de 1980, é resultado de uma aceleração das transformações que ocorrem no próprio espaço. O homem passa a dispor cada vez mais de instrumentos técnicos capazes de promover transformações mais intensas. Milton Santos (2008) considera que os avanços como os da química fina, da robótica e da biotecnologia, são fatores que possibilitaram, dentre outras coisas, mais mobilidade populacional.

A capacidade de atrair atividades competitivas depende de uma renovação técnica tanto mais significativa quanto maior a defasagem. Nessas condições, a tendência atual é de um envelhecimento mais rápido do que antes dos subespaços que não dispõem dos meios de se atualizar, de um ponto de vista da fluidez. Dentro de uma cidade, o mesmo processo de envelhecimento rápido é mais rápido em certos bairros do que em outros. As já mencionadas migrações de pessoas e de empresas são um dos resultados dessas mudanças de valor do espaço (SANTOS, M., 2008, p.185-6).

O reconhecimento de que quanto mais condições um espaço dispuser para se adequar às exigências das renovações técnicas e tecnológicas, mais permite compreender as razões pelas quais alguns espaços conseguem se transformar mais intensamente do que outros. Por outro lado, a estagnação ou enraizamento quanto à forma de se produzir no espaço, pode causar dificuldades que impedem de forma considerável a mobilidade da população, dando a ideia de obsolescência.

Para o IBGE:

No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão. Rompe-se o processo bipolar da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do Século XX. De modo que surgem novos eixos de deslocamentos envolvendo expressivos contingentes populacionais, onde se destacam: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná (IBGE, 2011, p. 12).

As informações destacadas pelo IBGE permitem compreender como são dinâmicos os fatores que desencadeiam o processo migratório. Reafirma o caráter plural e diverso desse movimento no espaço, deixando claro que uma determinada corrente migratória, aparentemente consolidada no espaço, pode se modificar dada as transformações intensas provocadas a todo o momento pelas esferas políticas, econômicas e sociais.

A multiplicidade de fatores que influenciam a dinâmica migratória pode num futuro, não tão distante, provocar mudanças nos padrões de mobilidade da população da microrregião Ilhéus/Itabuna. O morador D, em entrevista, traz alguns exemplos de como os fatores repulsivos e atrativos se comportam dentro do espaço, contribuindo para o ganho ou perda de habitantes de uma dada cidade.

Sobre sua permanência ou não em Itabuna o morador D expressa:

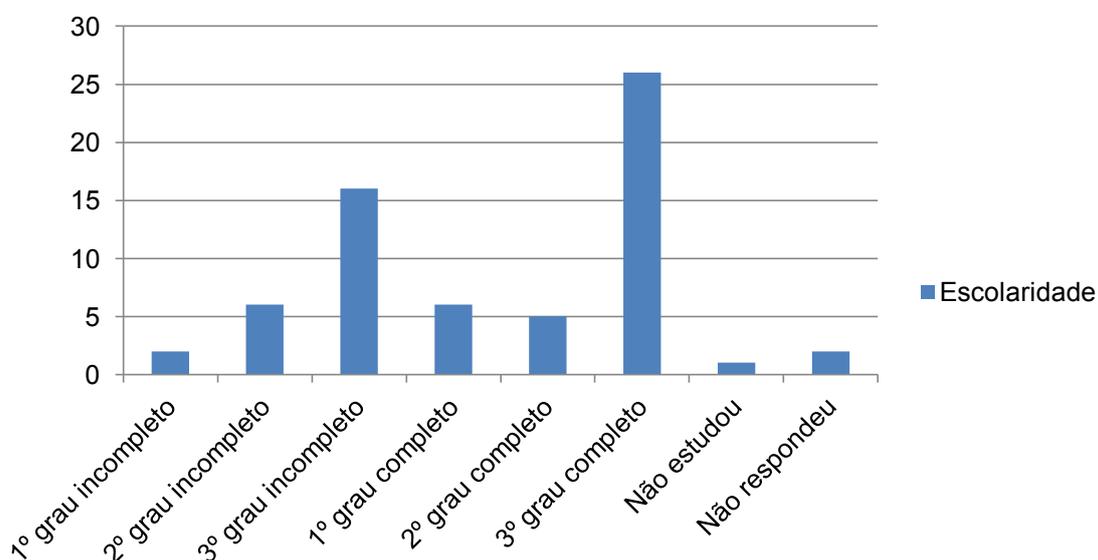
Eu penso em sair de Itabuna caso tenha uma proposta de trabalho melhor, questão financeira né, ganhar mais, aí eu penso em sair de Itabuna, vim pra Itabuna primeiro pra estudos, quando fiz vestibular e passei na UESC, em seguida pra trabalho por aqui, agora eu trabalho na cidade vizinha, mas resido aqui. Eu moro no centro, o ônibus que passa pra o trabalho em Buerarema a cidade onde eu trabalho, cinco minutos eu vou pra o ponto, já tô no ponto e ônibus tem horário marcado é rápido, não tenho dificuldade basicamente nenhuma eu acho que Itabuna pelo fato de enfrentar uma crise econômica, na última década né, perdeu uma estrutura que tinha anteriormente, é no caso de uma cidade que falta um pouco de lazer, uma estrutura urbana melhor, falta ter uma estrutura urbana melhor,

e violenta também, por questão do tráfico a gente tem medo de sair algumas vezes (informação Verbal)¹².

A partir da entrevista concedida pelo morador D, é possível realizar uma série de observações interessantes sobre as razões que levam o habitante local a permanecer ou optar pela saída de sua terra natal. O morador aponta a questão dos estudos e do trabalho como condição decisiva para sua escolha de morar em Itabuna. Percebe-se também que, apesar de não trabalhar atualmente na cidade em que mora, mas numa próxima, dentro da rede urbana local, o fato de ter facilidade em se deslocar, utilizando transporte público, é fundamental para sua permanência em Itabuna.

Com relação ao nível de escolaridade das demais pessoas entrevistadas na pesquisa, apresenta-se a seguinte realidade.

Gráfico 13 - Nível de escolaridade dos entrevistados, 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Uma das situações que mais contribuem para impulsionar os indivíduos na realização dos movimentos migratórios está relacionada, também, ao seu grau de instrução. O nível de escolaridade é condição essencial na disputa por vaga no mercado de trabalho. Os indivíduos que possuem baixo nível de escolaridade

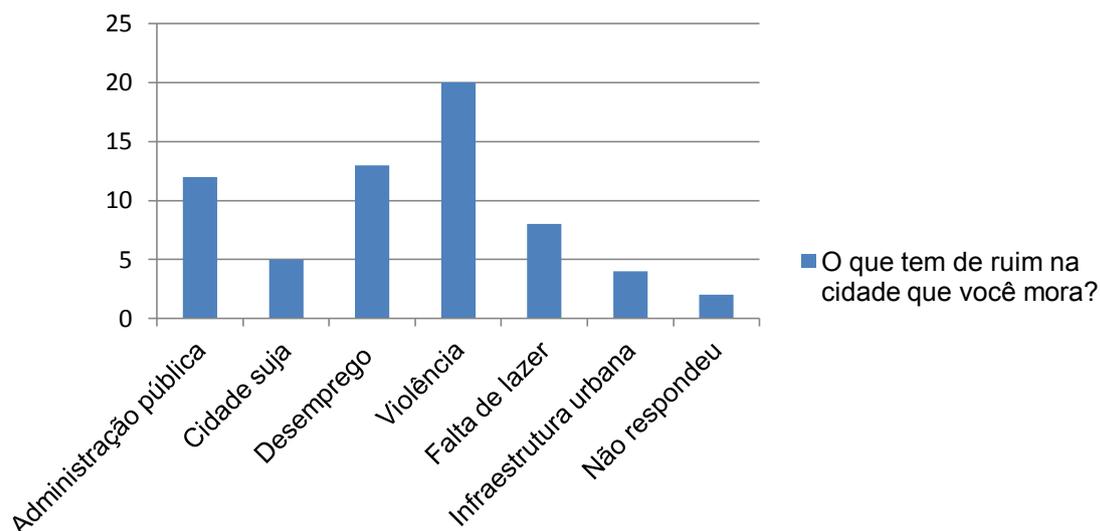
¹²Entrevista concedida por morador D, 32 anos de idade, natural de Rio do Meio distrito de Iitororó-BA. Entrevista III [Fevereiro, 2018]. Entrevistador: Jorman dos Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em Fevereiro (2018) em Itabuna-BA, 2018

acabam sentindo grande dificuldade de colocação profissional, agarrando-se, na maioria das vezes, às poucas oportunidades que aparecem, geralmente classificadas como subempregos.

A parte da entrevista concedida pelo morador D, considerada como ponto negativo, a pouca opção de lazer, deficiência na infraestrutura urbana e, principalmente, a violência que, segundo ele, está muito associada ao tráfico de drogas, situação que infelizmente acomete praticamente todas as cidades do país. Cabe, portanto ao poder público e a sociedade civil organizada debater e programar medidas capazes de enfrentar esses desafios, que vem diminuindo, de certa forma, a qualidade de vida da população.

Indagados se gostam ou não de morar na cidade onde residem, a grande maioria dos entrevistados assinalou positivamente. No entanto, quando solicitados para elencar os aspectos ruins da moradia, em suas respectivas cidades, uma série de pontos negativos foi destacada, conforme apresenta o gráfico que se segue.

Gráfico 14 – Aspectos ruins da cidade segundo os entrevistados, 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Embora a maior parte dos participantes da pesquisa tenha afirmado que gosta de morar na cidade onde residem, os aspectos negativos apontados por eles, podem se tornar desencadeadores do processo migratório. Nem sempre as pessoas migram de forma espontânea, muitas vezes ocorre um somatório de fatores repulsivos, que força a população a migrar. O destaque a ser feito diante dos

resultados obtidos é a sensação de insegurança provocada pelos índices de violência. O desemprego, a qualidade da administração pública e a falta de lazer também foram bastante mencionados pelos entrevistados, revelando um cenário onde a realização da vida, tem sido muito difícil para uma grande parcela dos moradores locais.

Discutir as questões migratórias passa também pelo reconhecimento do modo de vida da população envolvida nesse processo, pois a população é o artífice principal do movimento migratório e envolve muito mais do que apenas discutir a transferência da população de um lugar para outro. Na afirmação de Damiani,

a discussão da migração tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação de capital, para além da concepção de crescimento natural – a do excesso de nascimento sobre mortes (DAMIANI, 2009, p. 39).

Ou seja, os fluxos migratórios surgem, antes de tudo, de uma demanda social. Essa forma de movimento tem a capacidade de se relacionar simultaneamente com dois espaços distintos, que são o local de saída do migrante, ligado aos fatores repulsivos, e o local de chegada, que possui os fatores atrativos. Não é, portanto, um processo simples e restrito a poucos espaços, trata-se de um movimento dinâmico que acompanha a humanidade há muito tempo.

Dessa forma, é pertinente levar em consideração que não se discutirá apenas números e tabelas, mas, entrar em contato com uma gama de conjecturas que permeiam essas relações sociais. Os movimentos migratórios trazem em si elementos fundamentais, sejam eles históricos, políticos e mesmo econômicos que podem auxiliar na compreensão dos rumos de uma sociedade.

Os impactos decorrentes da crise na lavoura cacaeira e dos fluxos migratórios negativos, podem não atuar de forma clara, singular e homogênea nos territórios de Ibirataia, Itajuípe, Itabuna, Buerarema, Ilhéus e, nas outras cidades da microrregião. No entanto, esses impactos interferem no processo de articulação dessas cidades com as demais áreas do estado e do país, criando desafios sociais e econômicos diferenciados.

6. CONCLUSÕES

A tentativa de trabalhar com o enorme conjunto de elementos que envolvem a dinâmica demográfica de uma microrregião, buscando compreender o processo de constituição das cidades e da própria rede urbana, é uma tarefa desafiadora. Envolve, entre outros aspectos, a capacidade que cada cidade tem de reproduzir o capital, refletindo imediatamente na sua importância dentro da hierarquia urbana. No modo de produção capitalista, o espaço urbano tende a ser visto como atrativo ao consumo, pois na medida em que seu nível de atração aumenta, seu grau de importância se amplifica.

A força do grande capital associado ao poder do Estado, gradativamente, foi influenciando na formação de novos espaços urbanos, permeados de desigualdade e com infraestrutura precária. A geração de riqueza na região sul da Bahia, entre as décadas de 1930 a 1980, teve como resultado, a formação de núcleos urbanos pouco adensados e com baixa capacidade de oferta de serviços, já que a maior parte do capital era levada para fora da região.

O surgimento das cidades que compõem a rede urbana Ilhéus/Itabuna ocorreu de forma predominantemente desigual. Os núcleos urbanos surgiram inicialmente, para ofertar serviços à população que vinha do campo, principalmente, nos dias de feira livre e, aos poucos, iam ganhando novos equipamentos urbanos e incrementando novos serviços, com destaque para os armazéns de capital nacional e estrangeiro de compra e venda de cacau que se constituíam em elementos comuns na paisagem das cidades da região.

O aporte histórico do processo de formação da microrregião é fundamental para a compreensão de como as cidades da rede urbana Ilhéus/Itabuna se relacionam, suas formas de conexão com outras regiões do estado da Bahia e mesmo do território nacional. A história revela tratar-se de uma região que sempre teve como principal vocação econômica as atividades desenvolvidas no setor primário, mas que, em um passado recente, sofreu algumas transformações importantes, que levaram a um desenvolvimento maior das atividades do setor terciário.

O papel exercido pela classe trabalhadora também merece destaque, na medida em que se reconhece o processo de formação dessa microrregião,

associado com a própria história de formação do território brasileiro. É possível identificar, ao longo dos séculos, inúmeros grupos que compuseram a mão de obra local: os índios, inicialmente, por serem os primeiros habitantes já familiarizados com o território; os negros, na condição de escravos; os mestiços, oriundos, sobretudo, de estados nordestinos assolados pela seca. Um dos traços comuns a esses grupos de trabalhadores está relacionado ao fato de terem sido submetidos a condições exploratórias no ambiente de trabalho, acarretando impactos negativos nas cidades que formam a rede urbana local. Esse modelo de exploração privilegiou uma classe detentora de grandes porções de terras, que ainda domina o cenário político em muitas cidades. As contradições decorrentes dessa situação encontram seus rebatimentos no espaço urbano, nas relações sociais e na própria relação dos sujeitos com o lugar.

Diversos autores têm reunido esforços, ao longo dos anos, tanto no meio científico quanto na literatura, para retratar as principais características políticas, econômicas e sociais que envolvem o processo de formação da microrregião Ilhéus/Itabuna, com grande destaque para o ciclo econômico em torno da produção do cacau, revelando as contradições pertencentes ao modo de produção capitalista e as consequências para a organização da sociedade.

O produto das contradições vividas no campo encontrou seus rebatimentos na paisagem do espaço urbano. A cidade para população que vinha do campo, se apresentava de forma hostil e segregacionista. A grande maioria dos camponeses encontrou dificuldade para se inserir nesse novo espaço e participar do cotidiano urbano: Faltava-lhe trabalho, informação, renda, moradia, ou seja, condições essenciais para o pleno exercício da cidadania.

A pesquisa apontou para tendências atuais que envolvem a organização do espaço nessa rede urbana, os novos elementos que têm surgido reforçam o caráter singular dessas cidades dentro do cenário estadual e nacional por conta de suas idiossincrasias. A investigação revela também que o caráter global de muitas estruturas, tendências e formas de organização presentes nesse espaço, não o torna imune aos mecanismos de fragmentação tão comuns no processo de globalização.

A realidade vivida nas cidades médias da rede urbana local se difere da enfrentada nas pequenas cidades por conta de algumas condições muito

específicas. Ilhéus e Itabuna apresentam, respectivamente, redução populacional e crescimento demográfico abaixo da média estadual. As duas cidades, no entanto, possuem um conjunto de fixos que as favorecem no contexto da sua rede urbana. São hospitais, órgãos públicos, universidades, comércio diversificado, aeroporto e porto no caso de Ilhéus, entre outros. Assim, essas cidades têm mais condições de dinamizar e acelerar o processo de transformação dos seus espaços urbanos, refletindo em maior fluidez e conexões em relação às demais.

A união de fatores locacionais, como o conjunto de fixos dispostos no espaço das cidades, apresenta-se como determinante para garantir uma posição de maior destaque dentro da hierarquia urbana. Contudo, esse destaque nem sempre se reflete em elementos positivos para a população e para o próprio processo de produção do espaço, que vem ocorrendo de forma mais lenta do que as demandas sociais.

A pesquisa permitiu identificar alguns fluxos migratórios importantes que envolvem a população dessa microrregião, com destaque para o êxodo rural, que contribuiu para o processo de urbanização tardio desse território. A opção pela vida urbana permitiu que as cidades médias ampliassem seu grau de influência na rede urbana, tendo em vista o processo de ocupação em Ilhéus e, principalmente, em Itabuna.

A população que chegava da área rural e das pequenas cidades ao redor buscava moradia e trabalho nos espaços maiores, muitas vezes não conseguindo. Os movimentos migratórios no contexto dessa rede urbana não estão restritos à dualidade campo/cidade, envolvendo também grandes, médias e pequenas cidades fora da microrregião e também de outros estados.

Foi verificado, também, que os fluxos migratórios que a envolveram, e que ainda envolvem, são capazes, em grande parte, de explicar e fomentar novas discussões acerca dos planos estratégicos que devem ser traçados, visando um melhor planejamento para as cidades que formam a rede urbana local, para os próximos decênios. Se no passado essa mesma microrregião reunia condições capazes de atrair grupos de migrantes para seu território, a realidade que se apresenta hoje é de uma proeminência dos fatores repulsivos.

A pesquisa tem revelado uma série de fatores que contribuem para motivar a saída populacional para outros espaços, principalmente, dos jovens, por causa do

desemprego, assinalado pela grande maioria dos entrevistados. Assim, a redução populacional foi e está acompanhada, também, de perdas econômicas, o que dificulta a geração de emprego e renda.

As transformações socioespaciais na rede urbana Ilhéus/Itabuna, têm ocorrido em meio a transformações no próprio perfil demográfico desse território. Ao mesmo tempo em que a microrregião tem apresentado diminuição no número de habitantes, a taxa de urbanização, por outro lado, tem crescido. Essa é uma das características que tem dado singularidade a essa microrregião, no âmbito estadual e também nacional.

A possibilidade de estudar as características socioespaciais tanto de cidades, quanto da rede urbana da qual fazem parte, a partir de elementos da estrutura populacional se apresentou como uma estratégia muito rica. A população é a grande responsável por tornar o espaço dinâmico, na medida em que seus hábitos, crenças, origens, necessidades e perspectivas se atrelam e tornam o espaço reflexo de suas ações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. **Ilhéus: Passado e Presente**. 2ª ed. Ilhéus: Editus, 2003.

ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico** / concepção e organização Andrade, M. P.; Rocha, L. B.; colaboração Gasparetto, A... [et al.]. Ilhéus: Editus, 2005.183p.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PENA, R. F. A. "Transição demográfica"; **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/transicao-demografica.htm>>. Acesso em 16 de fev. de 2018.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, p.123.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**; tradução de Arlene Caetano. 4ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Tradução Roneide Venâncio Majer, 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999. I v.

CEPLAC, 2018. Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira, Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>, acesso em: 20 Ago. 2018.

CHIAPETTI, J. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacaueira da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2009/chiapetti_j_dr_rcla.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S.A., 1989. 95p.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 9ª ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009. – (Caminhos da Geografia).

DAVIS, K. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, K. et al. **Cidades: a urbanização da humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagem da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-

graduação em História - UFF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf>. Acesso em: 05 Set 2018.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-14.066392,-39.6426639,1>>. Acesso em: 14 Fev 2018.

GUMA, J. L. **Planejamento e Gestão Urbanos em Cidades Pequenas: um estudo sobre Benedito Novo e Rio dos Cedros-SC**. 2016, 125f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programade Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2016.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade** – São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, 2007. **Regiões de influência das cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes a rede urbana Ilhéus/Itabuna, disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em: 13 Jun 2017.

IBGE, 2010. **Censo Demográfico de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Ibirataia, disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291290&search=bahia|ibirataia|infograficos:-historico>>. Acesso em: 27 Jul 2014.

IBGE, 2018. **cidades.ibge.gov.br**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Ilhéus, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/historico>>. Acesso em: 23 Jul 2018.

IBGE, 2018. **cidades.ibge.gov.br**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Itajuípe, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itajuipe/historico>>. Acesso em: 24 Jul 2018.

IBGE, 2018. **cidades.ibge.gov.br**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Ibirataia, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ibirataia/historico>>. Acesso em: 09 Jul 2018.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990. V.1 [Brasil].

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990. V.2 T2. Região Nordeste.

IBGE. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Análises - Informação Demográfica e Socioeconômica número 1. Rio de Janeiro: 2011. 103p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a questão urbana**. Tradução Estela dos Santos Abreu. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Novas Direções). 359p.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250p.

MAXIMILIANO, P. de W-N. **Viagem ao Brasil 1815 a 1817**. Tradução Edgard Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. 1ª ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, 1940. I v.

MENDES COSTA, F. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. Vila Velha: Opção Editora, 2012. 252p.

MIRA, E. C. **Mudança Institucional e Reconversão Produtiva no sul da Bahia**. Ilhéus, BA: Editus, 2015. 33p.

OLIVEIRA, C. G. S. de; TRINDADE, G. A.; GRAMACHO, M. H. **Trajatória, permanência e transformações tempo - espaciais na cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise da cacauicultura**. Ilhéus: Editus, 2009.

RAMOS, M. C. Migrações, desenvolvimento, dinâmicas locais e regionais. In: Pina, H.; Marques, H.; Ramos, M. C.; Remoaldo, P. (Orgs.) **Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias**. Porto: FLUP, 2012. 63 - 102p. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11418.pdf>>. Acesso em: 23 Abr 2017.

RANGEL, M. C.; THEVENIN, J.M. R. **Para além da crise cacauieira - a expansão dos condomínios fechados em Ilhéus-BA: uma análise preliminar da cidade estendida**. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 10, n. 1, p. 59-83, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/laboratorio/ojs/index.php/Geoinga/article/view/40064>> . Acesso em: 05 Set 2018.

RANGEL, M. C. **A crise do território-região cacauieira da Bahia: os nós discursivos nas tramas do poder local para manter o território – 1980-2010**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá. 2013. Disponível em: <<http://www.pge.uem.br/documentos-para->

publicacao/teses/teses-2013-pdfs/MariaCristinaRangelTeseFinal.pdf.>. Acesso em: 14 Jun 2017.

ROCHA, L. B. **A região cacauera da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008. 255p.

ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados**. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

ROTA TRANSPORTES. Disponível em: <<http://www.rotatransportes.com.br/>> - Acesso em: 29 Jan 2018.

SANTANA FILHO, A. P. **O desenho do lugar : uma representação da territorialidade étnica**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Feira de Santana, 2014.

SANTANA, M. R. C. **As Redes Técnicas e a Cidade: Salvador do Início do Século XXI**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013. 244p.

SANTOS, A. A. P. **Diagnósticos Municipais: Ibirataia**. Salvador: Instituto Gaparetto, 2013, 401p. (Série Estudos e Pesquisas).

SANTOS, A. A. P. dos. **Diagnóstico da violência e criminalidade em Itabuna -BA** 1. ed. Itabuna: Instituto - PROSEM, 2012. 182p.

SANTOS, M. L. S. **Fluxos contemporâneos: capital humano e acadêmico cultural reconfigurando a região do cacau**. Ilhéus: Editus, 2014. 286p.

SANTOS, M. L. **Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas/ Santos, M. L.; Anunciação, C. S. da; Cavalcanti, V. (orgs.)**. Ilhéus: Editus, 2017. 190p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4º ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M., **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 212 - 213p.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. (Estudos urbanos; 5).

SANTOS, M. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SOUZA, S. T. Relação campo–cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250p.

SANTOS, J. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250p.

HENRIQUE, W. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250p.

SOUZA, D. M. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. 2011. 277f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <<https://bdtd.ufs.br/handle/tede/2125>>. Acesso em: 15 Out 2017.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento Urbano**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 192p.

SOUZA, S. T. O território enquanto categoria analítica da Geografia. In: **Do discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades Médias: espaços em transição** – 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632p.

TONET, I. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 29-62p.

TRINDADE, G. A. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. 2011. Tese (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/732820572T.pdf>> Acesso em: 14 Jun 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
 Campus Universitário de Vitória da Conquista/BA
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



- QUESTIONÁRIO -

Questionário Nº _____	Nome do entrevistado: _____ Idade: _____ Cidade: _____	Escolaridade: () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º Grau incompleto () 3º grau completo
--------------------------	---	--

1. QUESTÕES

	Menos de 6 meses		De 1 até 2 anos		Mais de 5 anos		Nr/s
	1 ano		De 3 até 5 anos				

1.1. Há quanto **tempomora** aqui? (Marque com X somente uma alternativa)

1.2. Por que a família **escolheu esse lugar** para morar?

1.3. **Gosta de morar** nesta Cidade?

Sim ()	Não ()	Às vezes ()	Outros
------------	------------	-----------------	--------

Porque?

1.4. O que tem de **bom** aqui?

1.4.1. O que tem de **ruim** aqui?

1.5. Qual é o bairro e/ou cidade de origem? _____

1.6. Você volta no lugar de origem?

Sim ()	Não ()	1.7 Com que frequência?	Semanal ()	Quinzenal ()	Mensal ()	Outro ()
------------	------------	-------------------------	----------------	------------------	---------------	--------------

1.8. Qual o meio de transporte mais utilizado?

Ônibus ()	Automóvel ()	Motocicleta ()	Bicicleta ()	A pé ()	Outro. Qual? ()
---------------	------------------	--------------------	------------------	-------------	---------------------

1.9. Quanto tempo gasta para chegar?

Até 30 min ()	Até 1 hora ()	Mais de 1 hora ()	1 dia ()	Outro ()
-------------------	-------------------	-----------------------	--------------	--------------

1.10. Encontra alguma dificuldade? Qual?

1.11. Possui alguma renda e/ou recebe benefício do governo? (Marque com X e especifique)

Não	Sim	1.11.1. Caso sim. Qual o tipo? () Trabalhador com CTPS assinada () Trabalhador informal () Trabalhador concursado () Proprietário de estabelecimento () Bolsa família () Aposentadoria () Outro. Qual?		
1.11.2. Qual a renda? (Considerando salário Mínimo R\$ 937,00) () Até ½ Salário Mínimo () Até 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos () Mais de 2 salários m. () sem rendimento () Nr/s				

1.12. Onde, geralmente, você: (Marque com X e especifique)

1.12.1. Faz feira?	No próprio bairro	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s
1.12.2. Compra roupas?	No próprio bairro	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s
1.12.3. Compras do dia a dia, exemplo padaria?	No próprio bairro	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s
1.12.4. Paga as contas?	No próprio bairro	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s
1.12.5. Compra remédios?	No próprio bairro	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s

1.13. Quando alguém da família necessita de atendimento médico, onde consegue ser atendido? (Marque com X e especifique)

Posto de saúde	Outro lugar	Onde? _____	Nr/s
1.13.1 Onde fica localizado?			Nr/s
1.13.2 Quanto tempo gasta para chegar? () Até 30 min () Até 1 hora () Mais de 1 hora			

1.14. A FAMÍLIA: (Anote a quantidade)

Quantas pessoas moram na sua casa?	Nr/s
---	------

1.15. IDADE DAS PESSOAS DA FAMÍLIA (Anote as quantidades)

De 0 a 17 anos	De 18 a 64 anos	Acima de 65 anos	Nr/s
----------------	-----------------	------------------	------

1.16. O que costuma fazer na semana e nos finais de semana? (Detalhe de acordo as faixas etárias) As crianças: Os jovens: Os que trabalham: Os idosos:	Nr/s
---	------

SOBRE OS FAMILIARES COM MENOS DE 17 ANOS (Marque com X e especifique)

1.17. Os familiares de 7 a 17 anos frequentam a escola?	Não	Sim	Caso não. 1.17.1. Por que?	Nr/s
--	-----	-----	-----------------------------------	------

SOBRE AQUELES MEMBROS DA FAMÍLIA QUE ESTÃO ESTUDANDO (Anote)

1.18. Onde estuda?	Nr/s
1.19. Utiliza algum meio de transporte para ir ao local de estudo? Qual?	Nr/s
1.20. Quanto tempo leva para chegar ao local de estudo? () Até 30 minutos () Até 1 hora () Mais de 1 hora Caso utilize o transporte público, qual o tempo de espera no ponto?	

() Até 30 minutos () Até 1 hora () Mais de 1 hora		
1.20.1. Encontra dificuldade para esse deslocamento? Por que?		

SOBRE O TRABALHO

1.21. Onde está localizado o trabalho?	1.22. Utiliza algum meio de transporte para se deslocar? Qual?	1.23. Quanto tempo gasta para chegar ao trabalho? E para retornar para casa?	1.24. Quanto gasta em R\$ com os deslocamentos (total ida e volta)?	1.25. Quantos deslocamentos (ida e volta) faz diariamente da casa para o trabalho?	1.26. Caso utilize o transporte público, qual o tempo de espera no ponto?
		() Até 30 min () Até 1 hora () Mais de 1 hora	() Até R\$ 5,00 () Até R\$ 10,00 () Mais de 10,00	() Até 2 deslocamentos () Até 4 deslocamentos () Mais de 4 deslocament.	() Até 30 min () Até 1 hora () Mais de 1 hora

2. QUESTÕES SOBRE A CASA

2.1. A casa onde a família mora é: (Marque com X somente uma alternativa)

Alugada	Própria	Emprestada	Vinculada ao trabalho	Outro. 2.1.1. O que?	Nr/s
---------	---------	------------	-----------------------	----------------------	------

2.2. Os dejetos da casa são lançados: (Marque com X a(s) alternativa(s))

Fossa	Esgotamento sanitário	Descarte a céu aberto	Outro. 2.2.1. Onde?	Nr/s
-------	-----------------------	-----------------------	---------------------	------

2.3. Na casa, onde a família mora, como é realizado o descarte do lixo? (Marque com X a(s) alternativa(s))

Serviço público de coleta	Queimado	Outro. Como?	Nr/s
Enterrado	Jogado em algum terreno		

3. QUESTÕES SOBRE DESLOCAMENTO E MEIOS DE TRANSPORTE

3.1. Principal Motivo para os Deslocamentos	Trabalho
	Estudo
	Compras
	Lazer
	Outros. Quais?
3.2. Principal meio de transporte para os deslocamentos?	A pé
	Bicicleta
	Veículo próprio. Qual?
	Veículo de terceiros (pais, parentes, amigos, etc). Qual?
	Transporte público
	Transporte alternativo
	Transporte escolar
Carona	
Outros. Quais?	

3.3. Se possui veículo, com qual frequência utiliza?	Constantemente
	05 dias por semana ou mais
	De 03 a 05 dias por semana
	De 01 a 03 dias por semana
	Somente nos fins de semana
Outros. Quais?	

3.4. Utilizando veículo, qual a principal dificuldade encontrada no dia-	Custo elevado do combustível
	Excesso de veículos nas vias
	Dificuldade de local para estacionar

a-dia?	Falta de rotas alternativas
	Lentidão nas principais Avenidas
	Outros. Quais?

3.5. Caso utilize o transporte coletivo, qual a frequência?	Constantemente
	05 dias por semana ou mais
	De 03 a 05 dias por semana
	De 01 a 03 dias por semana
	Somente nos fins de semana
Outros. Quais?	

3.6. Qual o tempo de Espera em média para o ônibus passar?	1 hora ou mais
	De 30 minutos a 1 hora
	Até 30 minutos
	De 10 a 20 minutos
	Menos de 5 minutos
Outros. Quais?	

3.7. Principal motivo para o uso do transporte coletivo.	Trabalho
	Estudo
	Lazer
	Compras
Outros. Quais?	
3.8. Se não utiliza	Má qualidade dos ônibus

ônibus, o que impede de usar?		Falta de horário
		Tempo de espera no ponto
		Custos das passagens
		Itinerário (muito tempo para chegar ao local de destino)

		Outros. Quais?
--	--	----------------